



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA

**A reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e
o renascimento do Japão no século XXI: inter-relação e
desafios**

Autor: Paulo António Teixeira Lage

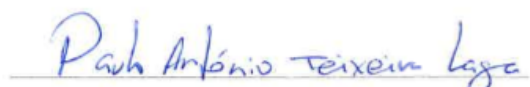
Orientadora: Professora Dra. Sofia Santos

Lisboa

2019

Declaração de Compromisso de Anti Plágio

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as minhas citações estão corretamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.

A handwritten signature in blue ink, reading "Paulo António Teixeira Lage", is written over a horizontal line.

Paulo António Teixeira Lage (aluno nº 005147)

Lisboa, 25 de abril de 2019

Declaração de Conformidade

A presente dissertação comporta um total de 257.038 caracteres (corpo e notas de rodapé), ou um total de 261.487 caracteres completa, cumprindo o estipulado no n.º 4 do artigo 7º do Regulamento do Segundo Ciclo de Estudos conducente ao Grau de Mestre em Direito e Segurança (Regulamento nº 402/2016, publicado no Diário da República, 2ª série - nº 80 - 26 de abril de 2016)

Agradecimentos

É importante deixar aqui inscrito o **eterno agradecimento** a todos aqueles que foram **essenciais** para a elaboração desta dissertação, sem os quais não teria sido possível a conclusão da mesma.

À orientadora desta dissertação, a **Professora Doutora Sofia Santos**, uma dívida de gratidão por me ter aceite como seu orientando e desde o primeiro dia se ter disponibilizado a partilhar comigo o seu profundo conhecimento do tema. O que era apenas um embrionário rascunho de ideias foi acolhido com grande receptividade pela Professora e, através das suas indispensáveis recomendações, foi-me emprestado um ponto de vista experiente que permitiu que fosse esculpido um projeto concreto com "cabeça, tronco e membros" que após alguns meses se tornou na dissertação aqui apresentada. Um enorme obrigado pela sua valiosa contribuição para esta etapa do meu percurso académico.

Aos **meus pais**, que sempre me facilitaram acesso a todas as oportunidades e nunca fecharam qualquer porta na escolha ao meu futuro.

Aos **meus avós**, maternos e paternos, que ao longo da elaboração desta dissertação se debateram com problemas de saúde, todos os quatro, mas não deixaram que isso os impedisse de me assegurarem apoio incondicional nesta recente fase da minha vida.

À **Carolina**, pelo refúgio, por todo o carinho dos últimos sete anos e por me ter sempre lembrado que acreditava que eu era capaz de seguir em frente, mesmo nos momentos mais complicados.

Menções Especiais

1. Em nota de rodapé as referências são abreviadas. Em primeira citação far-se-á referência ao autor, título, data e página e, quando aplicável, identificação do endereço da página eletrônica. Nas referências subsequentes da mesma obra o autor poderá ser mencionado apenas pelo apelido, o título será substituído por *ibid.* ou *op. cit.*, conforme a situação. No caso de existir ao longo do texto referências a várias obras do mesmo autor será mencionado o título de forma abreviada, de forma que possibilite a identificação da obra. As referências completas nos termos da NP-405 constam da bibliografia.

2. Todas as abreviaturas estão identificadas por ordem alfabética na Lista de Siglas e Abreviaturas.

3. Esta dissertação foi redigida ao abrigo do Acordo Ortográfico de 1990, em vigor em Portugal desde 1 de janeiro de 2012.

4. Por opção pessoal, e no intuito de preservar a autenticidade dos autores citados na presente dissertação, serão mantidas as citações de autores e documentos estrangeiros na língua original.

Lista de Siglas e Abreviaturas

AG - Assembleia Geral

ASEAN - Associação de Nações do Sudeste Asiático / Association of Southeast Asian Nations

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas

EUA - Estados Unidos da América

FMI - Fundo Monetário Internacional

G4 - Grupo dos Quatro

G7 - Grupo dos Sete

G20 - Grupo dos Vinte

LDP - Liberal Democratic Party / Partido Liberal Democrata

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

NAFTA – North America Free Trade Agreement / Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

NATO - North Atlantic Treaty Organization / Organização do Tratado do Atlântico Norte

ONU - Organização das Nações Unidas

P5 - Permanent Five / Cinco Membros Permanentes

PIB - Produto Interno Bruto

PM - Primeiro Ministro

SDF - Self-Defense Forces / Forças de Autodefesa

SDN - Sociedade das Nações

TPP – Transpacific Partnership / Parceria Transpacífico

UE - União Europeia

UfC - Uniting for Consensus / Unidos pelo Consenso

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Resumo

Na dissertação começaremos por abordar o contexto histórico que levou à criação da Organização das Nações Unidas (ONU). No âmbito desta organização, o Conselho de Segurança destaca-se perante os outros órgãos pela sua capacidade de impacto imediato no Sistema Internacional, sendo este o ramo executivo da ONU, onde ao longo das últimas sete décadas surgiram inúmeras resoluções e intervenções que permitiram à humanidade beneficiar do maior período de paz a nível global de que há registo. É, no entanto, sobretudo desde a década de noventa do século passado, pedida a sua reforma, pelo que iremos explorar as principais propostas que visam a alteração à composição e funcionamento deste órgão executivo, por hoje em dia se considerar desatualizado perante a realidade geopolítica. Essa reforma tem muitos apoiantes e, como tal, muitos planos surgiram ao longo dos anos para a sua execução. A proposta do Grupo dos Quatro (G4) distingue-se das restantes por este ser representado por quatro das mais poderosas potências mundiais, procurando rivalizar a cimentação dos *Permanent Five* (P5) no Conselho de Segurança. Dos Estados que compõem o G4, será o Japão o país central na análise, na qual procuraremos avaliar o potencial de sucesso da sua candidatura, igualmente com base na renovação da promessa de reforma da economia estagnada do país, da presença japonesa nos assuntos de política internacional e da revisão do Artigo 9º da Constituição do Japão, medidas e ambições do Primeiro Ministro Shinzo Abe desde o início do XXI.

Palavras-chave: Organização das Nações Unidas; Japão; Reforma do Conselho de Segurança; Realidade Geopolítica; Estados do G4; Artigo 9º da Constituição do Japão; *Abenomics*

Abstract

In the dissertation we will begin by addressing the historical context that led to the creation of the United Nations (ONU). Within the framework of this organization, the Security Council stands out from the other organs as the executive branch of the UN, where over the last seven decades numerous resolutions and interventions emerged that have enabled humanity to benefit from the longest period of peace in recorded history. There have been, however, mostly since the nineties, many calls for its reform, hence we will explore the main proposals that seek to change the composition and functioning of this executive body, nowadays if it considers outdated in the geopolitical reality. This reform has many supporters and as such many plans have come up over the years for its implementation. The G4 proposal seems to be distinguished from the rest by being represented by four of the world's most powerful powers, seeking to rival the foundations of Permanent Five (P5) in the Security Council. From the G4 countries, Japan will be the focus of our analysis, seeking to evaluate the potential success of its candidacy, equally on the basis of the renewal of the promise to reform the stagnant economy of the country, the increase of Japanese presence in the international policy issues and the revision of Article 9 of the Constitution of Japan, which will allow it to remain a pacifist state, but also turn the country into an unquestionable proactive presence on the core security issues of the 21st Century International System.

Key words: United Nations; Security Council Reform; Japan; Geopolitical Reality; G4 States; Article 9 of the Japanese Constitution; Abenomics.

Índice

Declaração de Compromisso de Anti Plágio	i
Declaração de Conformidade	ii
Agradecimentos	iii
Menções Especiais	iv
Lista de Siglas e Abreviaturas	v
Resumo	vii
Abstract	viii
Introdução	1
Capítulo I - A criação do Conselho de Segurança e o Japão como "Estado Inimigo" na Carta das Nações Unidas.....	4
1. Antecedentes da Organização das Nações Unidas.....	4
2. O Conselho de Segurança das Nações Unidas.....	8
3. De Estado Inimigo das Nações Unidas a um dos principais candidatos ao Conselho de Segurança	12
Capítulo II – A Necessidade de Reforma do Conselho de Segurança	15
1. A Reforma da Composição do Conselho de Segurança	15
2. Propostas de reforma do Conselho de Segurança	19
2.1. O Plano de Razali	19
2.2. O Plano de Kofi Annan.....	21
2.3. Grupo dos Quatro	22
2.4. Grupo Unidos pelo Consenso	24
3. A Problemática do Veto no Conselho de Segurança	26
4. Os Obstáculos à reforma do Conselho de Segurança	31
Capítulo III - O Japão entre os Estados líderes do "Grupo dos Quatro"	34
1. Alemanha	34

2. Brasil	43
3. Índia.....	48
4. Japão.....	56
5. Análise final das candidaturas	66
Capítulo IV - A "Abenomics" e a "Proactive Contribution to Peace": que impacto para candidatura nipônica?	78
1. A "Abenomics" e o futuro da economia do Japão.....	78
2. A Política Externa de Shinzo Abe como caminho para um Japão Proativo .	85
3. O Artigo 9º da Constituição Japonesa.....	90
Considerações Finais	102
Bibliografia.....	108

Introdução

O Conselho de Segurança (CSNU) é possivelmente o órgão mais poderoso do atual sistema internacional, no âmbito das organizações internacionais, por unir à mesa das discussões alguns dos países com maior força política, económica e militar e ser dotado de capacidade de intervenção militar legal, de acordo com o Direito Internacional, mandato esse previsto na Carta das Nações Unidas, ratificada por 193 países, comprometendo-se todos estes a respeitar as decisões do CSNU. A sua reforma constitui um dos processos políticos mais relevantes do século XXI, sendo que esta já é solicitada desde a década de noventa, justificada pela evidente margem de diferença que existe entre a influência detida pelos *Permanent Five* (P5) em 1945, aquando o mundo se encontrava repartido entre duas esferas ideológicas e a que possuem em 2019, num sistema multipolar ditado pela globalização. É o principal argumento dos revisionistas, que defendem que está na altura de expandir a composição do órgão, para que este se torne adequado ao número de Estados-membros que atualmente pertencem à Organização e traga, assim, para a atual plataforma outros pontos de vista e ideologias, assegurando que o processo de decisão responsável pelas questões securitárias do globo não se torna obsoleto e perca contato com a realidade.

O foco da nossa investigação é a evolução do Japão, de Estado-inimigo da ONU a um dos principais candidatos a membro permanente que provenha da eventual reforma. Nesta dissertação iremos apreciar os pontos fortes e fracos da candidatura japonesa, através de vários critérios, comparando-a com as candidaturas dos seus aliados do Grupo dos Quatro (G4) para compreender em que parâmetros o Japão se destaca pela positiva ou pela negativa, com o propósito final de determinar se o país nipónico se encontra no caminho certo para vencer os principais desafios que enfrenta e tornar a sua candidatura a melhor escolha para concretizar o destino de um processo de reforma que se têm prolongado durante as últimas décadas. Optámos por este tema por valorizarmos o potencial de um país ideologicamente pacifista, como o Japão, no CSNU. Ou seja, atualmente

conseguimos compreender que o período histórico em que nascemos e crescemos é incrivelmente raro no âmbito da sua pacificidade, globalmente vivemos um dos períodos mais longos de paz da história humana e, na nossa ótica, a interligação atual entre países, inerente à adesão a organizações internacionais, é responsável por esse fenómeno. Um fórum internacional que promove a resolução de diferendos através do diálogo deve ser preservado acima de tudo, especialmente numa altura em que o Sistema Internacional se encontra mais dividido do que alguma vez esteve, desde o fim da Guerra Fria, por ideologias isolacionistas e um clima de tensão nas relações internacionais. O Japão tem sido um dos membros que mais se manifesta a favor do diálogo e das negociações, sendo que o fator que o distingue positivamente dos outros candidatos que apoiam a reforma, a abdicação da capacidade de manter um exército e de declarar guerra, é também visto como o ponto mais frágil da sua candidatura ao CSNU, a falta de um exército que possa participar integralmente nas missões de *peacekeeping* da ONU, preservando nos últimos setenta anos um compromisso pacifista único no que toca a países da sua dimensão.

As políticas do Primeiro-Ministro (PM) japonês Shinzo Abe, que atualmente cumpre o seu quarto mandato neste cargo¹ tiveram desde o início da campanha dois alvos principais: o refortalecimento da economia e a revisão² constitucional. Esta última ideologia, denominada de Pacifismo Proativo, reflete uma rutura com as correntes constitucionais que prendem o destino militar do país, procurando melhorar a capacidade militar de defesa do Japão.

No primeiro capítulo, estabelecemos como objetivo explicar qual o contexto histórico que levou à criação do CSNU, nomeadamente as conferências internacionais que decorreram durante a Segunda Guerra Mundial e serviram para estabelecer a ONU e delinear qual o seu papel no plano internacional. Seguimos com uma abordagem das funções e poderes do CSNU, terminando com um breve

¹ Primeiro mandato foi iniciado em setembro de 2006, abdicando do cargo no ano seguinte por razões de saúde, tendo o seu segundo mandato sido iniciado em setembro de 2012.

² O termo “revisão”, no contexto do Artigo 9º da Constituição Japonesa, será exclusivamente utilizado aquando nos referirmos à emenda do texto, promessa de campanha de Shinzo Abe.

destaque ao Artigo 53º da Carta da ONU, habitualmente denominada de “Cláusula de Estados Inimigos”.

No segundo capítulo iremos explorar a necessidade de reforma do CSNU, analisando quais os maiores obstáculos a esta e melhores propostas para a levar a cabo este ambicioso processo, sendo que nos iremos restringir àquelas que considerámos ser mais relevantes, destacando-se cada uma por méritos distintos: o plano de Razali, o primeiro plano que apresentava ideias concretas a ser aplicadas numa eventual reforma; o plano de Kofi Annan, inédito por um plano tão detalhado partir de um Secretário-Geral da ONU, tendo o mais alto representante manifestado o seu apoio a um processo de alteração da composição do CSNU; A Proposta dos Estados do G4, composto pelos principais candidatos a um lugar permanente no órgão executivo da ONU; e, por fim, o plano do Grupo Unidos pelo Consenso (UfC), que contrapõe as ambições do G4, defendendo apenas a extensão do número de membros não-permanentes.

A intenção do desenvolvimento do terceiro capítulo é isolarmos a Proposta dos países do G4 e analisar as candidaturas dos seus membros: Alemanha, Brasil, Índia e Japão, de modo a que possamos estabelecer uma comparação de acordo com dez critérios considerados essenciais para adesão permanente ao CSNU, como a sua assistência nas missões de peacekeeping, as contribuições para o orçamento da ONU, a dimensão económica, o respeito pelos valores da Organização a influência no sistema internacional, entre outros.

Por fim, no quarto capítulo iremos analisar o percurso de Shinzo Abe na sua missão de tornar o Japão num ator de maior revelo no Sistema Internacional, tanto a nível político, como económico e securitário. Iremos realizar uma revisão da política interna e externa do PM japonês, uma análise do Artigo 9º da Constituição Japonesa e da sua reinterpretação.

Em termos de metodologia, é necessário esclarecer que optámos por não restringir este tema a uma perspetiva meramente jurídica em prol de uma abordagem mais abrangente que permitisse equilibrar as componentes históricas, económicas e políticas inerentes a este tema.

Capítulo I - A criação do Conselho de Segurança e o Japão como "Estado Inimigo" na Carta das Nações Unidas

1. Antecedentes da Organização das Nações Unidas

A **Conferência de Arcadia**, realizada na capital norte-americana de Washington DC entre 22 de dezembro de 1941 e 14 de janeiro de 1942, assinalou a primeira reunião entre os líderes dos EUA e do Reino Unido enquanto Aliados na Segunda Guerra Mundial, visto que os primeiros haviam declarado a sua participação no conflito apenas duas semanas antes, após o ataque das forças japonesas a Pearl Harbor a 7 de dezembro de 1941. Além de serem acordadas várias tomadas de posição dos Aliados face às frentes de combate prioritárias, foi também nesta conferência que se elaborou o esboço da Declaração das Nações Unidas, no seguimento dos princípios estabelecidos pela Carta do Atlântico e de modo a unir os esforços de todos os signatários sob a mesma bandeira, de Nações Unidas³

"A Joint Declaration By The United States Of America, The United Kingdom Of Great Britain And Northern Ireland, The Union Of Soviet Socialist Republics, China, Australia, Belgium, Canada, Costa Rica, Cuba, Czechoslovakia, Dominican Republic, El Salvador, Greece, Guatemala, Haiti, Honduras, India, Luxembourg, Netherlands, New Zealand, Nicaragua, Norway, Panama, Poland, South Africa, Yugoslavia

The Governments signatory hereto,

Having subscribed to a common program of purposes and principles embodied in the Joint Declaration of the President of the United States of America and the Prime Minister of Great Britain dated August 14, 1941, known as the Atlantic Charter,

Being convinced that complete victory over their enemies is essential to defend life, liberty, independence and religious freedom, and to preserve human rights and justice in their own lands as well as in other lands, and that they are now engaged in a common struggle against savage and brutal forces seeking to subjugate the world,

Declare:

³ BERCUSON, David, and Holger Herwig - "One Christmas in Washington: Roosevelt and Churchill Forge the Grand Alliance". Overlook Press, Nova Iorque. 2005.

(1) Each Government pledges itself to employ its full resources, military or economic, against those members of the Tripartite Pact and its adherents with which such government is at war.

(2) Each Government pledges itself to cooperate with the Governments signatory hereto and not to make a separate armistice or peace with the enemies.

The foregoing declaration may be adhered to by other nations which are, or which may be, rendering material assistance and contributions in the struggle for victory over Hitlerism..”⁴

Como o texto da Declaração indica, os primeiros 26 signatários das Nações Unidas da Segunda Guerra Mundial eram exclusivamente Estados que lutavam contra as Forças do Eixo⁵.

Seguiu-se a **Conferência de Moscovo**, no ano seguinte à de Washington, de 18 de outubro a 11 de novembro de 1943, com a reunião de vários generais e ministros dos negócios estrangeiros na capital soviética. Enquanto fruto deste conjunto de reuniões, resultaram quatro declarações, sendo a Declaração das Quatro Nações a única pertinente para esta dissertação⁶. Assinada a 30 de outubro pelos EUA, o Reino Unido, a República da China e a URSS, referia pela primeira vez a vontade formal dos quatro principais Aliados de se formar uma organização internacional, o mais cedo possível, no mesmo desígnio da SDN.

Na **Conferência de Teerão**, que decorreu na capital iraniana de 28 de novembro a 1 de dezembro de 1943⁷, o Presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt, o PM britânico Winston Churchill e o Secretário Geral do Partido Comunista da URSS Joseph Stalin delinearão dois projetos de grande importância

⁴ Organização das Nações Unidas – “Declaração das Nações Unidas de 1942”. Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/history-united-nations-charter/1942-declaration-united-nations/index.html>

⁵ A República da China, a União Soviética, o Reino Unido e os países da Commonwealth Britânica (África do Sul, Austrália, Canada, Nova Zelândia e o território britânico da Índia), os Estados Unidos, a Costa Rica, Cuba, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá e os governos europeus em exílio, cujos territórios estavam ocupados pelas forças alemãs, da Bélgica, Checoslováquia, Grécia, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Polónia e Jugoslávia.

⁶ As outras três Declarações que surgiram da Conferência de Moscovo diziam respeito à necessidade de erradicar o fascismo de Itália, de anular a anexação da Áustria pela Alemanha aquando da derrota desta última e, a última Declaração, visava esclarecer qual o destino dos responsáveis pelas atrocidades cometidas pelo Partido Nazi em território conquistado.

⁷ Escritório do Historiador, Departamento de Estado dos Estados Unidos da América – “Conferência de Teerão”. Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1937-1945/tehran-conf>

para o pós-guerra: o futuro geopolítico da Europa, nomeadamente a revisão das fronteiras a Este e o funcionamento das Nações Unidas, reutilizando o termo até então usado para distinguir a aliança militar que se opunha às Forças do Eixo para batizar a futura organização que viria a procurar assegurar a manutenção da paz e segurança internacional. Eram dados os primeiros passos para a criação da ONU, com Roosevelt a aproveitar para apresentar a Stalin, em privado, o que pretendia desta organização: que todos os Estados não-inimigos participassem numa discussão igualitária dos assuntos internacionais, mas que fossem atribuídos aos quatro Estados signatários do acordo de Moscovo uma posição de liderança, que se assumissem como "polícias" da nova ordem mundial, reservando para os mesmos o poder de agir imediatamente contra qualquer ameaça que surgisse. A presença da URSS nesta organização era crucial, visto que das múltiplas falhas apontadas à SDN, a ausência dos EUA⁸ e a expulsão da URSS da sua composição eram umas das principais causas do insucesso da antecessora da ONU.

Reuniram-se entre 21 de agosto e 7 de outubro de 1944, em **Dumbarton Oaks**, Washington DC⁹, os representantes dos EUA, do Reino Unido, da URSS e da República da China, sendo que estes dois últimos Estados alternaram entre si as reuniões com os dois primeiros devido à insistência da URSS de não negociar diretamente com representantes chineses, com o propósito de manter o Japão fiel ao Tratado de Não-Agressão assinado com a potência soviética a 13 de abril de 1941, tendo Stalin comprometido com os Aliados a unilateralmente declarar guerra ao Império Japonês após a rendição da Alemanha nazi. Nesta conferência, foi formulada pela primeira vez o esboço daquela que seria a Carta das Nações Unidas, o documento fundamental daquela que viria a ser a organização responsável pela manutenção da paz internacional, um novo fórum para que os países pudessem dialogar de forma multilateral, com a esperança de que assim fossem prevenidos conflitos que destabilizassem a harmonia das várias regiões representadas. Ficou recomendado que existissem quatro órgãos principais, dos quais dois se destacam

⁸ GOUVEIA, Jorge Bacelar. "Manual de Direito Internacional Público" 5ª Edição. Edições Almedina, 2007. Pp. 503

⁹ Universal News Reel - "Allies Study Post-War Security". 1944. Disponível em: <https://archive.org/details/gov.archives.arc.39024>

no âmbito da temática aqui explorada: uma AG, na qual todos teriam os mesmos direitos e deveres, onde a voz de qualquer Estado seria ouvida independentemente da sua dimensão e onde o voto de todos carregava o mesmo peso; e um CSNU, onde os quatro Estados principais dos Aliados estariam presentes em condição de membros-permanentes e outros seis Estados se juntariam de forma não-permanente às discussões securitárias, após serem eleitos na AG por um mandato cujo período de tempo estaria ainda por determinar. Outro destaque desta conferência, foi que pela primeira vez foi abordado um ponto fulcral para a construção de uma base sólida para o sucesso da ONU, aspeto esse que consideramos ser a principal razão pela qual a SDN era incapaz de impor as suas decisões ou forçar o respeito dos vários Estados-membros pelos valores da Organização: um exército à disposição permanente para missões de manutenção da paz internacional. Esse exército sob o comando da ONU seria composto pelas forças que cada país voluntariar, sendo que essa disponibilização de soldados poderia ser deduzida nas contribuições para o orçamento anual da Organização¹⁰.

A **Conferência de Ialta**, na Península da Crimeia, que se realizou de 4 a 11 de fevereiro de 1945 foi a última conferência onde se atendeu à preparação da ONU, que viria a ser finalmente oficializada na Conferência de São Francisco. Com a vitória iminente dos Aliados frente à Alemanha nazi, a maior parte do tempo foi reservado para negociações entre os "três grandes", a URSS, o Reino Unido e os EUA, sobre o futuro geopolítico da Europa. Com a maior parte da Europa de Leste entregue aos soviéticos, a Alemanha dividida em quatro partes cuja administração seria assumida pelos três Estados acima mencionados e ainda pela França, foram finalizados os detalhes que ainda estavam por apurar quanto à ONU: A França foi admitida enquanto quinto membro permanente do CSNU, apesar das propostas anteriores preverem apenas quatro membros, e o processo de voto do CSNU foi acordado entre os membros, cada um dos cinco membros possuiria direito de veto, apesar do uso deste ter apenas sido acordado após algum debate

¹⁰ Organização das Nações Unidas – “Conferência de Dumbarton Oaks e Ialta”. Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/history-united-nations-charter/1944-1945-dumbarton-oaks-and-ylta/index.html>

entre dois dos Estados-membros permanentes. A delegação britânica defendia que o veto devia ser apenas aplicável quando o Estado em questão não tivesse interesses próprios na questão, enquanto a delegação soviética argumentava a necessidade de se poder vetar a própria discussão de determinados assuntos no CSNU. Prevaleceu a última, mas não na sua totalidade, todos os assuntos que digam respeito a aspetos securitários podem ser debatidos, mas no fim, o veto de um dos cinco membros-permanentes prevalece, ou seja, se algum Estado discordasse com alguma das medidas e votasse de acordo com essa discordância em vez de se abster, a proposta seria rejeitada, mesmo que todos os outros membros tivessem votado a favor.

Reuniram-se na **Conferência de São Francisco**, no dia 25 de abril de 1945, alguns meses antes do fim oficial da Segunda Guerra Mundial, os representantes de cinquenta governos, sendo então apresentada a Carta das Nações Unidas. A Organização só viria a ser oficializada um mês após o fim segundo conflito à escala mundial, a 24 de outubro de 1945, após ser ratificada pelos cinco membros permanentes do CSNU e pela maioria dos restantes signatários¹¹.

2. O Conselho de Segurança das Nações Unidas

É composto, nos termos do Artigo 23º, nº1, da Carta das Nações Unidas, por cinco Estados permanentes (EUA, Federação Russa, França, Reino Unido e República Popular da China)¹². Tem como principais funções a manutenção da segurança no sistema internacional, a prosperidade da paz mundial, a investigação de possíveis ameaças às anteriores, garantir que os países resolvam as suas disputas de forma pacífica, ou com recurso a sanções e é também responsável por recomendar a entrada de novos Estados-membros que sejam candidatos à ONU. É

¹¹ KRASNO, J.E., 2001. "The Founding of the United Nations International Cooperation as an Evolutionary Process"

¹² CAMPOS, J.M., Porto, Manuel, Duarte, M.L., Fernandes, A.J., Madeiros, E.R., Ribeiro, M.A., Calvete, Victor. – "Organizações Internacionais: Teoria Geral Estudo Monográfico das Principais Organizações Internacionais de que Portugal é Membro". pp. 258. 2010.

o único órgão que possui a capacidade para adotar decisões obrigatórias para todos os 193 países que compõem a Organização, dispondo de meios coercivos e poder de intervenção militar, para garantir a eficácia das suas resoluções. O CSNU pode reunir-se espontaneamente, sendo que essa reunião pode ser solicitada de quatro formas distintas: por um Estado membro, como previsto no Artigo 35º, nº1, caso este apresente uma questão que ameace a paz internacional, como é previsto no Artigo 34º; por um estado não-membro, nos termos do Artigo 35º, nº2, desde que adira aos meios de resolução previstos pela Carta da ONU; pela AG nos termos do Artigo 11º; ou pelo Secretário-Geral da ONU, direito estipulado no Artigo 99º¹³

A ONU não possui exército próprio e, portanto, quaisquer operações militares que o CSNU ordene requerem o uso de tropas disponibilizadas pelos vários Estados-membros.

Após a única alteração à composição do CSNU até à data, o número de membros rotativos, os não-permanentes, aumentou, passando de seis para dez, somando um total de quinze membros. De acordo com a Regra 142 das Regras de Procedimento da ONU, esses dez lugares serão preenchidos alternadamente, sendo que anualmente cinco Estados são eleitos pela AG, por um período de dois anos, de acordo com quotas regionais: um país do leste da Europa, dois países que pertençam à América Latina e Caraíbas, cinco assentos para serem divididos entre países africanos e asiáticos e, por fim, dois países da Europa Ocidental e/ou restantes (como o Canadá ou a Austrália, por exemplo). Os restantes cinco membros, são aqueles que detêm poder de veto, os P5 e a sua presença no Conselho é permanente desde 1945: a República Popular da China, os EUA, a França, o Reino Unido e a Federação Russa.

Para que uma resolução seja aprovada, há um debate entre os membros, que posteriormente requer nove votos a favor e se algum dos P5 votar negativamente, é rejeitada, devido ao poder de veto que anteriormente foi referido, estipulado no

¹³ Ibid., pp. 259

Artigo 27º, nº3, da Carta das Nações Unidas¹⁴. Está também prevista a possibilidade de abstenção, sendo que neste caso os Estados com possibilidade de veto não precisam de apoiar nem vetar a causa em questão, uma alternativa que a China tem seguido ligeiramente mais que os seus parceiros permanentes.

Em caso de haver tensão ou disputas entre Estados, são estes os tipos de missão que o CSNU pode autorizar¹⁵:

- **Missões de Promoção da Paz:** realizam-se numa fase que antecede o conflito procurando utilizar diplomacia de prevenção e estabelecer um meio de diálogo entre as partes que possa impedir o escalar de tensões, procurando o porquê de estas existirem em primeiro lugar e tentar chegar a um resultado que elimine sua necessidade. Obviamente esta resolução de conflitos é a fase mais importante, porque virá a determinar se é possível impedir o derrame de sangue de qualquer dos lados;
- **Missões de Imposição da Paz/*Peace-enforcement*:** estão previstas no Capítulo VII da CNU, ocorrem após as hipóteses de diálogo terem sido esgotadas, o conflito ter assumido proporções violentas destacando-se como uma ameaça à paz internacional e uma ou mais partes se recusarem a cessar-fogo após este ser ordenado via resolução pelo CSNU. Nesta operação tende-se a recorrer à força para obrigar a que o lado agressor, caso seja esse o cenário, imediatamente se retire (como foi o caso do Kuwait e das forças iraquianas de Saddam Hussein) ou a que ambos os lados suspendam a troca de fogo para que as missões de manutenção da paz, que iremos de seguida abordar, possam entrar em terreno;
- **Missões de Manutenção da Paz/*Peacekeeping*:** após o cessar de fogo entrar em vigor, independentemente da existência prévia de uma missão de imposição da paz, assume-se que ambos os lados estão dispostos a terminar o conflito e se pode agora reconstruir e manter um estado de paz. Os

¹⁴ Ibid., pp. 260

¹⁵ United Nations Peacekeeping “Terminology”. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/terminology>

capacetes azuis, os soldados disponibilizados pelos Estados-membros à ONU, são depois enviados para o terreno, encarregues de garantir que o cessar-fogo é respeitado até que se formalize uma paz duradoura e incumbidos de proteger as populações civis.¹⁶

- **Missões de Construção da Paz/Peacebuilding:** sucede ao conflito, tendo-se já cessado as hostilidades e visa restaurar a sociedade dividida pelo conflito, auxiliando nos processos de reconstrução dos mecanismos securitários, económicos, políticos e sociais, tal como as respetivas infraestruturas, que assegurem a longevidade e sustentabilidade da paz conquistada.

O CSNU é, de facto, um instrumento essencial para a manutenção da paz internacional e já tem no seu histórico muitas vitórias que requerem reconhecimento. No entanto, cada vez mais são apontadas deficiências à composição deste órgão, nomeadamente o quão desatualizado está o conceito de P5 face à influência que esses Estados ainda detêm no Século XXI. A incapacidade de se fazerem reformas que são necessárias há várias décadas tem definitivamente afetado a credibilidade da Organização em agir face a interesses nacionais de certos países.

“The lack of legitimacy of the Council is a cancer that eats away at every institution within the broader UN system. Power is shifting, but not in the Security Council, where the victors of a war fought 70 years ago determine every important decision”¹⁷

O Japão, que não constava da lista inicial de Estados-membros, viria a tornar-se num participante essencial para a Organização desde a sua adesão até aos dias de hoje, financiando esta como nenhum outro país, além dos EUA, procurando replicar o pacifismo nacional no palco internacional. Com isso em vista, tem-se esforçado ao longo dos últimos anos para alcançar um lugar no CSNU, a par dos cinco membros permanentes acima referidos, mas a tarefa tem-se demonstrado

¹⁶ CAMPOS, J.M., Porto, Manuel, Duarte, M.L., Fernandes, A.J., Madeiros, E.R., Ribeiro, M.A., Calvete, Victor. – “Organizações Internacionais: Teoria Geral Estudo Monográfico das Principais Organizações Internacionais de que Portugal é Membro”. 4ª Edição. 2010., pp. 300

¹⁷ CILLIERS, Jakkie. – “When will Africa abandon the Ezulwini consensus?” Institute for Security Studies. 2015. Disponível em: www.issafrica.org/iss-today/when-will-africa-abandon-the-ezulwini-consensus

difícil de concretizar, lembrando a China que nem sempre o seu rival asiático fora adepto da paz e que uma subida ao poder das elites internacionais poderia despoletar os interesses expansionistas do país.

3. De Estado Inimigo das Nações Unidas a um dos principais candidatos ao Conselho de Segurança

A Carta das Nações Unidas, contém no Artigo 53º inscrita uma cláusula que definia quais os Estados inimigos da Organização. Citando diretamente o nº2 do Artigo 53: " O termo «Estado inimigo», usado no n.º 1 deste artigo¹⁸, aplica-se a qualquer Estado que, durante a 2.ª Guerra Mundial, tenha sido inimigo de qualquer signatário da presente Carta.", portanto, as antigas Forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) encontravam-se não só impedidas de aderir à ONU aquando da sua fundação, mas eram também marcadas como ameaças à paz internacional.

A 22 de setembro de 1992, Michio Watanabe, Ministro Japonês dos Negócios Estrangeiros, lembrou num discurso na AG que quarenta e sete anos depois da fundação da ONU, a persistência da Cláusula de Estados Inimigos na Carta da ONU era humilhante para o Japão, que na altura contribuía com 1/8 do orçamento da instituição internacional e, como tal, já se distinguia como um Estado colaborador com os ideais desta, não como seu inimigo. O então Secretário Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali mostrou-se disponível para apoiar a causa e prepararem-se os procedimentos necessários para uma emenda no 50º aniversário da ONU, em 1995¹⁹. Com esse efeito, foi submetida a Resolução A/RES/50/52 na

¹⁸ Artigo 53º, nº1, da Carta das Nações Unidas: "O Conselho de Segurança utilizará, quando for caso, tais acordos e organizações regionais para uma ação coercitiva sob a sua própria autoridade. Nenhuma ação coercitiva será, no entanto, levada a efeito em conformidade com acordos ou organizações regionais sem autorização do Conselho de Segurança, com exceção das medidas contra um Estado inimigo, como está definido no n.º 2 deste artigo, que forem determinadas em consequência do artigo 107º ou em acordos regionais destinados a impedir a renovação de uma política agressiva por parte de qualquer desses Estados, até ao momento em que a Organização possa, a pedido dos Governos interessados, ser incumbida de impedir qualquer nova agressão por parte de tal Estado"

¹⁹ MCCARTHY, Terry.. "Japan fights to lose UN 'enemy' tag". Independent., 1992 Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/japan-fights-to-lose-un-enemy-tag-1553305.html>

AG²⁰, em 1995, que visava a intenção de se iniciarem os procedimentos anteriormente referidos que resultariam numa emenda à Carta que erradicasse a Cláusula de Estados Inimigos presente nos Artigos 53º, 77º e 107º. A aceitação foi quase unânime, com 155 votos a favor, 0 votos contra e 3 abstenções (Cuba, Norte Coreia e Líbia)²¹.

Como perfeito exemplo da aversão dos Estados-membros da ONU a mudanças na sua Carta, em abril de 2019, esta cláusula ainda está presente na forma exata em que foi redigida em 1945. Os esforços para a sua remoção são ignorados porque são vários os países que temem alguma perda de poder, nomeadamente os P5, visto que uma revisão a um ponto de menor importância poderia abrir as portas a alterações de maior substância, como a Reforma do CSNU, para a qual ainda não existe um consenso entre as várias propostas em negociações. Uma emenda iria requerer dois terços de aprovação na AG e total aprovação pelos membros permanentes do CSNU.

Independentemente da indiferença demonstrada pelos restantes Estados-membros em aliviar a humilhação expressada pelo país do sol nascente face à resistência à remoção da Cláusula, o Japão não desistiu de prestar o melhor serviço possível e partilhar os seus ideais pacifistas com os parceiros da Organização. Em 2016, no 60º aniversário da adesão à ONU, o Japão iniciou o cumprimento do seu 11º mandato, um recorde entre os 188 Estados-membros (excluindo os P5, obviamente). Durante este último mandato do biénio 2016-17, o Japão esteve presente no grupo exclusivo de 15 membros que discutiram alguns dos tópicos mais preocupantes para a segurança internacional²², mas também para os interesses securitários nacionais, como a problemática do escalar de tensões com a Coreia do Norte, nomeadamente através dos contínuos testes de mísseis nucleares,

²⁰ Organização das Nações Unidas, 1995. "A/RES/50/52: Report of the Special Committee on the Charter of the United Nations and on the Strengthening of the Role of the Organization". Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/50/a50r052.htm>

²¹ DEN, Hitoki. "U.N. Charter's anachronistic enemy state clauses" Japan Times., 2017. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/opinion/2017/01/19/commentary/japan-commentary/u-n-charters-anachronistic-enemy-state-clauses/#.W88hiPZFzIU>

²² Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão. "Japan's Foreign Policy to Promote National and Worldwide Interests" Diplomatic Bluebook 2017.. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2017/html/chapter3/c030105.html>

assumindo aqui a liderança do processo e trabalhando diretamente com a Coreia do Sul e os EUA, os principais ameaçados pelo regime de Kim Jon-Un, juntamente com o Japão. Destas reuniões foram aprovadas duas resoluções, 2270²³ e 2321²⁴ ambas expandindo as sanções económicas à Coreia do Norte e a impor um embargo à entrada de qualquer tipo de material que pudesse ser utilizado para produção de armamento.

²³ Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. "Resolução 2770", 2016. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2270%282016%29

²⁴ Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. "Resolução 2321", 2016. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2321%282016%29

Capítulo II – Necessidade de Reforma do Conselho de Segurança

1. A Reforma da Composição do Conselho de Segurança

Desde a criação do CSNU que o status quo do Sistema Internacional se tem alterado e não tem havido uma capacidade de adaptação a essa realidade, situação essa que a longo prazo coloca em risco o funcionamento deste órgão, surgindo desde cedo a vontade de que este seja sujeito a reformas que procurem aprimorar a composição do mesmo, de modo a assegurar que a capacidade de manter a ordem não sofra disrupções. Qualquer reforma iria requerer uma emenda da Carta da ONU, processo esse que se encontra previsto nos artigos 108º e 109º da mesma. Para que fosse aprovada uma emenda, seria necessário a aprovação e ratificação de maioria qualificada, mais de dois terços dos membros da AG, ou seja, 129 dos 193 Estados, incluindo os P5. Se um dos membros permanentes não ratificasse o modelo de reforma, independentemente do apoio de todos os outros Estados da Organização, o plano de reforma falharia²⁵.

Em 1971 e 1972, durante a 26ª e 27ª sessão, respetivamente, da AG, deu-se início ao processo de reavaliação dos esforços do CSNU, como ficou estipulado na resolução 2864 da AG²⁶, sondando-se junto dos Estados-membros quais as soluções a considerar para uma melhoria da eficácia do órgão executivo da ONU, ficando registado na resolução 2991²⁷ a necessidade de estes exporem junto da AG as suas posições²⁸.

²⁵ SANTOS, Sofia. "Conselho de Segurança das Nações Unidas". Em: Gouveia, Bacelar Jorge, Santos, Sofia - "Enciclopédia de Direito e Segurança". Almedina, Coimbra. 2015.

²⁶ Organização das Nações Unidas. "2864 (XXVI). Relatório do Conselho de Segurança". 1971. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/328/80/IMG/NR032880.pdf?OpenElement>

²⁷ Organização das Nações Unidas. "2991 (XXVII). Relatório do Conselho de Segurança". 1972. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/270/21/IMG/NR027021.pdf?OpenElement>

²⁸ Organização das Nações Unidas. "Report of the Security Council; Question of equitable representation on and increase in the membership of the Security Council and related matters: joint debate". 2006. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/62/plenary/screport/bkg.shtml>

“At present [1992], permanent membership is restricted to the United States, Britain, France, Russia and China, the five World War II victors, who also have a veto on decisions. The 10 rotating members serve two-year terms.

*Many countries consider that this no longer reflects the realities of the modern era.”*²⁹³⁰

A Doutrina Truman consolidou qual seria a posição dos EUA face à possibilidade de expansão da esfera de influência da URSS, nomeadamente com o Plano Marshall, que impediu que os Estados cuja economia e infraestruturas haviam sido debilitadas pela Segunda Guerra Mundial não cedessem ao apelo do comunismo e, depois, com a criação da NATO em 1949, garantiu o controlo e segurança dos seus aliados europeus. Assim se deu início ao período denominado de Guerra Fria, onde o conflito militar direto foi preterido pela rivalidade no apoio soviético e norte-americano a forças opositoras em conflitos armados por todo o mundo e contou também com vários vetos no CSNU. Estes últimos, estagnaram toda a ação do CSNU durante várias décadas e impediram a adesão de vários países às Nações Unidas. Eram vetadas todas as resoluções que afetassem o equilíbrio da balança de poderes entre as duas superpotências, como resoluções que procurassem repelir invasões levadas a cabo na Europa de Leste pelos membros do Pacto de Varsóvia ou os vários pedidos de adesão de países que poderiam apoiar mais um lado do que o outro. Foi o período histórico onde o veto foi mais vezes utilizado, sendo que até à dissolução da URSS, a superpotência soviética recorreu ao uso do veto mais vezes do que os EUA desde 1946 até 2019, uma vez que o total dos EUA encontra-se nos 79 vetos, número que a URSS alcançou nos primeiros 10 anos na Organização.

Desde a criação da ONU em 1945, a realidade geopolítica mundial sofreu extensas alterações. A descolonização duplicou o número de Estados, o fim da Guerra Fria ditou o nascimento de um sistema multipolar e a globalização interligou os vários países do globo, levando a que o comércio e cooperação entre países substituísse o isolacionismo e disputas. Países cuja presença permanente no

²⁹ LEWIS, P. "Germany Tells the UN It Wants a Permanent Seat On The Security Council". New York Times, 1992. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1992/09/24/world/germany-tells-the-un-it-wants-a-permanent-seat-on-the-council.html>

³⁰ Klaus Kinkel, Ministro dos Negócios Estrangeiros Alemão em discurso na AG da ONU, 1992.

CSNU em 1945 era inquestionável, pela sua influência internacional e conquistas na Segunda Guerra Mundial, são agora vistos como atores de menor relevo, propícios a serem substituídos por Estados de maior importância no Sistema Internacional atual. A França e o Reino Unido continuam a ocupar um lugar à mesa das negociações, mas a hegemonia das décadas, ou até séculos, anteriores já não é evidente. Países que haviam saído derrotados e, portanto, considerados inimigos pela Carta das Nações Unidas, como o Japão e a Alemanha, cresceram substancialmente a nível económico e são agora dos países que mais contribuem financeiramente para a Organização, mais do que a maior parte dos membros dos P5, demonstrando um genuíno interesse na manutenção deste longo e raro período de paz que o Ocidente vive desde 1945.

A discussão da reforma do CSNU institucionalizou-se em 1993, com a formação do Open-Ended Working Group on the Question of Equitable Representation on and Increase in the Membership of the Security Council and other Matters related to the Security Council. Surgiram em 2005 um número de propostas de vários Estados-membros sobre qual consideravam ser a melhor alternativa para a reforma do órgão da ONU, destacando a proposta do G4, essencial para esta dissertação.

Em 2007 ficou previsto o estabelecimento de Negociações Intergovernamentais, mas foi só em 2008 que ficaram conhecidos os principais pontos que viriam a ser negociados, de acordo com a decisão 62/557³¹ da AG. Ao analisarmos este documento é possível destacar os pontos fulcrais que o Órgão com mais representação da ONU pretendia que fossem debatidos para se assegurar uma reforma: quais as categorias dos membros do CSNU, nomeadamente se um futuro alargamento acrescentaria membros permanentes ou membros não permanentes; a questão do veto, se o poder de decisão dos P5 deveria manter-se como está, ou ser adicionado a outros Estados ou até erradicado; e por fim, como seria a reformulada relação entre os dois principais órgãos da ONU, o CSNU e a AG.

³¹ Center Forum for UN Reform – “Draft Decision 62/557 of the General Assembly” 1993. Disponível em: <http://www.centerforunreform.org/sites/default/files/62%3A557.pdf>

Eventualmente, foi possível que o número de membros aumentasse e após catorze anos de existência, a ONU já contava com noventa e nove Estados. Hoje em dia, em 2019 esse número aumentou drasticamente para 193. Com um aumento desta dimensão, cresceu proporcionalmente a vontade de se reformar o CSNU.

A falta de representação tem sido uma das principais críticas ao atual CSNU. Neste órgão, apenas cinco países têm estatuto de membro permanente: um país asiático, dois países europeus, um país euro-asiático e um país norte-americano. Regiões como a América Latina, o Médio Oriente e os continentes de África e Oceânia não dispõem de um único assento fixo no CSNU, apesar de entre si somarem mais de metade da totalidade dos membros da AG. De 193 países, apenas esses 5 detêm o estatuto de membro permanente e dificilmente os outros 187 veem as suas dificuldades, ideologias e vontades representadas na integra.

Num modelo de globalização, a Europa há muito deixou de ser o centro das atenções e das preocupações do sistema internacional, pelo que é questionada a presença de três membros europeus nos P5. A entrada de um candidato como a Alemanha, mantendo o Reino Unido e a França, oficializaria o desprezo pelas preocupações de representação, de acordo com o argumento que favorece a entrada de potências regionais que estejam mais próximas das questões securitárias de determinadas regiões mais propícias a conflitos do que a Europa ou a América do Norte. Nesse mesmo sentido, também se pode argumentar a favor de os interesses de segurança europeus serem comuns entre o Reino Unido e a França³², pelo que um bloco europeu poderia fundir os seus votos de modo a que se mantenham apenas cinco vetos e haja na mesma a entrada de um novo membro. Já era difícil que algum dos países contemplasse esta ideia, mas com a saída do Reino Unido da UE, essa ideia tornou-se ainda mais improvável, especialmente porque se considerarmos alternativas como a atribuição de lugares para blocos regionais, possivelmente seria defendida a necessidade de limitar os países da NATO a um lugar e não a três como atualmente. Por outro lado, a falta de representação regional de áreas mais afetadas por conflitos, como África ou o Médio Oriente,

³² Prime Minister's Office, 10 Downing Street. "UK-France declaration on security and defence". 2012. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/uk-france-declaration-on-security-and-defence>

pode também ser visto como justa, pela incapacidade de manutenção de relações de diálogo e cooperação interestaduais que desde 1945 foram alcançadas pelo Ocidente. O problema que este ponto apresenta, é que se penalizaria uma região pelas boas relações que desenvolveu nas últimas décadas, retirando um lugar à Europa, em prol de se beneficiar uma região cujo único destaque é ser o palco de vários conflitos, como seria o caso de um assento permanente no CSNU para países do Médio Oriente. Regiões cuja diplomacia e política externa refletem evolução histórica e aprendizagem com os erros e conflitos passados deveriam ser o foco de recompensa pelo exemplo que proporcionam ao Sistema Internacional.

Poucos ou nenhuns avanços palpáveis têm sido feitos face a esta exigência de reforma feita por mais de uma centena de países. No entanto, ao longo dos anos, têm sido apresentadas propostas de reforma que visam assegurar que este órgão não se afasta do ideal visionado aquando da sua criação.

2. As Propostas de reforma do Conselho de Segurança

2.1. O Plano de Razali

Constava na resolução A/RES/47/62 de 11 de dezembro de 1992³³ a criação de um grupo de trabalho com vista a reformar a composição do CSNU, lendo-se:

"1. Decides to establish an Open-ended Working Group to consider all aspects of the question of increase in the membership of the Security Council, and other matters related to the Security Council."

A 20 de março de 1997, o então presidente do acima mencionado Open-Ended Working Group on the Question of Equitable Representation on and Increase in the Membership of the Security Council and other Matters related to the Security Council, o malaio Razali Ismail, apresentou um projeto de resolução durante a 51ª sessão da AG da ONU³⁴.

³³ Resolução 48/26 da AG da ONU. "Question of equitable representation on and increase in the membership of the Security Council", 1993. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/48/a48r026.htm>

³⁴ Ismail, R. "Paper by the Chairman of the Open-Ended Working Group On The Question of Equitable Representation on and Increase in the Membership of the Security Council and Other Matters Related to

Este plano procurava cristalizar as difusas ideias de melhoria da eficácia do CSNU, confirmando que a necessidade de reforma passaria inevitavelmente pela alteração da composição do órgão, procurando que aos 15 membros se somassem outros nove, totalizando 24 Estados-membros com um assento à principal mesa de debate de questões securitárias internacionais. O plano assentava em três pontos fundamentais:

- Dos nove novos lugares, cinco de cariz permanente, sendo que a sua distribuição seria feita da seguinte forma: um país em desenvolvimento do continente africano, um país em desenvolvimento do continente asiático, um país em desenvolvimento dos Estados da América Latina e Caraíbas e, por fim, dois assentos para países industrializados.
- Os restantes quatro lugares operariam em sistema de rotatividade, num mandato de dois anos semelhante ao modelo atual, sendo que esses lugares seriam preenchidos por um país do continente africano, um país do continente asiático, um país dos Estados da América Latina e Caraíbas e um país da Europa de Leste.
- Dos P5, esperar-se-ia uma maior abstenção no uso de veto pela contestação inerente a este poder, de modo a mitigar o impacto daquele que consideramos ser o ponto mais controverso da proposta, o facto de que os cinco novos membros permanentes assumiriam as responsabilidades que acarreta o seu recente estatuto, mas não seriam dotados de poder de veto.

O plano não viria a ter sucesso, mas seria a primeira proposta concreta à alteração da composição do CSNU, abrindo as proverbiais portas a novas e mais adequadas alternativas à reforma do CSNU e levando à aprovação da resolução A/RES/53/30, aprovada em sede de AG a 23 de novembro de 1998 onde ficou

estabelecida a aprovação de futuras propostas de reforma do CSNU por maioria qualificada de dois terços da AG³⁵.

2.2. O Plano de Kofi Annan

O antigo Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, compreendia que a realidade que se vivia no início do século XXI não era aquela que havia sido prevista pelos fundadores da Organização que então liderava³⁶, tendo-se manifestado contra ações que considerava violarem princípios da ONU, como foi a invasão do Iraque em 2003 em que o conflito não visava qualquer tipo de missão de paz, mas sim a conquista dos recursos de um Estado soberano sob o pretexto deste ter em sua posse armas de destruição maciça que colocassem em risco a segurança internacional

O desenvolvimento dos BRICs, do qual apenas um dos membros tinha assento no CS, o Japão tornar-se no segundo maior contribuinte económico da ONU, a falta de representação de países que possuem a maior parte da população mundial, foram argumentos que, para Annan, justificavam a necessidade de expandir o órgão executivo³⁷. Com esse propósito, em 2005, o Secretário Geral ganês sugeriu que essa expansão se traduzisse num aumento de nove lugares, totalizando 24 Estados-membros. Sugeriu dois planos distintos para alcançar essa realidade:

- **Plano A:** a escolha desta opção resultaria na adição de seis novos membros permanentes e três novos membros não-permanentes, resultando num total de vinte e quatro Estados-membros, sendo onze membros permanentes e

³⁵ COX, B. "United Nations Security Council Reform: Collected Proposals and Possible Consequences," *South Carolina Journal of International Law and Business*, 2009. Vol. 6: Artigo nº 4. Disponível em: <http://scholarcommons.sc.edu/scjilb/vol6/iss1/4>

³⁶ ANNAN, K., *Nós os Povos: O Papel das Nações Unidas no Século XXI*. New York: Nations Unies, 2000. ISBN 9212002455

³⁷ ANNAN, Kofi. "The Security Council Should Be Reformed" – Brookings Institution. 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QFVVM4S_URU

treze membros rotativos, que continuariam a ser eleitos por um período de dois anos;

- **Plano B:** a escolha desta opção resultaria na adição de um membro não permanente e na criação de uma nova categoria para oito outros Estados-membros, sendo que estes oito seriam eleitos de forma rotativa, como os outros dez, mas por um período de quatro anos, em vez dos previstos dois anos, totalizando na mesma vinte e quatro Estados-membros.

*“I have continued to press for Security Council reform. But, reform involves two separate issues. One is that new members should be added, on a permanent or long-term basis, to give greater representation to parts of the world which have limited voice today. The other, perhaps even more important, is that all Council members, and especially the major powers who are permanent members, must accept the special responsibility that comes with their privilege. The Security Council is not just another stage on which to act out national interests. It is the management committee, if you will, of our fledgling collective security system.”*³⁸

2.3. Grupo dos Quatro

Datado de 6 de julho de 2005, o projeto de resolução A/59/L.64³⁹, que diz respeito a um debate iniciado em 1979: *“Question of equitable representation on and increase in the membership of the Security Council and related matters”*, tendo este finalmente dado frutos na forma de um plano concreto, submetido a apreciação na 59ª sessão da AG. Como o nome indica, esta proposta visa reorganizar a representatividade do CSNU perante o contexto político internacional atual e foi assinada aquando da sua apresentação por 27 países, como Portugal, Alemanha, Brasil, Índia e Japão. Estes quatro últimos viriam a unir-se formalmente enquanto Grupo dos Quatro (G4) pela sua primazia na lista de

³⁸ Discurso do então Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, na Truman Presidential Museum and Library, a 11 de dezembro de 2006. Disponível em: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2006-12-11/truman-library-speech-annan-says-un-remains-best-tool-achieve-key>

³⁹

Organização das Nações Unidas. "A/59/L.54: Cooperation between the United Nations and regional and other organizations: cooperation between the United Nations and the African Union", 2004. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/59/L.54

candidatos ao lugar de novos membros permanentes, sendo que mediante determinados critérios podemos confirmar essa situação, como por exemplo: a França, o Reino Unido e a Rússia têm uma população menor que a Índia e o Brasil, partilhando também entre si economias inferiores à do Japão e da Alemanha.

O núcleo da sua união assenta, não só na vontade de progredir com a reforma, mas também, no apoio mútuo entre os quatro das suas candidaturas à elite da política securitária internacional, o CSNU. Todos os membros defendem a sua superioridade nos vários critérios que possam julgar uma candidatura para o CSNU, tanto a nível económico, geopolítico como militar, ao ponto de se considerarem igualmente capazes e em determinados aspetos superiores, aos atuais membros permanentes.

De acordo com a proposta do G4, não haveria a substituição dos atuais membros, dever-se-ia sim, expandir o número de assentos fixos neste órgão, alterando a composição com os atuais 15 países para um total de 25. Isto por considerar desatualizada a ideia de 10 países não permanentes, uma extensão feita em 1965, quando a ONU tinha apenas 118 membros sob a sua alçada, não tendo sido feito qualquer alteração à composição do CSNU apesar de até ao ano de 2019 terem aderido à Organização internacional mais setenta e cinco países⁴⁰.

O G4, além de propor a entrada dos seus quatro membros, propõe também representação permanente para o Continente Africano, procurando também legitimar o seu movimento como um aprofundamento da democracia e da representação geográfica proporcional, conseguindo cada vez mais apoiantes para a proposta ao recorrer aos princípios do Plano de Razali. Os restantes lugares não-permanentes seriam distribuídos pelo critério regional já utilizado para eleger os atuais 10 membros rotativos.

Imperativo referir que apesar de em 2005 já o terem declarado⁴¹, em 2017 voltaram a reiterar que todos os membros do G4 estavam dispostos a abdicar do

⁴⁰ Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão. "Reforma do Conselho de Segurança", 2011. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/policy/un/sc/reform.html>

direito de veto inicialmente, durante um período de quinze anos, por exemplo, para provarem a sua mais-valia enquanto membros permanentes.

No dia 25 de setembro de 2018, os Ministros dos Negócios Estrangeiros⁴² dos quatro países que compõem o G4 encontraram-se à margem da 73ª sessão da AG, de modo a avaliar os sucessos dos esforços dos últimos 39 anos desde o início do debate da reforma, fazendo uma declaração de imprensa conjunta⁴³ em que asseguram mutuamente os seus parceiros que o compromisso de reforma se mantém e que esperam iniciar negociações oficiais e textuais na 74ª sessão⁴⁴, no décimo quarto aniversário da formação do G4.

2.4. Grupo Unidos pelo Consenso

Dezasseis países, incluindo a Argentina, a Austrália, o Canadá, a Coreia do Sul, a Espanha, o Paquistão e a sua líder, Itália, uniram-se em 1997 para se oporem ao plano de reforma do CSNU do então Presidente da AG, Ismail Razali. O plano consistia num aumento do número de membros do Conselho para vinte e quatro, acrescentando quatro rotativos e cinco permanentes. Com receio de que as maiores potências regionais se apoderassem dessas vagas previstas, os países vizinhos de menor dimensão político-económica garantiram que esse plano não fosse para a frente. Este grupo informal, liderado pelo embaixador de Itália para a ONU, Francesco Paolo Fulci, recebeu a alcunha de “Coffee Club”.

⁴² Sushma Swaraj enquanto Ministra dos Negócios Estrangeiros da Índia recebeu Aloysio Ferreira, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros do governo brasileiro, Heiko Maas, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha e Taro Kono, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão.

⁴³ Ministério dos Negócios Estrangeiros Brasileiro “[Joint Press Statement on Meeting of the Foreign Ministers of the G4 countries -Brazil, Germany, India and Japan – on United Nations Security Council Reform \(New York, September 25, 2018\)](http://www.itamaraty.gov.br/en/press-releases/19744-joint-press-statement-on-meeting-of-the-foreign-ministers-of-the-g4-countries-brazil-germany-india-and-japan-on-united-nations-security-council-reform-new-york-september-25-2018)” 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/en/press-releases/19744-joint-press-statement-on-meeting-of-the-foreign-ministers-of-the-g4-countries-brazil-germany-india-and-japan-on-united-nations-security-council-reform-new-york-september-25-2018>

⁴⁴ Ministério dos Negócios Estrangeiros da Índia. “Joint Press Statement on Meeting of the Foreign Ministers of the G4 countries -Brazil, Germany, India and Japan”. 2018. Disponível em: <https://mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/30427/Joint%2BPress%2BStatement%2Bon%2BMeeting%2Bof%2Bthe%2BForeign%2BMinisters%2Bof%2Bthe%2BG4%2Bcountries%2BnbspBrazil%2BGermany%2BIndia%2Band%2BJapan>

Dezanove anos depois, o número de membros aumentou e o nome mudou, sendo agora denominados de UfC. O grupo reúne-se várias vezes e tem conseguido manter em suspenso a arrastada reforma do Conselho, para aflição dos membros do G4. De facto, um grupo funciona como contrabalanço do outro e os beneficiados são os P5 que continuam com a exclusividade da permanência no CSNU. A Itália e a Espanha opõem-se às pretensões da Alemanha, enquanto o México, a Argentina, a Colômbia e a Costa Rica contestam a candidatura do Brasil, a Coreia do Sul pretende que o Japão não expanda a sua influência e o Paquistão, como é claro, combate com tudo o que tem a proximidade cada vez maior entre a Índia e o lugar de membro-permanente.

O grupo não procura apenas bloquear as pretensões dos seus contrapartes, procura também um assento à mesa. Mas ao contrário dos países envolvidos no G4, não querem que se aumente o número de membros permanentes com veto, acreditam sim num aumento do número de membros rotativos eleitos, nomeadamente dez novos membros não-permanentes a dividir pelas várias regiões já previstas na atual formação⁴⁵, sabendo que crescem assim as suas hipóteses de mais vezes terem presença no órgão executivo da Organização. Com esse mesmo objetivo de conseguir ter mais impacto no CSNU, a Itália propôs também que a França e o Reino Unido abandonassem os seus lugares permanentes em prol de um só lugar para a EU. Como seria de esperar, ambos os países europeus recusaram e com a saída iminente do Reino Unido da UE, as chances dessa solução ser adotada são ainda mais reduzidas.

⁴⁵ ODUNUGA, Sesan. "The UN Security Council Reform and the Dilemma of the UN Member States in a Nutshell: The hard-to-achieve Alternative" pp.8 University of Catania. 2018. ISBN: 9783668674653. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324170410_The_UN_Security_Council_Reform_and_the_Dilemma_of_the_UN_Member_States_in_a_Nutshell_The_hard-to-achieve_Alternative

3. A Problemática do Veto no Conselho de Segurança

O veto foi, em 1945, a melhor forma encontrada para evitar que a ONU seguisse o caminho da SDN⁴⁶, proporcionando uma recompensa pela adesão aos P5, que ao se juntarem à Organização estariam a concordarem em limitar o seu poder de acordo com as regras desta, mas asseguravam também que podiam impedir os restantes membros de agir contra os seus interesses nacionais. A ideia é que as prioridades da ONU nunca choquem diretamente com uma grande potência, pois a primeira não seria forte o suficiente para superar esse desafio e esse confronto seria capaz de deixar de rastos qualquer credibilidade de que a Organização hoje em dia beneficie.

As organizações internacionais são apenas tão fortes como os Estados que as compõem dizem que são. A SDN não teve força para lutar contra um Império Japonês após a invasão da Manchúria, nem teve a capacidade de impedir que a Polónia fosse invadida pela Alemanha e a URSS. A melhor forma de impedir que os Estados que dominam o sistema internacional entrem em conflito com a ONU, é dar-lhes o poder de decidir quais os destinos da ONU, daí a adição do veto, o poder de uma potência repelir ações que eventualmente a forçassem a entrar em conflito com a Organização. O interessante desta lógica que tanto beneficiou os P5 nos últimos setenta anos, é que inerentemente deixa a porta aberta a novos membros permanentes, sendo que a razão pela qual se justifica a criação dos P5 em primeiro lugar é exatamente a mesma que favorece a entrega do veto a Estados que hoje em dia possam, por si mesmos, rivalizar as forças da ONU e criar essa destabilização da credibilidade da ONU e/ou do próprio sistema internacional. Quando dizemos isto, não nos referimos apenas a países com força militar de grande dimensão, como foi o critério em 1945, referimo-nos também a países que liderem o comércio mundial, isto porque num sistema internacional que há muito se sujeitou à globalização de cariz capitalista, o impacto da "queda" de um país como o Paquistão que conta com um arsenal nuclear seria extremamente menor do

⁴⁶ Stop Illegitimate Vetoes. "What is the veto, and how did it come to be?" 2015. Disponível em: stopillegitimatevetoes.org/about-the-veto/what-is-the-veto-and-how-did-it-come-to-be/

que se a ONU entrasse em conflito com um país desmilitarizado como é o caso do Japão, visto que algo que afetasse severamente o funcionamento da terceira maior economia do mundo, claramente iria ter repercussões muito maiores para todos os outros países do que se o Paquistão, quadragésima primeira economia no ranking mundial, fosse vítima de conflito sancionado pela Organização internacional.

O veto também pode criar conflitos por procuração, no sentido que as esferas de influência continuam a ser muito importantes para os interesses geopolíticos das potências regionais. Ou seja, os conflitos que se referiu que a ONU tenta evitar, aqueles contra potências que possam realmente defender-se perante a Organização, também recai sobre a regiões a que pertencem, ou seja, resoluções que visem as Ilhas Maldivas ou a Ucrânia, vão sempre merecer a extrema atenção da Argentina e da Rússia, respetivamente, pela importância desses países para a sua política externa. Mas enquanto a Rússia utilizaria o veto conforme o achasse necessário, a Argentina poderia procurar outros meios de dissuasão que resultassem num clima de tensão. Neste caso, surge a ideia de que se devem atribuir poderes de veto aos poderes regionais para que também pudessem agir de forma semelhante aos P5, mas apenas no âmbito da sua região, ou seja, atribuir um veto geograficamente limitado a todos os G4 e a países como a Turquia e a Austrália que se distinguem em dimensão dos seus vizinhos mais próximos. Mas a verdade é que se os interesses dos P5 já funcionam muitas vezes como um entrave ao progresso de resoluções, ter ainda de solicitar autorização a cada um desses países apenas danificaria mais ainda o funcionamento da Organização, que estaria sujeita a conflitos com aspirantes regionais que não aceitassem a promoção que seria dada além da fronteira, como a Argentina e a Arábia Saudita se oporiam ao Brasil e à Turquia, por exemplo.

O veto não é algo de que os P5 vão abdicar e em último caso será sempre preferível ter novos membros com quem partilhar esse poder, do que acabar por perdê-lo. É certamente o maior trunfo que um Estado possa deter e tem ao longo das últimas sete décadas moldado a história, muitas vezes determinando o resultado de questões que na ausência de veto poderiam ter terminado de outra

forma e todos os P5 são culpados desse uso indiscriminado: Sem os 107 vetos utilizados entre a URSS e a Rússia, as crises na Europa de Leste durante o período da Guerra Fria teriam encontrado interferência da comunidade internacional, em vez de serem militarmente abafadas; Sem os 16 vetos utilizados pela França, a Líbia poderia hoje em dia não ser um caos completo, um Estado falhado; Sem os onze vetos utilizados pela China, o Japão podia já ter tido o reconhecimento merecido com um lugar permanente no CSNU ou as disputas do mar do Sul da China poderiam ter já sido entregues a mediação; Sem os 29 vetos utilizados pelo Reino Unido, a África do Sul não teria mantido a sua ocupação da Namíbia durante tanto tempo; Sem os 79 vetos utilizados pelos EUA... bem, tudo seria muito diferente, a Guerra do Vietname talvez tivesse sido mais curta, Cuba não teria sido vítima de um embargo que durou dezenas de anos, os interesses americanos não teriam sido postos à frente da segurança básica do resto do mundo, sendo que em 2008 vetou uma resolução que visava controlar o tráfico ilegal de armas e o Estado de Israel não abusaria constantemente das linhas territoriais que lhe foram atribuídas, talvez não tivesse alterado a sua Embaixada para Jerusalém com a permissão de Trump, pudesse ter sido responsabilizado pelas inúmeras mortes que causou, sendo que os vetos dos EUA face aos assuntos entre Israel e a Palestina amontam a 30, mais do que o total do Reino Unido ou o total da França e da China somados.

‘Many forms of Government have been tried, and will be tried in this world of sin and woe. No one pretends that democracy is perfect or all-wise. Indeed it has been said that democracy is the worst form of Government except for all those other forms that have been tried from time to time.’⁴⁷

Esta célebre frase do ex- PM britânico Winston Churchill defende que por mais defeitos que a democracia tenha, continua a funcionar num sistema de preferência do menor dos males. A existência do veto no CSNU é semelhante. Todos reconhecem as suas fraquezas, mas sabem que é essencial para manter os P5 na ONU, cuja presença é a única forma de a Organização manter a sua credibilidade. Mas é evidente que essa credibilidade também é abalada pelo facto

⁴⁷ Churchill, Winston. Discurso na Câmara dos Comuns, Westminster, Reino Unido. 11 de novembro de 1947. Disponível em: <https://winstonchurchill.org/resources/quotes/the-worst-form-of-government/>

de poucas vezes o veto ter sido utilizado apenas com o bem-estar do mundo em mente e não pela promoção dos interesses nacionais dos P5. E os P5 não são apenas os países que venceram a Segunda Guerra Mundial, mas também aqueles que pertencem a um grupo restrito, que são os países capazes de começar uma terceira que ponha o fim à possibilidade de sobrevivência de um sistema internacional semelhante ao atual. Um dos únicos cenários, senão o único, onde o veto não foi utilizado apesar de se tratar de um dos principais pontos de interesse de um membro ou mais dos P5 foi a intervenção da ONU na Guerra da Coreia, após a invasão da Coreia do Norte à Coreia do Sul. Sendo a primeira um regime comunista, evidentemente que se esperava um veto da China ou da Rússia, mas ainda era Taiwan que representava a China nessa década e a Rússia desde os anos cinquenta que fazia boicote às reuniões do CSNU de modo a protestar essa mesma situação. Como tal, num acidente emblemático para a história da ONU, a intervenção avançou a favor da Coreia do Sul, com os EUA a liderar a operação.

Por mais problemático que o veto seja para o equilíbrio atual, visto que um grupo de cinco países têm sempre nas suas mãos a decisão final, pode mesmo ser a melhor solução até que uma alternativa melhor surja. Porque neste momento a alternativa seria o voto por maioria e na AG isso iria inevitavelmente alterar a atual ordem do sistema internacional.

Imagine-se, por exemplo, que o veto havia sido erradicado em 2018 e em 2019 a Rússia e os EUA apresentavam uma resolução que pretendia a invasão da República Popular da China através de mandato da ONU sob o pretexto de que este país tem sido perturbador na região asiática, nomeadamente na questão das disputas do Mar do Sul da China. A sua constante beligerância nos assuntos internos dos Estados, como a Coreia do Norte, constituem uma séria ameaça à paz. Na AG não são tomadas decisões deste género, que resultem em medidas coercivas, mas podemos colocar a hipótese de uma condenação das ações por parte da AG, uma medida comum nestes casos: contamos com cerca de 193 votos, confiando que pelo menos metade dos 50 países asiáticos irão votar a favor, pela lógica de que a China se têm manifestado de forma agressiva nas disputas em que

participa, o Japão e a Índia certamente não se manifestariam contra e mesmo cortando todos os 54 votos do continente africano, onde o investimento chinês tem sido superior ao do resto dos países, teríamos através de lobby os votos da Europa, Oceânia, América do Norte e América do Sul, atribuindo apenas 75 votos a favor da China. A condenação dos atos da China era aprovada por maioria de AG. Passaríamos ao voto no CSNU, relembrando o hipotético cenário da inexistência de veto. De acordo com as eleições realizadas a 8 de junho de 2018, em 2019 os membros não-permanentes seriam:

A África do Sul, a Alemanha, a Bélgica, a Costa do Marfim, Guiné Equatorial, a Indonésia, o Kuwait, o Peru, a Polónia e a República Dominicana.

Os EUA, a França e a Grã-Bretanha acordavam em votar a favor, porque pretendem manter-se no centro geopolítico do sistema internacional. A Rússia acreditava que se terminasse o crescimento da China poderia ocupar o vazio deixado por esta e voltar a ocupar o segundo lugar debaixo dos EUA. A China seria o único membro dos P5 a votar contra, um resultado de 4-1. Os restantes países não-permanentes votariam de acordo com a lógica hipotética de divisão continental acima referida, ou seja, a África do Sul, a Costa do Marfim, a Guiné Equatorial, a Indonésia e o Kuwait o votariam contra a proposta, mas a Alemanha, Bélgica, Peru, Polónia e a República Dominicana apoiavam a invasão. Nove votos a favor, seis votos contra, a resolução era aprovada em plenário do CSNU. A China era invadida, pelo pretexto de pretender destabilizar as relações internacionais e a região asiática, mas na verdade era apenas a sua dimensão ascendente a culpada.

Um cenário improvável e certamente ridículo, mas não impossível. A única coisa que o torna impossível é o direito de veto que a China possui atualmente. Os Estados de África e da América do Sul podiam procurar vingança contra a Europa pelo passado colonial. Todo o Médio Oriente e países de maioria muçulmana podiam votar a favor da expulsão de Israel da região. O exemplo é hiperbolizado ao extremo, mas acreditamos que dê para demonstrar que sem veto, a ONU seria inteiramente democrática e, como tal, fácil de manipular. A regra da maioria dos Estados não é uma alternativa viável porque a distribuição dos Estados não é

uniforme por continente e estariam inclinados a uma rede de alianças culturais, históricas, étnicas, religiosas ou geopolíticas e dividiriam ainda mais o sistema internacional, congelando o processo de decisão da ONU e tornando a Organização obsoleta, onde a atual crítica pelo controlo dos Estados que se encontram no topo da hierarquia pós-1945 iria ser substituído pelo controlo do maior número de países com interesses em comum, independentemente desses interesses terem em consideração o resto do mundo ou não.

Apesar de ser imperfeito, extremamente antidemocrático e muitas vezes impedir que o CSNU haja de acordo com os valores que foi formado para defender, por enquanto, o sistema de mal menor permanecerá em prática.

4. Os Obstáculos à reforma do Conselho de Segurança

A questão do que é positivo para o CSNU é bastante controversa, como seria de imaginar. Nem todos consideram que a reforma seja a solução, certamente não convém aos P5 uma alteração que vise o poder de veto. A seu ver, o poder continuar nas suas mãos será sempre a melhor solução, porque muitas das ideias de reforma passam não só pela adesão de novos membros permanentes, mas também pela substituição de Estados cuja importância no sistema internacional não é a mesma que era em 1945. Também consideramos importante mencionar a genialidade de apoiar um dos países candidatos a um lugar no CSNU, sendo que cria e/ou fortalece as relações diplomáticas de uma forma difícil de replicar, sabendo que qualquer um dos restantes membros permanentes irá rejeitar a ideia, mas pelo menos podem dizer que estavam a favor, ganhando louros sem qualquer consequência palpável, enquanto que, para os candidatos, o apoio de um dos países permanentes é um ato de valor imenso, visto que se cria uma noção de que parte do percurso está feito, ter de caminhar mais três ou quatro quilómetros será sempre bastante melhor do que ter de caminhar os iniciais cinco.

Para ter o apoio, não de algum dos países, mas de todos os atuais membros permanentes, visto que apenas um voto negativo ditaria o fim da adesão, seria

definitivamente necessário que os P5 tivessem algum incentivo. Isto porque se o grande problema do veto nas últimas décadas tem sido o seu constante uso para benefício dos interesses nacionais dos P5, então consideramos que é razoável correlacionar que para garantir, pelo contrário, que o veto não seja usado contra alguma eventual resolução de reforma, os P5 têm obter alguma vantagem, independentemente de se é económica, política ou hipótese de maior controlo regional, pois, para abdicarem da hegemonia do mais exclusivo poder, proveniente da sua permanência no mais poderoso órgão, que existe dentro da maior Organização internacional de todo o mundo... essa vantagem teria de ser inigualável.

Os atuais apoios a candidaturas ou propostas têm-se manifestado desta forma. Os EUA já declararam o seu apoio pela Índia, por considerarem que um aumento do poder indiano significa um contrabalanço à China e, eventualmente, um decréscimo da influência desta última na região⁴⁸.

Contrastando com o cenário que acima foi referido, encontramos as maiores complicações às próprias candidaturas e a regionalidade destaca-se entre elas, não limitada ao facto de a supremacia regional poder ser afetada, mas também porque a vizinhança entre Estados acarreta um longo componente histórico e muitas vezes a história não revolve à volta de boas e pacíficas relações. Dificilmente a Alemanha poderia aliciar o Reino Unido ou a França a se sujeitarem a uma alteração, especialmente se pensarmos que a adesão não é a única proposta em cima da mesa, tendo já sido manifestada a vontade de alguns países de se retirarem alguns dos membros do CSNU numa eventual reforma. Nenhuma destas duas forças aliadas manteve um estatuto proporcional ao que tinha em 1945 e mais facilmente se consideraria, hoje em dia, um lugar unido para a UE do que três países inteiramente europeus no Conselho, mas com o Brexit, o Reino Unido certamente se demarcaria desta proposta e a França só a poderia vir a apoiar se de alguma forma temesse

⁴⁸ GEHRKE, Joel. "Trump administration: India can help US counter China". Washington Examiner. 2018. <https://www.washingtonexaminer.com/policy/defense-national-security/trump-administration-india-can-help-us-counter-china>

seriamente ser substituída. De todos os membros permanentes e respetiva relação com membros candidatos do G4, é evidente que a China e o Japão se destacam, em particular, neste aspeto. Mesmo havendo algum tipo de compensação, como acima referimos, existe sequer algo que o Japão pudesse tornar realidade, que a China valorizasse de tal forma que lhes concede o desimpedimento do caminho até ao CSNU?

O processo de reforma tem sido complexo, como seria de esperar, mas ter-se atrasado durante tantas décadas pode-se considerar ser uma desvantagem para os P5. De facto, conseguiram manter durante mais tempo a exclusividade do seu poder com esse atraso, mas agindo mais cedo poderiam impor mais termos em vez da possibilidade futura em que as potências candidatas começam cada vez mais a crescer e a própria credibilidade e força Organização poder vir a depender tanto de países como os do G4 como depende atualmente dos P5.

Se a presença permanente no CSNU e o veto foram concedidos aos cinco membros permanentes para os manter na Organização, demonstrando-lhes que eram valorizados pela sua projeção de poder no sistema internacional, é apenas expectável que estes retribuam para com novos membros de modo a assegurar a sobrevivência da ONU e da sua importância na manutenção dos valores de ordem e paz internacional.

Capítulo III - O Japão entre os Estados líderes do "Grupo dos Quatro"

1. Alemanha

A campanha alemã de adesão permanente ao CSNU não é um esforço recente, tendo-se iniciado na década de noventa. Durante mais de quatro décadas, Berlim esteve dividido em todos os sentidos possíveis. Não apenas a nível territorial, mas ambos os lados se distinguiam por diferentes economias e ideologias político-sociais da respetiva esfera de influência a que pertenciam, os Aliados a Oeste e a URSS a Leste. O governo alemão baseava, já na altura mas também aplicável atualmente, a sua candidatura no mérito económico, fruto da reconstrução da Alemanha repartida pós-Segunda Guerra Mundial, semelhante ao caso do Japão, seu aliado nessa mesma guerra e, portanto, no lado responsabilizado pelo conflito, mas que até então renasceu das cinzas do Império de outrora e ambos os Estados têm contribuído bastante para uma maior ordem e paz internacional, sendo que têm sido apontados como os principais candidatos à entrada enquanto membros permanentes no CSNU.

Desde o armistício de 1945, e tendo em conta a sua divisão e reunificação que acima foi indicada, é ainda mais impressionante que a Alemanha tenha conseguido aumentar 750% o seu PIB, nos últimos trinta anos, sendo hoje a quarta maior economia do mundo⁴⁹, ocupando o terceiro lugar, no ranking de contribuições para o orçamento da ONU, atrás apenas dos EUA e do Japão, cobrindo 6% dos custos anuais da Organização, números que ascendem acima dos 150 milhões de euros. Destaca-se também como um dos membros do G7 e sob o governo da atual Chanceler Angela Merkel, que ocupa o cargo desde 2005, atingiu um estatuto de motor e líder, entre os vinte e oito países, da UE, nomeadamente por ser a maior contribuinte da Organização.

⁴⁹ Focus Economics. "The Largest Economies In The World". 2018. Disponível em: <https://www.focus-economics.com/blog/the-largest-economies-in-the-world>

Além de ser um pilar da democracia e dos direitos humanos hoje em dia, o Estado germânico tem algo que nenhum dos outros candidatos consegue garantir: o seu número de aliados. A Alemanha, além de contar com o apoio de todos os membros do G4, tem excelentes relações com os atuais membros permanentes do Conselho, valorizando-se especialmente as ligações com a Federação Russa e a República Popular da China, que à partida seriam vistos como parceiros mais difíceis de conquistar, uma vez que os restantes três Estados já são aliados militares da Alemanha. O facto de ser um dos países mais desenvolvidos, industrializados e solidários do mundo permite que se estabeleçam laços com países-chave como Israel, o Paquistão, a Índia, a Indonésia, Bangladesh, a Coreia do Sul e os países da Europa de Leste, conquistando o apoio de Estados que muitas vezes se encontram em lados opostos dos conflitos (Paquistão – Índia, por exemplo), mas que também possuem grande importância nos respetivos palcos regionais,.

Apesar do enorme contributo que a Alemanha poderia trazer para o CSNU, devido à sua influência política, poderio económico e relações privilegiadas a contestação à candidatura parte principalmente do facto de já haverem dois lugares ocupados por membros da UE e três lugares ocupados por membros da NATO. Como iremos tratar mais à frente, um dos principais opositores é a Itália, que vendo a França e a Reino Unido já com lugares fixos, teme ficar ainda mais irrelevante no plano internacional se a Alemanha conseguir o que pretende, pelo que promove um lugar único para a UE ⁵⁰.

Tal como hoje em dia, a Alemanha já tinha na década de noventa bastantes aliados, sendo que tem sempre visto a sua candidatura defendida por esses mesmos países, sendo que inevitavelmente consideram que o poder de veto tem sido muitas vezes utilizado pelos atuais membros em prol dos Estados que consideram seus apoiantes. Mas a corrida pelo tão cobiçado lugar permanente no CSNU viu-se sempre dificultada pelo timing em que era realizada.

⁵⁰ KIRKUP, James. "Italy bidding for EU seat on UN Security Council". Telegraph. 2009. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/politics/6562133/Italy-bidding-for-EU-seat-on-UN-Security-Council.html>

No fim do século XX, a Alemanha já havia passado bastantes anos a nutrir uma inicial campanha pela permanência definitiva no CSNU. A 23 de março de 1996, pela voz do Embaixador alemão Gerhard Henze no *Open-Ended Working Group on the Question of Equitable Representation on and Increase in the Membership of the Security Council and other Matters related to the Security Council*⁵¹, fez-se ouvir a vontade de se avançar com a reforma, ainda que com a consciência de que as preocupações dos restantes Estados eram imensas e variadas, sempre centradas à volta do aumento de lugares do Conselho e questões de representatividade que esse aumento levantaria.

No aspeto do veto, o Embaixador fez saber que tanto a Alemanha como o Japão se manifestavam contra a sua aplicação quase sempre ilegítima, independentemente do estatuto do membro, fosse permanente ou não, passado, presente ou futuro, o veto não deveria nunca ser utilizado para proteger interesses próprios ou àqueles próximos ao Estado em questão. O uso do veto deveria, portanto, ser reservado para a proteção e defesa dos interesses da comunidade internacional, sendo esta a única maneira de se legitimar a reputação, que já na altura era questionada, do CSNU. É evidente que neste discurso em particular, Gerhard Henze claramente se esforça para manter o equilíbrio ao caminhar sobre uma linha muito ténue que separa a possibilidade de a Alemanha aderir ao Conselho com a totalidade dos benefícios ou enquanto membro permanente, mas sem o poder de veto. Isto, porque acrescenta que a Alemanha não persegue a permanência apenas pelo poder de veto proveniente da posição, mas sim pela vontade de ter uma voz nos assuntos de segurança internacional e poder definir o caminho a seguir, em vez de apenas ouvir em que direção ir, porém relembra que se existir uma adesão de novos membros permanentes, estes devem partilhar tanto os direitos como os deveres, sendo que a criação de uma nova seção intermediária entre permanentes e não permanentes não era o pretendido.

⁵¹ HANZE, G. "Discurso do Embaixador Dr. Gerhard Henze, Representante Permanente da Alemanha no Open-Ended Working Group on the Question of Equitable Representation on and Increase in the Membership of the Security Council and other Matters related to the Security Council Decision-making Process in the Security Council, including the Veto das Nações Unidas". 1996. Disponível em: <https://www.globalpolicy.org/security-council/security-council-reform/32844.html?itemid=915>

Apesar destes esforços acima referidos, esta primeira tentativa viria a ser frustrada por aqueles que não viam a solução na inclusão da Alemanha ao órgão executivo, nomeadamente a Itália, que via a permanência do Reino Unido e da França como um desequilíbrio já suficiente para a sua própria posição de poder, e o Movimento dos Países Não-Alinhados, que considerava que a instituição já era só por si bastante elitista e pouco democrática⁵². Foi nesse sentido, sabendo que um vasto número de países pertencente ao Movimento discordava com a adesão de mais membros europeus ao CSNU, que a Itália e trinta e quatro outros países submeteram uma proposta de resolução⁵³, em outubro de 1998, que visava que seriam necessários dois terços de maioria dos voos para aprovar qualquer alteração à Carta da ONU e, conseqüentemente, à própria constituição do CSNU. Um mês depois, em novembro, foi aprovado o novo critério de aprovação e caiu por terra o ímpeto para a mudança favorável à Alemanha.

Em 2003, enquanto membro não-permanente recentemente eleito⁵⁴, a Alemanha voltava a expressar a sua vontade de adesão, mas não dificilmente contaria então com o apoio dos EUA, visto que juntamente com a França repudiaram qualquer medida coerciva perante o Iraque que não resultasse de decisão da ONU, o que nunca iria concretizar-se visto que a investigação pedida pela instituição resultou na conclusão de que o Iraque não tinha de facto armas de destruição maciça, argumento utilizado pelos EUA na sua invasão ilegal ao país do Médio Oriente. O “golpe final” foi uma vez mais infligido pela Itália, desta vez enquanto líder da UfC⁵⁵, que havia sido criado para fazer frente às ideias do G4 e que, portanto, se manifestou contra a adesão de novos membros permanentes, considerando mais importantes outros tipos de reforma.

⁵² Documento Final da XII Sessão do Movimento dos Não Alinhados em Durban, África do Sul, 1998. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20151219184420/http://www.nam.gov.za/xiisummit/chap1.htm#dialogue>

⁵³ Proposta Italiana de Reforma do Conselho de Segurança, 1998. Disponível em: <https://www.globalpolicy.org/security-council/security-council-reform/32857.html?itemid=915>

⁵⁴ Decisão 10069 da AG da ONU. “Eleição da Alemanha para o CSNU em 2003”. 2002. Disponível em: <https://www.un.org/press/en/2002/ga10069.doc.htm>

⁵⁵ ARIYORUK, A. "Players and Proposals in the Security Council Debate". 2015. Disponível em: <https://www.globalpolicy.org/component/content/article/200/41204.html>

Portanto, talvez seja fácil concluir que a Alemanha ao longo dos anos tem enfrentado oposição bastante empenhada em impedir a adesão do país germânico. Mas explorados os acontecimentos passados, podemos assumir que agora o que é verdadeiramente importante é analisar as qualidades da candidatura alemã no dia de hoje, atualmente a cumprir o seu sexto mandato como membro não-permanente do CSNU, para o biénio 2019-2020, com o propósito de verificar se os critérios sociopolíticos, económicos e militares têm evoluído num sentido positivo que mantenha a candidatura no caminho certo.

2.1. Dimensão da economia nacional deve influenciar a economia mundial

A Alemanha destaca-se como a líder *de facto* da UE, sendo que com a iminente saída do Reino Unido do bloco, o pilar Alemanha-França ganhou ainda mais hegemonia relativamente aos outros vinte e cinco Estados. Além de ser o Estado mais rico da Europa, com um PIB de 3.4 triliões no passado ano de 2017, a economia alemã, correspondente a 4.5% das contas económicas globais, é também a quarta maior do mundo⁵⁶, atrás de outro candidato do G4, o Japão e também de dois membros permanentes do CSNU, a China e os EUA.

Devido a uma reduzida taxa de natalidade existe uma clara tendência de envelhecimento da população na Alemanha sendo que já 21,2% da população tem uma idade acima dos 65 anos. Para colocar isso em perspetiva, essa marca dos 65 anos ainda é⁵⁷ a atual idade de reforma. Apesar da crise de 2008 que abalou o sistema internacional e arrasou a Europa, a Alemanha foi um dos países que melhor lhe resistiu no *Velho Continente* e foi capaz de através de um programa de austeridade intenso que contrariava as políticas de fomento do consumo que os EUA consideravam ser mais corretas. Auxiliou a reestruturação e iniciação dos programas de austeridade de alguns países da zona euro, nomeadamente a Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal que haviam sido muito mais atingidos pela

⁵⁶ Dados do Fundo Monetário Internacional face à idade de reforma na Alemanha. Disponível em: <http://www.imf.org/en/Countries/DEU#countrydata>

⁵⁷ DAVY, P. "Germany's age old issue". European Pensions." 2011. Disponível em: <http://www.europeanpensions.net/ep/germanys-age-old-issue.php>

crise, cimentando-se como líder do bloco económico. Desde então, o PIB tem tido um crescimento constante, atingindo um os 2,2% em 2017.

A Alemanha continua a ser um nome de referência no mundo da tecnologia e inovação, desde eletrodomésticos a automóveis, *Made in Germany* mantém-se como um selo de qualidade e eficiência. Felizmente, foi evitado o plano do presidente norte-americano, Donald Trump, de taxar ou banir as importações de carros alemães como medida retaliatória, à resposta dada pela UE face às tarifas colocadas sobre ferro e alumínio. Plano esse que inevitavelmente iria diminuir drasticamente o crescimento económico alemão, sendo que o sector da produção industrial representa 26% do total do PIB, sendo que dos quase 5.6 milhões de carros de passageiros construídos em 2017, 77% foram exportados.

2.2. Estados devem ser líderes nas contribuições para o orçamento da ONU

As contribuições para o orçamento da ONU são previstas consoante a dimensão económica do país, sendo que depois podem sempre acrescentar-se doações voluntárias, portanto, como quarta maior economia mundial, a Alemanha contribui com 6.389% do total de orçamento⁵⁸, quase tanto como a Rússia, o Brasil e a Índia somados, lembrando que estes dois últimos também são ambos candidatos à permanência do CSNU.

É também necessário referenciar que a Alemanha é a principal contribuinte, tendo doado já quase 340 milhões de dólares, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento⁵⁹ que se foca na erradicação da pobreza e em esforços de promoção de sustentabilidade económica em todo mundo.

⁵⁸ Dados de financiamento do orçamento da ONU. 2018. Disponível em: <https://undocs.org/en/ST/ADM/SER.B/973>

⁵⁹ Contribuições da Alemanha para o Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.undp.org/content/undp/en/home/funding/core-donors/Germany.html>

2.3. Estados candidatos devem respeitar os direitos humanos

A Alemanha tem sido um bastião na luta contra as violações dos direitos humanos desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Este fator atingiu o seu pico em 2015, tendo a chanceler Angela Merkel sido a líder europeia que mais abertamente declarou o seu apoio à integração de refugiados provenientes do Médio Oriente e do Norte de África, anunciando que a Alemanha se encontrava pronta para receber um milhão de refugiados e estabelecia o exemplo a seguir para os restantes membros da UE. A UE dividiu-se nesta matéria, pois a entrada dessa quantidade de refugiados representava um sério risco para a segurança do espaço Schengen uma vez que em 2015 nos encontrávamos no centro da mira de grupos terroristas e Paris sofrera o primeiro grande ataque desse ano. Muitos críticos declaravam este passo como o princípio do fim da “*Dama de Ferro Alemã*”, mas foi nesse mesmo ano que a revista Times a elegeu como Personalidade do Ano⁶⁰ e quatro anos depois, Angela Merkel, continua à frente da Alemanha.

Gostávamos de colocar uma ênfase no facto da chanceler ter sido reeleita e no significado que isso acarreta quanto à vontade do povo alemão para com a posição do país face aos direitos humanos, permitindo a integração de centenas de milhares de homens, mulheres e crianças que fugiam de conflitos, independentemente das suas crenças religiosas, mesmo quando a aliança partidária que se encontra no governo é de cariz cristão. Muitos países como a Polónia e a Hungria entraram numa espiral de conflito ideológico dentro das próprias fronteiras, com muros a ser erguidos pela última e com a extrema-direita a ganhar tração no quadro político.

A Amnistia Internacional⁶¹ anunciou que no âmbito do respeito pelos direitos humanos, ainda que tenha havido bastante progresso em 2018 face a questões legislativas de igualdade de género e de preferência sexual, a exportação alemã de armamento e tecnologias com propósito bélico teve como clientes como

⁶⁰ VICK, K. "Chancellor of the Free World". Time Magazine. 2015 Disponível em: <http://time.com/time-person-of-the-year-2015-angela-merkel/>

⁶¹ Amnistia Interacional. Dados relativos à proteção dos Direitos Humanos na Alemanha em 2017/2018. 2017. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/countries/europe-and-central-asia/germany/report-germany/>

a Índia e a Turquia, países que a Organização internacional aponta como possíveis países de risco onde esses materiais de guerra poderiam ser utilizados em violações dos direitos humanos. À parte disso, desde 2014 a Alemanha atingiu novos recordes de venda de armamento, com compradores pretendemos destacar, e a publicação atrás referenciada também o faz: O Egito, os Emirados Árabes Unidos e a Arábia Saudita, sendo esta última a mais alta responsável pelo que atualmente está a decorrer no Iémen, onde os embargos aéreos, marítimos e terrestres, auxiliados por constantes raids, estão a garantir o sucesso de um genocídio, visto que o bloco saudita, que os EUA apoiam, impede a entrada de qualquer assistência médica ou alimentar, assegurando-se a morte de milhões à fome.

2.4. Estados candidatos não devem participar em conflitos com outros membros

Desde a última bala disparada na Segunda Guerra Mundial, a Alemanha manteve-se longe de qualquer tipo de conflito com outros Estados. Participou na Guerra da Jugoslávia, mas através da NATO e fornecendo apenas combate aéreo, tendo contrariado a vontade norte-americana de uma invasão terrestre, já que as estimativas francesas apontavam para a necessidade de quinhentos mil soldados para garantir o sucesso.

O então chanceler Gerhard Schröder foi uma das vozes que mais alto se manifestaram contra a invasão do Iraque, defendendo que a investigação da ONU não havia ainda sido concluída e não havia, por parte dos EUA, provas esclarecedoras de que o regime de Saddam Hussein possuía Armas de Destruição Maciça ou de que era responsável pelos terríveis ataques às Torres Gémeas a 11 de setembro de 2001. Schröder deixou claro que a Alemanha não iria enviar qualquer tipo de tropas, armamento ou financiamento para uma eventual invasão, mesmo que a ONU autorizasse a intervenção, por não a considerar necessária na prossecução do combate ao terrorismo internacional⁶².

⁶² HOOPER, John. "German leader says no to Iraq war". The Guardian. 2002. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2002/aug/06/iraq.johnhooper>

Em 2015 e face aos ataques na capital francesa de Paris, reivindicados pelo Estado Islâmico, a Alemanha disponibilizou parte da *Luftwaffe* e da *Deutsche Marine*, respetivamente a Força Aérea e Marinha alemãs, para intervenção e bombardeamento ao grupo terrorista, que na altura detinha no seu Califado um vasto território: a maioria da Síria e grande parte do Iraque.

2.5. Estado deve contribuir para as Missões de Peacekeeping

No que diz respeito às contribuições para o exército da ONU, a Alemanha disponibiliza 855 soldados, peritos e polícias, de acordo com a última contagem de 30 de junho de 2018⁶³.

Estes números diferem bastante dos apresentados em 2015, quando apenas 172 soldados da ONU eram de origem alemã, colocando o Estado germânico atrás de países competidores pelo assento no CSNU, como o Japão, o Brasil e a Índia. Mas os atuais dígitos elevam a Alemanha para 2º lugar da Europa, atrás da Itália, 2º lugar dos membros do G4, atrás da Índia e apenas atrás da China quando contabilizamos também todos os P5, com a Federação Russa e os EUA contribuindo apenas com 74 e 54 recursos humanos respetivamente.

⁶³ Dados relativos à contribuição de soldados e polícias para as Missões de Manutenção da Paz. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>

2. Brasil

Hoje em dia, a República Federativa do Brasil destaca-se como o maior país da América do Sul e certamente o maior país onde a língua oficial é o português, evidente pelos 8.5 milhões de quilómetros quadrados que tornam o Brasil o quinto maior país do mundo, tendo quase o triplo do mais próximo membro dos G4, a Índia que apenas conta com 3.2 milhões. Não ocupa o quinto lugar mundial apenas em dimensão territorial, mas também populacional, com cerca de 208 milhões de habitantes⁶⁴, atrás apenas da Índia no que diz respeito a membros do G4. O vasto território que acima foi referido, beneficia também de uma excelente posição geoestratégica, fazendo fronteira com todos os países da América do Sul exceto o Chile e o Equador, tornando-se essencial a travessia por território brasileiro para países como a Bolívia, o Paraguai e o Peru caso pretendam chegar ao Oceano Atlântico.

*“The United Nations has spent 15 years discussing the reform of its Security Council. Today's structure has been frozen for six decades and does not relate to the challenges of today's world. Its distorted form of representation stands between us and the multilateral world to which we aspire. Therefore I am much encouraged by the General Assembly's decision to launch negotiations in the near future on the reform of the Security Council.”*⁶⁵

A candidatura brasileira é uma das mais antigas e, desde cedo, foi apoiada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Organização de que o país é membro, tal como por três dos P5: A França, a Rússia e o Reino Unido, tendo este último declarado apoio a todos os membros do G4, após reconhecer que de facto o CSNU se encontra obsoleto no sentido de representação do mundo contemporâneo⁶⁶. O apoio oficial dos EUA tem sido ao longo dos anos procurado pelo Brasil mas tem-se demonstrado bastante ilusivo, o que não podia ser de

⁶⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação". 2018 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>

⁶⁵ DA SILVA, Lula. 2008. “Discurso do então Presidente do Brasil, Lula da Silva, durante o debate na 63ª Sessão da AG das Nações Unidas”. 2008 Disponível em: <https://web.archive.org/web/20090115085028/http://www.un.int/brazil/speech/008d-CS-agnu-Open%20debate%20230908.html>

⁶⁶ VARGAS, J.A.C. “Campanha Permanente: o Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU”, 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. ISBN: 978-85-225-1002-3

estranhar visto que isso poderia gerar tensão nas relações bilaterais dos EUA com a Argentina, o Canadá e o México que além de serem Estados do continente americano, são também membros do grupo UfC, se opõem ao ingresso dos membros do G4.

No entanto, aparenta ter sido o próprio Brasil a dificultar o seu ingresso naquele que é o grupo mais elitista do palco internacional, com a instabilidade política que de certo modo afastou o país dos assuntos mundiais. Em 2014, o Brasil já antecipava uma recessão profunda e o povo brasileiro, que sempre foi referência na sua paixão pelo futebol, manifestava-se na rua face aos investimentos que a Presidente Dilma Rousseff aceitara fazer de modo a hospedar o Mundial de Futebol de 2014, quando o país já tinha tantas dificuldades socioeconômicas. O descontentamento político atingiu o seu pico quando nesse mesmo ano se iniciou a Operação Lava Jato, que veio pouco a pouco veio a revelar o envolvimento do ex-Presidente Lula da Silva e da então Presidente Dilma Rousseff num esquema de corrupção e desvio de fundos da Petrobras, a companhia semipública de exploração petrolífera do país.

2.1. Dimensão da economia nacional deve influenciar a economia mundial

O Brasil, juntamente com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai fazem parte do Mercosul, uma Organização econômica que está numa das mais avançadas fases de integração, a união aduaneira, sendo que têm um acordo de livre comércio de mercadorias entre todos os Estados e uma pauta de tarifas externas comum. No entanto, são a China e os EUA que lideram respetivamente a tabela de importações e também de exportações do mercado brasileiro⁶⁷

Após décadas de crescimento econômico impressionante que elevaram o Brasil ao ranking das dez maiores economias mundiais e de se querer cimentar como a potência hegemônica da América do Sul, os últimos quatro ou cinco anos viram o país lusófono afundar-se em caos social, político e econômico. Para

⁶⁷ Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil. "Brasil: Informações Gerais". 2018. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-brasil>

oferecer uma perspectiva daquilo a que nos referimos, em 2010 a economia Brasileira crescia a um ritmo de 7.5% por ano, números superiores aos da China e da Índia atualmente, mas em 2015 e 2016 os números eram proporcionalmente maus, com um déficit de 3.80% no primeiro ano e 3.60% no seguinte, sendo tudo isto atribuído às medidas autodestrutivas que o Partido dos Trabalhadores dos dois anteriores presidentes pôs em prática, que corroeram os esforços feitos para repelir a Grande Recessão Mundial de 2008 e aos orçamentos pouco ortodoxos do país, onde o pagamento de um injusto sistema de pensões supera os 30% e a cobertura de juros de dívida pública chegava em 2016 aos 16%. Com isto vieram altas taxas de inflação e uma taxa de desemprego que chegou aos 12%, o que no panorama do Brasil representa cerca de 24 milhões de cidadãos sem meios de sustento.

Em 2018, a economia brasileira recuperou, voltando a contar com um crescimento positivo da sua economia que, atualmente e de acordo com os dados do Banco Mundial, ocupa o oitavo lugar no mundo, em termos de PIB nominal, com pouco mais de 2 trilhões de dólares⁶⁸.

2.2. Estados devem ser líderes nas contribuições para o orçamento da ONU

O Brasil foi eleito para o primeiro mandato de membro não-permanente do CSNU em 1947, na primeira série de votações e encontra-se apenas atrás do Japão em número de anos nesse órgão, com dez mandatos soma já vinte anos de participação direta nas discussões securitárias da ONU.

Dentro do orçamento da ONU, o Brasil é responsável por 3.83% do total de contribuições, colocando-o em sétimo lugar dos cento e noventa e três disponíveis.

2.3. Estados candidatos devem respeitar os direitos humanos

A cidade do Rio de Janeiro é conhecida pelas praias, paisagens e festa, mas é inevitável a cidade brasileira não ser associada às favelas e crime que as assombra. Por todo o Brasil o crime de rua tem aumentado severamente e os homicídios já causam cerca de 120 bilhões de dólares em prejuízos na

⁶⁸ Figura indicada pelos dados do Banco Mundial. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?year_high_desc=true

produtividade do país. Os custos associados à segurança pública e privada, ao crime e consequências desses, ascendem já a 4.30% do PIB do Brasil, o dobro do que se verificava em 1995.

No passado ano de 2017, o Brasil declarou cerca de mais de cento e quarenta mil casos de violações de direitos humanos⁶⁹.

2.4. Estados candidatos não devem participar em conflitos com outros membros A situação mais próxima de uma disputa que o Brasil atualmente tem, é com o seu vizinho a sul, o Uruguai, sobre uma porção de território com 237 km denominada por Rincão de Artigas. O Uruguai reclama um erro cartográfico e que o território lhe pertence, mas o Brasil trata-o como parte integrante das suas fronteiras. Não existe nenhuma tensão real entre os países.

2.5. Estado deve contribuir para as Missões de Peacekeeping

A publicação Global Firepower aponta o Brasil como 14º classificado no ranking mundial⁷⁰ de força militar, sendo que o motivo parece ser o desinvestimento governativo no orçamento de defesa, que resulta em material bélico desatualizado. Em termos de militares no ativo desce ligeiramente para 16º lugar com cerca de 334 mil soldados, catorze lugares atrás da Índia, mas mantendo-se à frente da Alemanha e do Japão nesse aspeto. Tal como estes dois últimos, o Brasil também não dispõe de arsenal nuclear, confirmando que a Índia domina este critério entre todas as candidaturas e supera mesmo algum dos membros dos P5.

No que diz respeito a soldados disponibilizados para missões da ONU, o Brasil que tem sido elogiado internacionalmente pela sua liderança na missão do Haiti desde 2004, atualmente encontra-se atrás da Índia e da Alemanha, em terceiro

⁶⁹ Agência Estado. "Brasil registra 142 mil denúncias de violações de direitos humanos". R7. 2018 Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/brasil-registra-142-mil-denuncias-de-violacoes-de-direitos-humanos-03052018>

⁷⁰ Global Fire Power. "Brasil Military Strength". 2018 Disponível em: https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp?country_id=brazil

lugar dos membros do G4, com cerca de 274 membros do seu exército e polícia ao serviço da Organização internacional⁷¹.

⁷¹ Dados relativos à contribuição de soldados e polícias para as Missões de Manutenção da Paz. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>

3. Índia

A Índia é membro da ONU desde a sua fundação, em 1945, ainda fazendo parte do Império Britânico, sendo que só viria a obter a sua independência dois anos depois, em 1947, através da historicamente famosa “resistência pacífica” de Mahatma Gandhi.

É o segundo país mais populoso do mundo e, devido ao sistema político chinês que recentemente oficializou a permanência de Xi Jinping na presidência por tempo indefinido, é a maior democracia do mundo, tendo 1.3 bilhões de habitantes, ou seja, um bilhão de habitantes a mais que os EUA, com uma taxa de crescimento anual que tem vindo a descer anualmente desde 1982⁷². Conta com o apoio de quatro dos cinco atuais membros permanentes, tendo o presidente norte-americano Barack Obama, em visita ao país do Sul da Ásia, renovado o intuito de um dia os EUA quererem ver a Índia no CSNU pelas contribuições que esta fez ao longo dos anos em termos de envio de soldados para missões da ONU, que mais à frente iremos detalhar. A China, o único dos P5 que não apoiou a candidatura ou um plano de reforma que envolva a adesão da Índia, também já manifestou o seu interesse em considerar a candidatura, apesar da competição no palco regional, na condição de o governo indiano desistir do seu apoio à candidatura japonesa, sendo que se a Índia se focasse numa candidatura a solo em vez de se manter no G4, o desfecho poderia ser positivo para as pretensões indianas, caso os atuais apoios se mantenham.

A razão por todo este apoio com que já conta, tornando o subcontinente num dos candidatos mais próximos de atingir o seu objetivo, é de um ponto de vista mais cínico, pura e simplesmente, pela necessidade de conter a China para que esta não se torne hegemónica no continente asiático, um receio que todos os membros permanentes partilham, nomeadamente a Rússia e os EUA, que veem na Índia um contrabalanço à esfera de influência chinesa na região.

⁷² Worldometers. Dados referentes à população total da Índia. 2018 Disponível em: <http://www.worldometers.info/world-population/india-population/>

O argumento da falta de representação também se aplica aqui, por ser um país asiático multicultural e multilinguístico, sendo o Estado do G4 que provavelmente conta com o apoio de mais países, devido ao facto de durante a Guerra Fria, não só se enquadrar na categoria de “país de terceiro mundo” por não estar dentro da esfera de influência dos EUA ou da URSS, mas por ter sido um dos países líderes do Movimento dos Não Alinhados, que na grande maioria partilhavam um passado de colonialismo e multilateralmente pretendiam assegurar que não eram só os países de “primeiro e segundo mundo” que conseguiam expressar a sua voz no palco internacional. As esperanças da Índia em se tornar um membro permanente têm de ser assentes nas suas ações a nível internacional, ao longo das últimas décadas e do seu inquestionável poder. Estamos a falar de um de apenas três países, para além dos P5, que possui armamento nuclear testado e declarado⁷³, contando com cerca de cento e trinta mísseis nucleares, algo que tem de ter um peso muito grande nas negociações. O propósito do CSNU e do veto nunca foi impedir todas as guerras ou conflitos que aconteçam por todo o mundo, mas sim evitar um conflito à escala mundial semelhante àquele que terminou no ano de fundação da Organização e a inclusão de Estados com vasto poderio militar, especialmente aqueles que possuam armas de destruição maciça no seu arsenal, é inevitavelmente algo a considerar, nem que seja apenas pela necessidade de os manter sob controlo.

A Índia ocupa o 5º lugar na lista dos países com maior alocação de fundos orçamentais para a defesa e custos militares⁷⁴, atrás de três membros dos P5, a Rússia, a China e os EUA, mas também do Reino da Arábia Saudita, a potência regional de referência do Médio Oriente. No entanto, não é em todos os aspetos que a Índia ainda se encontra atrás dos EUA, sendo que apenas a China tem um

⁷³ Arms Control Association. "Nuclear Weapons: Who Has What at a Glance ", 2018. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/factsheets/Nuclearweaponswhohaswhat>

⁷⁴ STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. "Military expenditure by country". 2018 Disponível em: https://www.sipri.org/sites/default/files/1_Data%20for%20all%20countries%20from%201988-2017%20in%20constant%20%282016%29%20USD.pdf

exército que excede a dimensão do exército indiano e este já conta com um milhão e trezentos mil militares no ativo⁷⁵.

Tendo obtido o seu primeiro mandato de dois anos como membro não permanente do CSNU em 1950, a Índia já conta com catorze anos no órgão executivo da ONU, tendo completado o seu sétimo biênio em 2012.

2.1. Dimensão da economia nacional deve influenciar a economia mundial

A economia indiana atualmente é capaz de rivalizar com os membros permanentes, tendo já em 2018 superado a França e assumindo o sexto lugar na lista de países com PIB mais alto, com os dados do Banco Mundial apontando para perto de 2.6 triliões de dólares, destacando-se como a economia que mais cresceu percentualmente, superando a China e alcançando os 7,4%, com projeções que em caso de se confirmarem colocam a Índia a caminhar a passos largos para também suplantar o Reino Unido e cimentar-se no quinto lugar de países mais ricos do mundo.

A situação socioeconómica na Índia é algo deplorável. Vários milhões de habitantes vivem em extrema pobreza, não têm acesso à eletricidade ou canalização⁷⁶, é uma realidade muito presente ainda em países subdesenvolvidos e que representa um grande perigo para a saúde pública devido à poluição das fontes de água do país.

Apesar do PIB indiano ser maior que o da Rússia, encontra-se em 140º lugar no ranking do Fundo Monetário Internacional de PIB per capita, sendo que este não chega aos dois mil dólares anuais⁷⁷. A China, o único país com maior população e que já é membro permanente, tem um PIB per capita superior a oito mil euros. Um lugar no CSNU iria requerer um aumento substancial do orçamento de defesa indiano, desviando fundos que poderiam ser utilizados para melhorar as

⁷⁵ Global Fire Power. “India Military Strength”. 2018 Disponível em: https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp?country_id=india

⁷⁶ Dados do Banco Mundial relativos à falta de condições sanitárias na Índia. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SH.STA.ODFC.ZS?name_desc=false

⁷⁷ India Times. “India Fastest Growing Economy at 7.4% in 2018”. 2018 Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/economy/indicators/india-fastest-growing-economy-at-7-4-per-cent-in-2018-imf/articleshow/64089078.cms>

condições da população, que ainda não beneficia sequer de amenidades básicas, que já estão disponibilizadas para a maioria da população do mundo ocidental desde o início do século passado. O ranking da ONU de Índice Mundial de Felicidade em 2018⁷⁸, que contabiliza fatores como o salário médio, a esperança média de vida, liberdade social, os níveis de corrupção nacionais e o apoio do governo aos seus cidadãos, coloca a Índia em 133º lugar, abaixo de países como o Iraque, o Congo e os territórios disputados Palestínianos, o que nos providência uma boa noção sobre a disparidade entre o estatuto económico da Índia no mundo e o estatuto socioeconómico dos seus cidadãos perante os dos outros povos.

A força laboral indiana encontra-se apenas atrás da China em termos de dimensão, com as estimativas de 2017 a apontarem para mais de 520 milhões de habitantes⁷⁹ atualmente empregados ou capazes de produzir. Com as reformas certas em posição, a Índia tem os recursos humanos para desenvolver as infraestruturas para níveis semelhantes aos do Ocidente.

2.2. Estados devem ser líderes nas contribuições para o orçamento da ONU

As contribuições financeiras para o orçamento da ONU ficam bastante aquém do que é esperado de um Estado que procura o estatuto que a Índia pretende adquirir, especialmente quando o Japão e a Alemanha, que competem pelo mesmo objetivo, se encontram em terceiro e quarto lugar no ranking de contribuintes para o orçamento da ONU. Como se referiu inicialmente, as doações para o orçamento são estipuladas consoante um determinado número de fatores, como o PIB e a percentagem de endividamento, podendo a doação ir de 0.001% até 22%, sendo que os EUA dão o máximo apesar de a sua percentagem ser inferior, para manterem o seu lugar no topo da lista. A Índia, pelo contrário, escolhe doar apenas o mínimo possível, descontando perto de dois milhões de dólares pelas suas participações em excedente no que toca a voluntariamente disponibilizar tropas para as missões de Peacekeeping, correspondendo a sua parte do orçamento a

⁷⁸ Índice Mundial de Felicidade, 2018. Disponível em: <http://worldhappiness.report/>

⁷⁹ Publicação Anual do CIA World Factbook, 2018. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2095rank.html>

apenas 0.737%, encontrando-se em 24º lugar na lista, atrás de todos os P5 e todos os G4.

2.3. Estados candidatos devem respeitar os direitos humanos

Aqui encontramos um de dois critérios em que consideramos se encontrarem as maiores fragilidades da candidatura indiana. O sistema de casta é um dos mais discriminatórios do mundo contemporâneo, sendo que explicitamente dividiu ao longo de séculos a população em vários setores sociais, pela sua profissão ou cor de pele⁸⁰. Ainda hoje em dia, encontra-se na legislação prevista a disponibilização de vagas, chamadas “reservas” para determinadas castas, que têm de ser preenchidas independentemente de as qualificações dos candidatos serem ou não suficientes para o emprego que os espera, acabando muitas comunidades por preferirem ser classificadas como empobrecidas para que possam aceder a essas quotas.

As notícias que circulavam perto do Natal de 2012 em que uma rapariga de vinte e três anos havia sido brutalmente violada por seis homens num autocarro privado, tendo depois sucumbido aos ferimentos ainda antes do fim do ano, chocaram o Ocidente, mas não são novidade para quem habita no subcontinente indiano. Com mais de treze mil casos de violação de menores em 2014 que foram participados às autoridades, imagine-se quantos não foram reportados e com uma taxa de aumento de 82% em 2016 comparando com o ano anterior nestes casos em particular⁸¹, são levantadas questões sobre a Índia não ter a capacidade para combater o crime numa população que não para de aumentar e onde os meios não acompanham esse crescimento exponencialmente.

⁸⁰ SONAWANI, Sanjay. "The Origins of the Caste System: A New Perspective". Pushpa Prakshan, Pune, India. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321299546_The_Origins_of_the_Caste_System_A_New_Perspective

⁸¹ Times of India. “Crying for help: 82% rise in child rape cases needs urgent attention” 2017. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/blogs/toi-editorials/crying-for-help-82-rise-in-child-rape-cases-needs-urgent-attention/>

Segundo a maior agência internacional de notícias, a britânica Reuters, entre 2002 e 2008 cerca de três a quatro pessoas eram mortas por dia⁸², enquanto se encontravam sob custódia da polícia indiana, tendo sido sujeitos a violência física, confinados a espaços inadequados para seres humanos e tendo-lhes sido retida comida e água.

2.4. Estados candidatos não devem participar em conflitos com outros membros

Aquando da retirada do Império Britânico do subcontinente indiano em 1947, a distribuição territorial foi delineada pelos governantes do Reino Unido, de modo a adequar as múltiplas etnias e religiões. A maior parte dos muçulmanos desses territórios passaram a chamar de "casa" ao que hoje denominamos de Paquistão, enquanto os Hindus permaneceram na Índia.

Entre ambas os Estados, encontrava-se um pequeno vale denominado de Caxemira, onde o povo maioritariamente islâmico se encontrava sob governo de um Hindu, o Maharaja Hari Singh.

O Paquistão invadiu o território em questão, ainda no ano de 1947, forçando a Índia a retaliar e dando origem à primeira guerra pela disputa de Caxemira que a região viria a experienciar. No primeiro dia de janeiro de 1948, a Índia entregou a mediação da disputa à ONU que imediatamente ordenou um cessar de fogo que o Paquistão não respeitou de imediato. Exatamente um ano depois, ambas as partes acordaram que a Índia teria direito a 65% da região e o Paquistão anexaria os restantes 35%.

Hoje em dia, já depois de múltiplos conflitos nas fronteiras, uma segunda e terceira guerra, a separação de Bangladesh do Paquistão com o apoio da Índia e ambos os países terem conseguido produzir as suas próprias armas nucleares, Caxemira continuou a ser ao longo das últimas décadas um centro de conflito que tende a acalmar e reacender inesperadamente.

⁸² Reuters. "Hundreds die of torture in India every year - report". 2008 Disponível em: <https://in.reuters.com/article/idINIndia-34225620080625>

Também na região de Caxemira, se deu a Guerra Sino-Indiana de 1962⁸³, por um território a Nordeste de Caxemira, na fronteira entre a Índia e a China, denominado de Aksai Chin. Mais de mil e trezentos mortos de origem indiana e pouco mais de metade foram as perdas chinesas, num conflito por uma terra inabitada que apenas pode oferecer vantagem estratégica pela sua altitude e que terminou com a vitória e anexação desse território pela República da China. A dimensão do exército da Índia é desproporcional ao do Paquistão ou mesmo de qualquer outro país à sua volta além dos seus vizinhos chineses a nordeste, sendo que se pode concluir que é o exército Chinês e o receio de um novo conflito Sino-Indiana que leva a Índia a investir cerca de 2.5% do seu PIB no orçamento de defesa militar.

Como havíamos mencionado, existiam dois critérios onde considerávamos que a Índia pecava por deficiência, o primeiro sendo as violações de direitos humanos e, claramente, este clima de conflito fronteiriço é um fator que não pode ser ignorado e ao considerarmos que país merece tornar-se membro permanente do CSNU, as boas relações da Alemanha certamente se adiantam a uma Índia cujas forças militares fronteiriças participam em conflitos ocasionais com o país vizinho.

2.5. Estado deve contribuir para as Missões de Peacekeeping

De acordo com dados recolhidos pela ONU, apresentados a 30 de junho de 2018, a Índia encontra-se no quarto lugar do ranking de maior número de tropas voluntariadas para missões de Peacekeeping da ONU, atrás da Etiópia, o vizinho Bangladesh e o Ruanda. Ou seja, com 6098 militares indianos no ativo em missões da Organização internacional⁸⁴, a Índia lidera neste critério, seja em comparação com os P5 ou os G4, sendo que dos últimos, o candidato mais próximo é a Alemanha, com perto de 10% dos números que a Índia ostenta. Mais de duzentos mil soldados indianos compuseram as quarenta e nove missões do CSNU em que a Índia participou, sendo que atualmente mais de três mil se encontram na Missão

⁸³ DAS GUPTA, A. R., Lüthi, L. M.. "The Sino-Indian War of 1962: New perspectives". Routledge, 2016. ISBN: 1315388928

⁸⁴ Dados relativos à contribuição de soldados e polícias para as Missões de Manutenção da Paz. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>

da ONU na República Democrática do Congo que se iniciou em 2015, cerca de dois mil na Missão da ONU no Sudão do Sul também lançada no mesmo ano e perto de novecentos na Força Interina da ONU no Líbano desde 1998.

Não só em quantidade, mas em qualidade. Durante a pesquisa dos vários países no tópico deste critério, a Índia destacou-se como bastante eficiente, além de igualmente participativa, obtendo elogios pelo sucesso das missões em que os seus contingentes estiveram e estão presentes⁸⁵.

⁸⁵ Al Jazeera. "UN praise for Indian peacekeepers in S Sudan ". 2013. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2013/12/un-praise-indian-peacekeepers-s-sudan-2013122374237681429.html>

4. Japão

Devido à presença americana norte-americana no pós-Segunda Guerra Mundial, o Japão foi o primeiro país asiático a aderir a um sistema democrático e a experimentar um boom na sua economia, o chamado "Milagre Japonês" em que durante 50 anos, após ser destruído por duas bombas atômicas se reergueu das cinzas e chegou ao topo da economia mundial.

O arquipélago do Sudeste asiático, composto por quatro ilhas principais e mais de seis mil ilhas de menor dimensão, atualmente governado pelo PM Shinzo Abe, líder do Partido Liberal Democrata, é um dos principais atores do sistema internacional atual. Na ilha de Honshu encontramos a capital do Japão, a cidade de Tóquio. Mas não é apenas qualquer cidade, é há vários anos considerada a maior cidade do mundo, com cerca de trinta e sete milhões de habitantes⁸⁶ do total de cento e vinte e sete milhões do país⁸⁷ e é também a mais produtiva, com os dados de 2015 a apontarem para um bilião e oitocentos milhões de dólares de PIB apenas nesse território.

Foi durante a década de setenta, quando a economia japonesa começava a atingir os valores considerados milagrosos, que se manifestaram as vontades de pertencer ao órgão mais exclusivo do sistema internacional. Apesar de ter sido membro permanente do Conselho da SDN, por ter alinhado ao lado dos Aliados na Primeira Guerra Mundial, o sonho do executivo japonês, tem sido o de alcançar estatuto idêntico no CSNU. O Japão tornou-se o 80º Estado-membro da ONU a 18 de dezembro de 1956, após ser reconhecida a sua reabilitação enquanto país pacífico, tendo sido vedado de adesão enquanto membro fundador pelo seu papel no último conflito mundial que deu asas à criação da Organização. Semelhante à candidatura alemã já analisada, o Japão baseia-se no mérito político-económico para progredir até ao cobiçado lugar. Desde a sua entrada na ONU há cerca de

⁸⁶ Dados relativos à população da cidade de Tóquio. Disponível em: <http://worldpopulationreview.com/world-cities/tokyo-population/>

⁸⁷ Worldometers. População atual do Japão. 2018. Disponível em: <http://www.worldometers.info/world-population/japan-population/>

sessenta e dois anos, o Japão tem contribuído de forma significativa para as atividades da Organização, incluindo os compromissos financeiros inerentes a uma economia da sua dimensão bem como contribuições ativas de recursos humanos para participação nas missões de manutenção da paz, sendo proibido pela sua Constituição que participe nas missões de imposição de paz devido ao cariz militar destas. O Japão, como bastião do pacifismo internacional, também se esforçou para fortalecer o papel da ONU nas áreas de desarmamento e não-proliferação de armas de destruição maciça, nas quais se incluem as bombas atômicas unicamente utilizadas, em cenário de conflito, no seu território, concedendo-lhes alguma vantagem moral nessa discussão.

Eleito imediatamente no ano após a sua adesão à Organização, o seu primeiro mandato de dois anos iniciou-se em 1958. Em 2015, contou com o apoio de 183 países na eleição, o que permitiu ao Japão conquistar décimo primeiro mandato no CSNU, o maior número de mandatos de todos os Estados-membros além dos P5, que decorreu no biénio 2016-2017, destacando-se como o membro não-permanente com mais anos, somando já vinte e um, ao serviço do órgão securitário mais importante do sistema internacional.

Enquanto membro do G4, é um dos Estados que mais expressa a sua insatisfação com o continuo atraso do processo de reforma:

*"Reform of the Security Council to better reflect the reality of the contemporary world is long overdue after 15 years of consultations and preparation."*⁸⁸

A sua candidatura a membro-permanente do CSNU conta com o apoio publicamente expresso dos EUA, o seu mais importante aliado, do Reino Unido e da França, também atuais membros dos P5, da Alemanha, do Brasil e da Índia na sua condição de membros do G4 e de mais de vinte e cinco países, maioritariamente banhados pelo Oceano Pacífico. Ao contrário da Alemanha, cujo maior entrave é a já contestada presença de três países europeus nos P5, o maior obstáculo do Japão é a oposição da sua maior rival histórica, a China e de ambas

⁸⁸ Takasu, Yukio. Discurso na AG das Nações Unidas, Nova Iorque, Estados Unidos da América. 19 de fevereiro de 2009. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/announce/speech/un2009/un0902-2.html>

as Coreias pelos crimes de guerra cometidos na Segunda Guerra Mundial, apesar de só a primeira deter o poder de veto capaz de bloquear a adesão.

É definitivamente um dos países mais influentes do sistema internacional e enquanto país desmilitarizado, toda essa influência provém do seu cultivado soft power. De acordo com a publicação Monocle⁸⁹, que qualifica os Estados de acordo com a sua capacidade de persuasão nas relações com outros países através o uso de influência económica ou cultural, o Japão ocupa o terceiro lugar no ranking mundial, atrás apenas da Alemanha e dos EUA. O soft power do país do sol nascente distingue-se daquele que o Reino Unido ou a Itália detêm, sendo que estes são considerados relevantes pelo alcance da sua língua nacional ou pela preciosa contribuição histórica e cultural, enquanto o Japão só se assumiu como uma potência cultural nas últimas décadas.

2.1. Dimensão da economia nacional deve influenciar a economia mundial

Na década de setenta a economia japonesa era a segunda maior do mundo e os EUA começavam a temer ser ultrapassados, de forma semelhante às preocupações que hoje em dia se expressam quanto à China. Nos anos oitenta a bolha económica arrebentou devido à imprudente manipulação dos juros de interesse, do valor do Yen e, como tal, o "milagre japonês" chegou ao fim, dando início a um período que se estendeu desde os anos noventa do século passado e foi denominado de "Década Perdida" devido à surpreendente estagnação que ocorreu, em que durante mais de dez anos o PIB japonês não cresceu minimamente. O foco das campanhas políticas passou a ser o rejuvenescimento da economia, tendo sido experimentadas várias medidas de estímulo ao consumo, mas que não só falharam, como permitiram ao Japão chegar ao topo de mais um ranking, só que desta vez não é de todo positivo: ao multiplicar os 50% de dívida pública que possuía em 1985 para os 250% que hoje em dia acarreta⁹⁰, o Japão tornou-se o país com a

⁸⁹ Monocle,. "Softer Power Survey 2016-17". 2017. Disponível em: <https://monocle.com/film/affairs/soft-power-survey-2016-17/>

⁹⁰ Trading Economics, 2018. Dados relativos à relação à percentagem de dívida japonesa face ao respetivo PIB. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/japan/government-debt-to-gdp>

maior percentagem de dívida pública face ao PIB no mundo, superando economias caóticas e disfuncionais como a da Grécia.

O PM Shinzo Abe chegou, novamente, ao poder em 2012, poucos anos depois de o Japão ter sido ultrapassado pela China na posição que detinha há mais de 30 anos como segunda maior economia do mundo. Ainda assim e com as deficiências que o crescimento económico enfrentou desde a década de oitenta, o Japão mantém-se no terceiro lugar com um PIB de 4.30 triliões, de acordo com os dados de 2017 do FMI, mas ainda em segundo lugar se considerarmos apenas países desenvolvidos. Ao falarmos nessa categoria, é importante lembrar que as sete maiores economias dos países desenvolvidos continuam unidas num grupo denominado de G7, a que o Japão pertence, tal como também à Organização Mundial de Comércio e ao FMI, onde é o segundo país mais influente com 6.56% dos votos, que são atribuídos de acordo com a dimensão económica dos membros⁹¹.

O ano de 2018 começou com a implementação de tarifas norte-americanas em painéis solares e máquinas de lavar roupa, ambos produtos cuja exportação para os EUA é liderada pela China. Este foi apenas a primeira gota numa cascata de tarifas que se viriam a seguir, consequentes da doutrina isolacionista "*America First!*" do Presidente Trump, que visa equilibrar os déficits nas balanças comerciais que existem com os vários países. A China seguiu o exemplo e a continua reciprocidade de tarifas sobre importações que ascendem a mais de uma centena de biliões entre as duas maiores economias do mundo, oficializou em poucos meses que havia de facto sido iniciada uma Guerra Comercial.

As tarifas prejudicam os mercados e forçam os países a estudar alternativas, o que somado ao protecionismo e isolacionismo norte-americano face a um sistema global de comércio por si arquitetado, deixa o Japão numa posição bastante privilegiada. Uma economia estagnada necessita de estímulo e preencher o vazio deixado pelos EUA nos mercados internacionais certamente não seria uma

⁹¹ Dados relativos ao funcionamento do Fundo Monetário Internacional. Disponível em: <https://www.imf.org/external/>

alternativa a ignorar. Com isso em mente, após a retirada dos EUA do *Trans-Pacific Partnership*, justificada por Donald Trump por considerar que o acordo prejudicaria o mercado de trabalho norte-americano, o Japão procurou por todos os meios impedir que os esforços e negociações até então empreendidos tivessem sido em vão, pelo que funcionou como motor da renovação do compromisso dos restantes 11 países, levando-os a aceitar o *Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership* que difere do original TPP apenas pela exclusão de cerca de vinte cláusulas que haviam apenas sido incluídas por insistência da Administração Obama. O próprio Reino Unido, anunciou em janeiro de 2018 estar interessado em aderir ao acordo com estes países banhados pelo Oceano Pacífico e que entre si compõem cerca de 13.4% do PIB global⁹²

Se o problema atual entre a UE e os EUA são as tarifas, o levantamento destas com parceiros económicos como o Japão poderia resultar num apaziguamento das preocupações com os inesperados bloqueios ao comércio europeu. Em julho de 2018 ambos os países consideraram que a suspensão quase integral de tarifas era vantajosa e a UE assinou o maior acordo bilateral de parceria económica com o seu sexto maior parceiro comercial, o Japão⁹³.

O jornal *South China Morning Post* publicou um artigo sobre o interesse do Japão em retomar o TPP e pôr de parte a rivalidade com a Coreia do Sul e a China para que juntos pudessem assinar um acordo⁹⁴, que formalizaria a criação da maior zona de comércio livre da Ásia, envolvendo ainda outros dez países da ASEAN, a Austrália, a Nova Zelândia e a Índia, "um grupo de países que detém metade da população mundial e movimenta um terço do PIB mundial"⁹⁵. A China, a

⁹² Governo do Canadá. "Descrição geral e benefícios do Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica". 2018 Disponível em: <http://international.gc.ca/trade-commerce/trade-agreements-accords-commerciaux/agr-acc/cptpp-ptpgp/overview-apercu.aspx?lang=eng>

⁹³ Panda, A. "Largest Bilateral Free Trade Agreement: Japan, EU Conclude Bilateral Economic Partnership Agreement". The Diplomat. 2018 Disponível em: <https://thediplomat.com/2018/07/largest-bilateral-free-trade-agreement-japan-eu-conclude-bilateral-economic-partnership-agreement/>

⁹⁴ Rapoza, K.. "Will Japan Go Against U.S. And Sign China's 'Free Trade' Deal?". Revista Forbes. 2018. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/kenrapoza/2018/09/03/will-japan-go-against-u-s-and-sign-chinas-free-trade-deal/#3de31d2d3ad6>

⁹⁵ Zhen, L. "US trade war and Japan push raise prospects for China-backed Asia free-trade deal". South China Morning Post. 2018. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/2162395/japans-relations-china-back-normal-track->

Austrália, a Coreia do Sul e a Índia, por si só, são responsáveis pela aquisição de 210 bilhões de dólares em bens exportados pelo Japão⁹⁶, ou seja, mais de 4% da totalidade do PIB japonês.

2.2. Estados devem ser líderes nas contribuições para o orçamento da ONU

O Japão tornou-se, desde a década de noventa do século XX, o segundo maior contribuinte da ONU, procurando aumentar o seu nível de empenho para com os assuntos do sistema internacional, responsabilizando-se por 9.68% do orçamento da Organização, atrás apenas dos EUA que atingem sempre o 22% desde que foi estipulada essa percentagem como máximo possível por país. Isto significa que a participação do Japão é superior à da França (4.859%) e do Reino Unido (4.463%) somadas e não fica a cerca de 1% de diferença da combinação de todos os membros do G4 (10,949%).

O relatório do Comité de Contribuições da AG previu uma descida das contribuições japonesas para 8.718% já este ano, sendo que a China aumentou os seus esforços financeiros na Organização e fixou a sua parte nos 10.808%⁹⁷, passando a ocupar o segundo lugar do ranking.

2.3. Estados candidatos devem respeitar os direitos humanos

O Japão ficará sempre associado às atrocidades que antecederam e continuaram na Segunda Guerra Mundial, não só a utilização de Mulheres de Conforto, mas também o tratamento que exerciam perante os prisioneiros de guerra que capturavam às forças dos Aliados. Concluímos que o país não demonstrou interesse em matérias de direitos humanos apenas no pós-guerra, mas sim que o período de expansionismo nacionalista foi uma exceção à regra. O Japão, após a primeira Grande Guerra, foi o único interessado na inclusão de uma cláusula que

says-shinzo-abe". The Diplomat. Disponível em: <https://thediplomat.com/2018/07/largest-bilateral-free-trade-agreement-japan-eu-conclude-bilateral-economic-partnership-agreement/>

⁹⁶ Trading Economics. Dados relativos às exportações do Japão. 2018. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/japan/exports-by-country>

⁹⁷ The Straits Times. "China expected to take over Japan's second spot in contributions to United Nations". Singapura, 2018. Disponível em: <https://www.straitstimes.com/asia/east-asia/china-expected-to-take-over-japans-second-spot-in-contributions-to-united-nations>

impedisse discriminação racial no Tratado de Versalhes, cláusula que foi rejeitada, visto que países como os EUA ainda eram bastante retrógrados nesse aspeto.

Eventos como o Massacre de Nanking ofuscam qualquer boa ação passada e as rivalidades com a Coreia do Sul e com a China transcendem a competição económica e territorial. O Japão assumiu a sua culpa em 2015 e acordou com a Coreia do Sul procurar ultrapassar esta fase, doando um bilião de Yens à "*Foundation for Reconciliation and Healing*", Organização criada pelo governo peninsular com vista a auxiliar as mulheres e famílias vítimas da rede de Mulheres de Conforto estabelecida pelo país nipónico⁹⁸. Mas esse acordo não parece ter mudado a narrativa e o ressentimento ainda está presente na relação entre estes países da Ásia oriental.

Na atualidade, o Japão promove o pacifismo e o respeito pelos direitos humanos em todas as missões em que participa, sendo essa a referência das ações do país do sol nascente quando cumpre mandato no CSNU. Mas a nível interno, existem algumas discrepâncias em matérias sociais que contrastam com a maior parte das democracias ocidentais. A sociedade japonesa é conhecida por ser rigorosa e honrada, algo que se verifica no facto de o crime ser extremamente inferior às taxas verificadas em países de semelhante nível de desenvolvimento. Os crimes de armas de fogo são 350 vezes menos comuns do que nos EUA e a taxa de homicídio é cinco vezes inferior à da superpotência⁹⁹. Mas existe uma razão controversa por detrás destes dados estatísticos: 99% de taxa de sucesso na resolução dos crimes. Parece ideal, não fonte de controvérsia. O problema é que são vários os relatos que acusam o sistema judicial japonês de exercer pressão sobre os agentes policiais, levando a que estes por sua vez recorram a métodos pouco humanos aquando questionam suspeitos, muitas vezes levando a que inocentes se assumam culpados para colocar um ponto final à falta de condições

⁹⁸ Human Rights Watch. "Japan Events of 2016". 2016. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2017/country-chapters/japan>

⁹⁹ Nation Master. "Crime: Japan and United States compared". 2017. Disponível em: <http://www.nationmaster.com/country-info/compare/Japan/United-States/Crime>

que vão desde interrogatórios contínuos de mais de oito horas à violência física¹⁰⁰. Ao contrário de muitos dos países desenvolvidos, o Japão ainda mantém em 2018 a pena de morte na lista de punições para crimes excepcionalmente graves.

No âmbito dos refugiados, onde a Alemanha de Merkel abriu as fronteiras a um milhão de refugiados, o Japão de Abe tem sido bastante criticado pela sua aversão a este fenómeno. De acordo com a Amnistia Internacional, o Japão recebeu no ano de 2016 cerca de 10,901 pedidos de asilo, mas apenas 28 foram aprovados para residência no arquipélago¹⁰¹, ou seja, cerca de 1/4 de 1% do total.

2.4. Estados candidatos não devem participar em conflitos com outros membros

As ilhas que o Japão denomina de Senkaku e estão sob sua administração são também reclamadas pela China como parte do seu território marítimo. As ilhas estão desabitadas e não tinham sido objeto de interesse público da China até à década de setenta do século XX, até que foi descoberto que a área subaquática envolvente é abastada de bolsas de gás natural e zonas ideais para a exploração petrolífera. As Senkaku são a disputa mais perigosa em que o Japão se encontra, pela assertividade que a China tem demonstrado durante a liderança de Xi Jinping no que toca às suas intenções quanto ao Mar do Sul da China e o mesmo se tem aplicado a leste. A China intensificou a presença naval perto dos territórios que considerava pertencerem à sua esfera marítima e começou mesmo a erguer ilhas artificiais que solidificassem essa posição.

O governo e o povo japonês começaram a questionar-se sobre como decorreria a defesa dos interesses territoriais do Japão, visto que apesar de as Forças de Defesa Japonesas poderem agir face a uma incursão não-autorizada à ilha, a dimensão do exército chinês é várias vezes superior à do japonês. Ao mesmo tempo, a Administração Obama manteve-se durante todo o seu mandato inconsistente quanto o assunto, lembrando que de facto o Japão pertencia à

¹⁰⁰ The Economist “Extractor, few fans”. 2015 Disponível em: <https://www.economist.com/asia/2015/12/03/extractor-few-fans>

¹⁰¹ Amnistia Internacional “Japan 2017/2018”. 2018. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/countries/asia-and-the-pacific/japan/report-japan/>

"*military umbrella*" dos EUA, semelhante aos membros da NATO, mas que preferia não escolher um lado na disputa e genuinamente acreditava que o diálogo era a única resolução possível.

Com a chegada de Trump à presidência norte-americana, a assertividade chinesa parece ter encontrado em Washington um entrave às pretensões territoriais. Washington mudou de retórica e a 12 de fevereiro de 2018, numa declaração conjunta de Donald Trump e Shinzo Abe, o primeiro deixou claro que o Tratado de Segurança e de Cooperação Mútua entre o Japão e os Estados Unidos, reconhece as Ilhas Senkaku como parte do território japonês e, portanto, prometeu defendê-las em caso de coerção chinesa. Em princípio, com o primeiro Presidente americano a comprometer-se de forma tão inequívoca, como nenhum dos seus antecessores havia até então feito, a recente intensificação desta disputa deve diminuir.

As Ilhas Curilas, pelo contrário, não pertencem ao Japão, mas a sua inclusão no território russo é disputada pelos japoneses. O controlo destas ilhas tem sido realizado por ambos os países alternadamente desde o Século XIX, tendo a Rússia anexado por último estes territórios após declarar guerra ao Japão na Segunda Guerra Mundial. Mas aqui o debate é menos aceso e teoricamente não constitui uma disputa que possa conduzir a um conflito, ainda que a Rússia e o Japão nunca tenham assinaram um tratado de paz pós-1945 e, portanto, num sentido jurídico, ainda estão em guerra.

As rochas de Liancourt servem como instrumento geopolítico, permitindo à Coreia do Sul expandir a sua zona económica exclusiva, sendo que o Japão contesta esta utilização sob o argumento de que não constavam da lista de partes do território de que abdicou no Tratado de São Francisco, que em 1951 terminou a ocupação dos EUA ao arquipélago.

Por fim, mas não menos importante, é preciso fazer menção à relação com a Coreia do Norte. Nos últimos meses, a hostilidade de Kim Jong Un tem sido controlada pela abertura do diálogo entre este, o líder sul coreano Moon Jae-in e Donald Trump. Mas nos meses anteriores, a Coreia do Norte havia iniciado vários

testes de alcance de novos mísseis que sobrevoaram o espaço aéreo japonês e dispararam os alertas de emergência por todo o país.

2.5. Estado deve contribuir para as Missões de Peacekeeping

Devido às limitações constitucionais impostas na condição militar do Japão, a maioria da sua contribuição tem sido feita através de uma "política de cheque", em que se financia, mas não se combate. Com uma nova interpretação do Artigo 9º, em junho de 1992, foi aprovada em sede de parlamento japonês, denominado de Dieta Nacional, a International Peace Cooperation Law¹⁰², que a partir daí autorizou as forças de defesa japonesas a participar nas missões de manutenção da paz, exclusivamente nestas que se realizam após o início do cessar de fogo, permitindo que evitassem qualquer participação no conflito.

No aniversário dos vinte e seis anos desde a primeira missão do Japão, no Camboja, a continuidade da participação neste tipo de operações parece cada vez mais complicada. Após o executivo japonês ordenar, em 2017, a retirada das suas forças da unidade de capacetes azuis em que estava inserida, no Sudão do Sul, devido ao escalar de tensões na região, as contribuições para as Missões de Peacekeeping por parte do Japão passaram a ser quatro pessoas¹⁰³. Quatro pessoas, para um país que pretende alcançar a posição de membro permanente no CSNU. Menos 270 soldados que o Brasil, menos 851 que a Alemanha e menos 6715 que a Índia. Como um mal nunca vem só e nas relações internacionais muitas vezes não é diferente, 2017 foi o pior ano no que toca a ataques às tropas da Organização mundial, o Secretário Geral da ONU, António Guterres, requisitou uma avaliação da situação e quais as medidas a serem tomadas para evitar que esta tendência se mantivesse. O relatório consequente sugere uma melhor preparação dos capacetes azuis, de modo a que possam reagir a estes ataques, realmente repeli-los e agir de forma mais proativa e preventiva para assegurar a continuação do cessar de fogo essencial para a paz. Após vinte e seis anos de sucesso e mais de 10 mil soldados

¹⁰² Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão. "Japan's Contribution to UN Peacekeeping Operations" 2005. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/policy/un/pko/pamph2005.html>

¹⁰³ Dados relativos à contribuição de soldados e polícias para as Missões de Manutenção da Paz. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>

japoneses terem servido as missões da ONU, a verdade é que o Japão atualmente é irrelevante para um peacekeeping que se pretenda vir a tornar mais proativo.

5. Análise final das candidaturas

Concluída a apresentação de todas as candidaturas, propomos agora um modelo de análise mais objetivo, em que apresentamos cálculos finais no seguinte gráfico de autoria própria, através dos quais procuraremos classificar as candidaturas de acordo com dez critérios, os cinco fundamentais no que diz respeito às necessidades da Organização e seus valores: dimensão económica, percentagens de financiamento do orçamento da ONU, respeito pelos direitos humanos, disputas com outros Estados e contribuição com recursos humanos para missões de peacekeeping; e de seguida outros cinco critérios mais específicos que se focam em aspetos nos quais os atuais P5 se destacam: soft power, dimensão demográfica, orçamento destinado à defesa, capacidade de projeção de poder e número de mandatos já cumpridos enquanto membro e número de mandatos já cumpridos enquanto membro não permanente do CSNU.

O sistema que iremos usar para atribuir classificação é simples, serão atribuídos resultados de acordo com os rankings mencionados ao longo do capítulo da Reforma do CSNU¹⁰⁴, com uma justificação detalhada de cada ponto nas páginas subsequentes. Ou seja, o país que superar os outros numa determinada categoria e for o mais forte nessa mesma, recebe quatro pontos, o segundo classificado recebe três pontos, o terceiro recebe dois pontos e por fim o último somará apenas um ponto. Seguindo este método, conseguiremos no fim ordenar os países pelo número de vezes que se destacaram perante os outros candidatos nestes critérios.

¹⁰⁴ Capítulo II da Dissertação, intitulado “A Necessidade de Reforma do Conselho de Segurança”.

√ Critérios / Países >	Alemanha	Brasil	India	Japão
Dimensão Económica (PIB)	3	1	2	4
Contribuições para o orçamento das Nações Unidas	3	2	1	4
Respeito pelos direitos humanos	4	2	1	3
Disputas com outros Estados	4	3	1	2
Contribuição para as missões de Peacekeeping	3	2	4	1
Soft Power	4	2	1	3
População	1	3	4	2
Dimensão do orçamento para a defesa	2	1	4	3
Projeção de poder	2	1	4	3
Mandatos enquanto membro não-permanente do CSNU	1	3	2	4
	27	18	24	29

Fonte: Elaboração própria com base em critérios abordados ao longo do capítulo¹⁰⁵, todos eles fundamentados ao longo do mesmo e referenciados integralmente na bibliografia.

¹⁰⁵ Os critérios utilizados foram escolhidos pelo facto de todos se traduzirem em relevância no palco regional, sendo que combinados todos os aspetos foi possível a cada um destes Estados atingir relevo no palco internacional. Se comparados com países de menor importância política, ser-se-ia possível ver uma maior disparidade entre os resultados. Não houve arbitrariedade na escolha das categorias nem foram determinadas de modo a penderem mais ou menos para qualquer dos países. Foram esgotados os critérios considerados fulcrais, englobando a dimensão militar na projeção de poder e excluindo o arsenal nuclear porque o resultado final se demonstrou ser o mesmo, visto que a Índia ganharia quatro pontos, mas a

Dimensão Económica (PIB)

Como foi possível verificar ao longo deste capítulo, os pontos deste critério serão distribuídos de acordo com os dados do Banco Mundial¹⁰⁶, que colocam o Japão, a terceira maior economia do mundo, em primeiro lugar deste critério com um PIB de 4.87 trilhões de dólares, seguidos pela Alemanha, o país mais rico da Europa, com um PIB de 3.67 trilhões, em terceiro lugar a Índia com 2.6 trilhões de dólares e, por fim, o Brasil com um PIB de cerca de 2 trilhões de dólares.

Contribuições para o orçamento das Nações Unidas

As contribuições para o orçamento de funcionamento da ONU para 2019¹⁰⁷ destacam o Japão como maior contribuinte dos quatro Estados e portanto com quatro pontos neste critério, com 8.564% do orçamento total, cerca de 238.783 milhões de dólares; com a Alemanha a sustentar 6.090% do total, pagando 169.802 milhões de dólares este ano (até à data, o único dos quatro países que já efetuou o pagamento para este ano); em terceiro lugar, o Brasil cobre 2.948% das despesas, com cerca de 82.196 milhões de dólares; sendo que a Índia soma apenas um ponto neste critério por ser responsável por apenas 0.834% do orçamento, cerca de um décimo da contribuição do Japão, com 23.253 milhões de dólares.

Alemanha receberia três pontos por ser membro da Partilha Nuclear da NATO e o Japão seguir-se-ia com dois pontos por possuir energia nuclear e ser reconhecida a sua capacidade de produzir em pouco tempo, hipoteticamente, uma arma nuclear, portanto a pontuação seria mais densa mas a ordem dos candidatos manter-se-ia idêntica e não acreditamos haverem outros índices pertinentes para adicionar à avaliação. Iremos agora procurar explicar e justificar a atribuição de cada classificação nos vários critérios.

¹⁰⁶ Banco Mundial. “Index do atual Produto Interno Bruto de cada país”. 2017. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?year_high_desc=true

¹⁰⁷ Organização das Nações Unidas. “Avaliação das contribuições dos Estados Membros para o orçamento ordinário das Nações Unidas para o ano de 2019”. 2019. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=ST/ADM/SER.B/992

Respeito pelos direitos humanos

O Human Freedom Index¹⁰⁸, relatório anual que avalia o respeito dos Estados pelas liberdades e direitos dos cidadãos, analisando áreas como o Estado de Direito, Segurança, Liberdade de movimento, religião, identidade e expressão, classifica a Alemanha em 16º lugar, mas em primeiro dos Estados do G4 e portanto, detentora dos quatro pontos deste critério. O Japão segue-se em 27º lugar, somando três pontos. A Índia e o Brasil encontram-se em 102º lugar e 120º lugar respetivamente, uma classificação bastante desfavorável, uma vez que existem apenas 155 países neste ranking.

Obviamente, devido ao caráter humanitário das missões da ONU, este critério é indispensável, visto que é necessário que o próximo membro do CSNU seja capaz de liderar pelo exemplo.

Disputas com outros Estados

Como já foi analisado em maior detalhe no tópico referente à candidatura de cada um destes quatro Estados nos pontos anteriores deste capítulo, alguns dos membros do G4 estão envolvidos em conflitos com outros Estados, uns mais ativos que outros e isso pode constituir um entrave sério ao sucesso das suas candidaturas.

A Alemanha ocupa o primeiro lugar, somando quatro pontos neste critério, porque desde o fim da Segunda Guerra Mundial têm sido um dos principais preponentes da paz e ordem internacionais, procurando abster-se o máximo possível de situações de conflito e agindo apenas de acordo com as obrigações da NATO.

O Brasil ocupa o segundo lugar, tendo apenas uma disputa territorial com o Uruguai, algo que no grande esquema não parece ter um impacto negativo relevante nas relações sul-americanas.

¹⁰⁸ VÁSQUEZ, I., PORCNIK, T. "A Global Measurement Of Personal, Civil and Economic Freedom". The Human Freedom Index. 2017. Disponível em: <https://object.cato.org/sites/cato.org/files/human-freedom-index-files/2017-human-freedom-index-2.pdf>

O Japão acaba por ficar no penúltimo lugar devido às já mencionadas disputas territoriais com a China e a Rússia, tendo também a constante ameaça da Coreia do Norte perto do seu território.

A Índia é o caso mais crítico dos quatro membros do G4 no que toca a disputas, devido a ser o único que é objeto de uma missão de peacekeeping da ONU, na região de Caxemira, devido ao conflito fronteiriço que mantém com o Paquistão desde que o Império Britânico foi expulso da região.

Contribuição para as missões de Peacekeeping

As contribuições de recursos humanos, maioritariamente soldados e polícias, para missões de Peacekeeping são vitais para o funcionamento atual da Organização, que atualmente conta com vinte e duas missões ativas.

Os dados da própria ONU¹⁰⁹ elegem a Índia para o primeiro lugar do grupo, disponibilizando 6719 pessoas para as missões da Organização.

O segundo lugar é ocupado pela Alemanha, com 855 pessoas em função nas missões de Peacekeeping.

A ONU conta com 274 nacionais brasileiros nestas missões, somando dois pontos na classificação total.

Por fim, após mais de 10 mil soldados japoneses terem servido nas missões da ONU, a escalada de tensão inerente natureza das missões em que estava envolvido levaram à retirada da maior parte das forças japonesas, sendo que atualmente apenas 4 pessoas de origem japonesa participam nas missões de peacekeeping.

¹⁰⁹ Organização das Nações Unidas. Dados relativos à contribuição de soldados e polícias para as Missões de Manutenção da Paz. 2018. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>

Softpower

"The soft power of a country rests primarily on three resources: its culture (in places where it is attractive to others), its political values (when it lives up to them at home and abroad), and its foreign policies (when they are seen as legitimate and having moral authority)."¹¹⁰

O Soft Power, que difere do Hard Power pela ausência de coerção, é uma das ferramentas mais importantes da política externa dos Estados, a capacidade de influenciar outros Estados através da diplomacia, cultura e ideologia é uma característica essencial num perfil de liderança. Além da sua importância nas relações internacionais, no tópico de garantir o apoio necessário da candidatura ao CSNU, nenhum dos quatro países pode descurar este aspeto.

Segundo o Relatório Anual de Soft Power de 2018/19, da publicação Monocle¹¹¹:

O Brasil recebe um ponto, correspondente ao último lugar, por ter alcançado apenas a 25^a classificação, sendo que a lista dispõe apenas os primeiros vinte e cinco Estados, maioritariamente devido à divisão política e contínuas crises de corrupção ao mais alto nível que continuam a abalar a reputação do país. Com dois pontos neste critério, segue-se a Índia em 24^o lugar, sendo elogiado o desenvolvimento do programa espacial do país, mas lembrando que no ano de 2018 não teve impacto visível que alterasse a classificação em relação ao ano anterior. Com três pontos pelo segundo lugar dos quatro Estados, mas em terceiro lugar no Relatório, surge o Japão, subindo desde os dados do ano passado devido a se ter verificado uma maior estabilização política e com os Jogos Olímpicos de 2020, espera-se um investimento em infraestruturas que torne o país ainda mais atrativo, para turismo e investimento. Os quatro pontos deste critério, portanto, são atribuídos à Alemanha pelo segundo lugar no Relatório, apenas atrás da França,

¹¹⁰ LI LIN, Leng Hongtao. "Joseph Nye's Soft Power Theory and Its Revelation Towards Ideological and Political Education". Humanities and Social Sciences. Vol. 5, Nº 2, pp. 69-74. 2017. Disponível em: <http://article.sciencepublishinggroup.com/pdf/10.11648.j.hss.20170502.13.pdf>

¹¹¹ MONOCLE. "Soft Power Survey 2018/19". 2018. Disponível em: <https://monocle.com/film/affairs/soft-power-survey-2018-19/>

por se manter "um bastião da eficácia", com uma economia forte e qualidade de vida acima da média.

População

A população é um aspeto crucial de um país, estando interligado a outros critérios, sendo que países mais populosos possuem maior potencial para situações de necessidade extraordinária, como a quantidade de mão de obra disponível e a capacidade de mobilização de recursos humanos para exércitos, num eventual conflito. De acordo com o Worldometers¹¹², website que reúne os dados populacionais da Organização Mundial da Saúde, do Banco Mundial, do FMI e da Divisão Populacional da ONU, apresenta os seguintes números:

A Índia é o Estado-membro do G4 com maior população, contando com 1.368 biliões de habitantes, cerca de 17.74% da população mundial.

Segue-se o Brasil, o quinto país mais populoso do mundo, com cerca de 212 milhões de habitantes, 2.75% da população mundial.

O Japão é o único dos quatro membros cuja mudança nos dados anuais foi negativa entre 2017 e 2018, tendo perdido 0.26% da sua população, um dado preocupante para a sustentabilidade do Estado, ainda que conte com 126 milhões de habitantes, cerca de 1.64% da população mundial.

Por fim, somando apenas um ponto neste critério, a Alemanha possui mais de 82 milhões de habitantes, 1.07% da população mundial.

Dimensão do orçamento para a defesa

Anualmente, os Estados atribuem uma determinada percentagem do PIB nacional para matérias de defesa. O orçamento de defesa engloba os custos de

¹¹² WORLDOMETERS. "Index de População por País". 2018. Disponível em: <http://www.worldometers.info/world-population/population-by-country/>

realização de operações, manutenção dos ativos atuais, aquisições, salários militares e financiamento de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias.

O relatório sobre alterações nas despesas militares globais do Stockholm International Peace Research Institute¹¹³ atribui à Índia os quatro pontos deste critério, uma vez que o país do Sul Asiático aloca 2.5% do seu PIB para o orçamento de defesa, cerca de 63.9 bilhões de dólares, o quinto orçamento mais alto do mundo, colocando a Índia acima de países dos P5, como o Reino Unido e a França.

Em segundo lugar, apesar de ter a menor percentagem de orçamento militar face ao PIB do Top 15 que este relatório apresenta, com apenas 0.9%, o Japão disponibilizou cerca de 45.4 bilhões de dólares para a defesa do país, ocupando o oitavo lugar da lista, apesar de ser o único que não possui um exército convencional.

No lugar seguinte, em nono, a Alemanha soma dois pontos neste critério devido ao seu investimento de 44.3 bilhões em matérias de defesa, cerca de 1.2% do PIB, o quarto país com maior despesa deste género de todos os países da NATO.

A maior potência regional da América do Sul, o Brasil, acabou por ficar em último lugar neste critério com um orçamento de defesa limitado a 29.3 bilhões de dólares, 1.7% do PIB nacional.

Projeção de Poder

Projeção de poder define a capacidade de um Estado conseguir reunir os seus recursos políticos, económicos, diplomáticos ou militares e aplicá-los onde for necessário para reagir a ataques inesperados, evitar crises regionais e apresentar instrumentos de dissuasão perante um possível escalar de tensões.

¹¹³ TIAN, Nan; Fleurant, Aude; Kuimova, Alexandra; Wezeman, Pieter D.; Wezeman, Siemon T. "Trends in World Military Expenditure, 2017" (PDF). Stockholm International Peace Research Institute. 2018.

Desde 2006 que a publicação Global Firepower emite um relatório anual¹¹⁴ que procura classificar os Estados de acordo com a sua projeção de poder, recorrendo a informações sobre diversidade de armamento, estatuto internacional, fatores geográficos como recursos naturais e proximidade ao litoral (para poder contabilizar o poder marítimo dos países em que esse critério é aplicável), alianças militares, estabilidade financeira e mão-de-obra apta em caso de conflito. Todos estes aspetos cruciais para a posição a que estes quatro Estados se candidatam.

A Índia alcança os quatro pontos deste critério, por se encontrar no quarto lugar do ranking mundial, acima de países como o Reino Unido e a França.

O Japão ocupa o oitavo lugar do ranking e, como tal, o segundo lugar deste grupo, somando três pontos ao seu total.

A Alemanha encontra-se no décimo lugar, conquistando mais dois pontos.

O Brasil soma, uma vez mais, apenas um ponto, devido à sua posição no décimo quarto lugar.

Mandatos enquanto membro não permanente do CSNU

1º lugar: Japão, à exceção dos membros dos P5, é o Estado que mais tempo ocupou um lugar no CSNU, um total de 11 mandatos de dois anos, totalizando um período de 22 anos enquanto membro não-permanente do CSNU, algo extraordinário considerando que não foi um membro fundador da Organização, dentro apenas aderido à ONU mais de uma década depois da sua formação.

2º lugar: Brasil, imediatamente após o Japão é o país que mais tempo passou à mesa das discussões do órgão executivo da ONU. Presente no primeiro conjunto de países eleitos para um mandato de 2 anos a começar em 1946, o Brasil soma já 20 anos de participação direta no CSNU.

¹¹⁴ GLOBAL FIRE POWER. “2018 Military Strength Ranking”. 2018. Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/countries-listing.asp>

3º lugar: Índia, eleita pela primeira vez para o mandato que iniciou em 1950, conta já com 14 anos de experiência no cargo que procura tornar permanente.

4º lugar: Alemanha, um dos maiores financiadores da ONU e atualmente eleita para membro não-permanente para o CSNU, no biênio 2019-20, não consegue ir além do último lugar desde critério, mas a verdade é que de todos os membros do G4, a Alemanha foi a última a aderir à ONU, tendo-se tornado membro apenas em 1973, contando já com 13 anos de mandatos cumpridos¹¹⁵.

O Brasil ficou classificado em último lugar, com 18 de 40 pontos possíveis, o Estado sul-americano foi incapaz de se superiorizar num único aspeto em relação aos outros três membros do G4. Além de incorporar no seu vasto território mais de 200 milhões de habitantes, não ter qualquer disputa territorial sem ser um alegado erro cartográfico e ser o segundo país com mais mandatos no CSNU, o Brasil não tem muito mais para oferecer em caso de competição. Uma precária situação socioeconómica interna e dificuldade de projeção fora da sua região imediata definem o Brasil dos últimos anos.

No caso da Índia, a inconsistência impediu algo mais do que um terceiro lugar, sendo que a Índia foi simultaneamente o país que mais vezes conquistou o topo dos critérios e o país que mais vezes se encontrou no fundo destes. Curiosamente, os resultados foram extremos: quatro critérios onde alcançou o primeiro lugar e quatro critérios onde terminou em último.

Definitivamente a força da candidatura indiana está igualmente presente na sua dimensão territorial, demográfica, económica e militar. Mas as suas forças são também as suas fraquezas e uma população tão grande torna-se vítima de péssimas condições básicas de vida, uma economia tão pujante e é quase inexistente a contribuição para o orçamento da ONU, sendo também que para um candidato à permanência no CSNU pouco vale ter mais de seis mil soldados ao serviço da

¹¹⁵ A penalização de adesão tardia pode justificar integralmente este último lugar, visto que dos 46 anos em que é membro da ONU, apenas 33 anos foram passados fora das negociações do Conselho de Segurança, enquanto o Japão passou 40 anos enquanto membro da ONU mas não participando no CSNU. Ou seja, numa análise em que o número de mandatos fosse contabilizado proporcionalmente com os anos de membro, a Alemanha poderia ocupar o primeiro lugar.

ONU, quando se é o único dos quatro Estados em que as disputas regionais requerem uma missão de peacekeeping no próprio território¹¹⁶.

O Japão e a Alemanha, são de facto atores de reconhecido impacto internacional e foram também os mais consistentes nesta avaliação. São os dois países desenvolvidos fora dos P5 mais capazes de equilibrar com sucesso os elementos políticos, sociais e económicos necessários para alcançar o topo do sistema internacional. Velhos aliados da Segunda Guerra Mundial, renasceram como fénixes das cinzas da derrota e partilharam os valores da democracia e da globalização capitalista, que os lançou para o topo dos países mais influentes do mundo. É visível que em muitos dos tópicos, como a Dimensão económica (PIB) e o Soft Power, o a Alemanha e o Japão alternam entre si a liderança de avaliação nos critérios, demonstrando não ser os melhores em tudo, mas apresentam excelência a nível global.

A proximidade de mérito das duas candidaturas ficou evidenciada pelos dois pontos que separaram ambos os países, atribuindo-se por fim o primeiro lugar ao Japão, como o mais bem preparado candidato para assumir a posição de membro não-permanente. Consideramos, no entanto, que a margem entre os dois resultados mais altos obtidos, entre a Alemanha e o Japão é suficientemente curta para merecer mérito duplo, ainda que no contexto desta dissertação, o facto de o Japão estar encaminhado para uma alteração da sua Constituição, pode torna-lo ainda mais distanciado dos seus parceiros do G4, visto que poderia vir a dominar critérios como a Projeção de Poder e, especialmente, o Orçamento de Defesa, sendo o mais baixo do Top 15 dos países mundiais, fixado no 1%.

¹¹⁶ UNITED NATIONS PEACEKEEPING. “United Nations Military Observer Group in India and Pakistan”. 2018. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/unmogip>

Capítulo IV - A "*Abenomics*" e a "*Proactive Contribution to Peace*": que impacto para candidatura nipónica?

1. A "*Abenomics*" e o futuro da economia do Japão

O atual PM, Shinzo Abe conduziu a sua campanha através da promessa de revitalização da economia, com um conjunto de ideias que ficaram conhecidas por "*Abenomics*". As três ideias centrais baseiam-se na promoção do crescimento financeiro, com maior injeção de investimento público na economia; na reforma da economia japonesa, no sentido de a tornar mais produtiva e competitiva, baseando-se no facto de a atual taxa de emprego se manter perto dos 97.5%¹¹⁷ e a filosofia do empregado de total dedicação à empresa, com longas horas semanais de trabalho, Abe espera que um mercado promissor encoraje as empresas a aumentar os salários para se tornarem mais apelativas e conseguirem competir por trabalhadores qualificados, o que iniciará um ciclo de crescimento económico visto que salários maiores fomentam a vontade dos consumidores gastarem mais, o que por sua vez permite às empresas lucrar o suficiente para completar o círculo sendo capazes de continuar a aumentar os salários ou investir em tecnologias mais produtivas; e por fim, o estímulo monetário, que visa a manipulação do Yen, através da introdução propositada de mais moeda em circulação, de modo a combater a valorização que de 2009 a 2012 desencadeou uma descida das exportações japonesas¹¹⁸. Neste último aspeto, o Japão encontra-se numa posição única, mas igualmente delicada. Única porque tem uma dívida superior ao dobro do seu PIB, logo, a impressão de mais moeda dificultaria o pagamento de dívida ao exterior, mas no caso japonês, ao contrário do que é comum a nível global, a compra de títulos de dívida foi feita quase integralmente no plano doméstico, mantendo a sua integridade económica isenta de manipulação e exigências estrangeiras. E considera-se a situação delicada porque, enquanto o Japão é um dos

¹¹⁷ Trading Economics. Dados relativos à relação à percentagem de desempregados no Japão. 2018. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/japan/unemployment-rate>

¹¹⁸ SHIMIZU, Junko. Sato, K. "Abenomics, Yen Depreciation, Trade Deficit, and Export Competitiveness" The Research Institute of Economy, Trade and Industry. 2015. Disponível em: <https://www.rieti.go.jp/jp/publications/dp/15e020.pdf>

países que mais biliões de dólares movimentam mundialmente através das suas exportações, cerca de 683 biliões no ano de 2017¹¹⁹ e a desvalorização do Yen beneficiaria todas as empresas cujos produtos são vendidos além-mar, tornando o país ainda mais competitivo nos mercados internacionais, o Japão é também, como mencionámos no primeiro capítulo, limitado pelo seu território.

Este arquipélago no Oceano Pacífico é inteiramente dependente do exterior no que toca a recursos naturais e matérias primas, pelo que uma manipulação do Yen em prol da sua desvalorização tornaria as importações muito mais caras, tanto para os consumidores civis como para as companhias que necessitem de bens exteriores para o seu funcionamento. É com o intuito de reduzir essa dependência, nomeadamente no setor energético, que o governo autorizou nos últimos meses a ligação os seus reatores nucleares, cujo funcionamento havia sido suspenso por razões de segurança pública após o desastre que Fukushima sofreu em 2011. A restauração da aposta em energia nuclear, que sustentava um terço das necessidades elétricas do país até 2010, permitirá um atenuar do recurso a gás natural líquido, do qual o Japão é o maior importador a nível mundial desde a crise energética que se seguiu à descontinuação do funcionamento das centrais nucleares¹²⁰.

Apesar das críticas que surgem por nem todos os números corresponderem às expectativas, o sucesso das *Abenomics* é reconhecido tanto internamente como internacionalmente, até por altos representantes do FMI¹²¹, visto que hoje em dia a economia se encontra mais estável e enquanto mais baixos que os 3% que Abe esperava, as estimativas de 2018 continuam a ser melhores do que a estagnação ou défice que antecederam este mandato no cargo de PM. De facto, o crescimento de 2.8% do consumo privado e 5.2% do investimento privado no país asseguraram

¹¹⁹ Publicação Anual do CIA World Factbook, 2018. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2078rank.html>

¹²⁰ Tsukimori, O., Sheldrick, A.. "Japan's nuclear reboot gathers pace, set to curtail LNG demand". Independent. 2018 Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-japan-nuclear-lng-demand/japans-nuclear-reboot-gathers-pace-set-to-curtail-lng-demand-idUSKCN1LG17E>

¹²¹ Almeida, J. "Japão: Reformas económicas de Shinzo Abe são "um sucesso", diz FMI" Jornal Económico. 2017. Disponível em: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/japao-reformas-economicas-de-shinzo-abe-sao-um-sucesso-diz-fmi-173064>

que o Japão superasse as previsões mais pessimistas dos economistas no segundo trimestre de 2018, com uma subida do PIB de 1.9%, mantendo vivo o ressurgimento da economia japonesa sob a liderança de Abe¹²². Mas os analistas económicos deixam o aviso que não são pequenas oscilações que serão possivelmente o legado de Abe, mas sim as reformas estruturais que o PM japonês deixar cimentadas neste seu terceiro mandato

A pesquisa desde cedo denunciou um problema cuja facilidade de resolução não é de todo promissora, constituindo um dos principais adversários à visão de Abe: o Japão lidera a lista de país com a população mais velha do mundo, com uma média de 47.3 anos¹²³. Com uma taxa de natalidade baixa, fixa nos 1.46, os japoneses "celebram" o trigésimo sétimo aniversário de consecutiva queda no número de crianças que nascem anualmente. Se a idade de reforma permanecer nos 65 anos e a expectativa de vida aumentar como é esperado, pode-se esperar cada vez mais cidadãos a reivindicar benefícios de aposentação e menos cada vez menos pessoas a contribuir ativamente para a economia japonesa. Com isso em mente Abe apresentou uma nova promessa na campanha pela sua manutenção como líder do Partido Liberal Democrata, a 4 de setembro de 2018, que visa fixar a idade de reforma para os trabalhadores, num recorde mundial, nos 70 anos. Apesar das críticas por nem todos os números corresponderem às expectativas, o do sucesso das *Abenomics* é reconhecido tanto internamente como internacionalmente, até por altos representantes do FMI¹²⁴.

Para resolver problemas mais complexos como estes acima referidos, rejuvenescer a economia mais idosa do mundo com uma crescente escassez de trabalhadores, Abe precisa de reformas concretas e foi nesse sentido que apresentou um conjunto de medidas a serem colocadas em prática até ao fim do ano fiscal de 2020. Num discurso do PM durante a 196ª Sessão da Dieta Nacional,

¹²² Lockett, H., Harding, R.. "Japan's economy returns to growth in second quarter". Financial Times, 2018. Disponível em: <https://www.ft.com/content/66724c86-9c28-11e8-9702-5946bae86e6d>

¹²³ Dados relativos à idade média de cada país. Disponível em: <http://worldpopulationreview.com/countries/median-age/>

¹²⁴ Almeida, J. "Japão: Reformas económicas de Shinzo Abe são "um sucesso", diz FMI" Jornal Económico. 2017. Disponível em: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/japao-reformas-economicas-de-shinzo-abe-sao-um-sucesso-diz-fmi-173064>

proferido a 22 de janeiro de 2018¹²⁵, Abe reconhece que ainda existem muitos aspetos no mundo laboral que têm de ser alterados se é pretendido que a economia do Japão não volte a estagnar. Desse discurso surgiram inúmeras promessas que visam eliminar todos os obstáculos que estejam a dificultar simultaneamente o crescimento da força laboral e da taxa de natalidade, procurando resolver dois problemas que possam estar interligados no envelhecimento da economia:

- Limitar o número de horas de trabalho extraordinárias, num país onde o preconceito relativamente à quantidade de horas que cada trabalhador dedica ou não ao trabalho levaram à criação de uma expressão própria para determinar "morte por excesso de trabalho", *Karoshi*¹²⁶. Menos tempo no trabalho custa produtividade, mas compensa pela associação que mais tempo livre de trabalho significará mais tempo disponível para investir na família e, como tal, possibilidade de crescimento da taxa de natalidade;
- Aumentar os salários de funcionários de cuidados infantis, de modo a torná-los tão competitivos como outros ramos, para que seja possível reduzirem-se as listas de espera para entrada de crianças em infantários, o que proporciona por sua vez disponibilidade de tempo das mães para que, como mencionei anteriormente, sejam removidos obstáculos à entrada no mundo de trabalho por parte de mães ou pais que se dedicassem integralmente ao cuidado dos filhos em detrimento de uma vida profissional. Ainda neste tópico e destacando-se como uma ideia interessante nas palavras de Shinzo Abe, a promoção do recurso a tecnologias neste setor: *"make use of robots and other technologies to reduce the burden borne by caregivers, thereby improving the working environment in this industry."*, ficando claro ao longo do discurso, a sua intensa vontade de que o Japão lidere, em termos de inovação tecnológica, o próximo patamar da evolução humana, a que se refere como "Sociedade 5.0";

¹²⁵ Gabinete do PM do Japão. "Policy Speech by Prime Minister Shinzo Abe to the 196th Session of the Diet". 2018. Disponível em: https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/201801/_00002.html

¹²⁶ Nishiyama, K., Johnson, V. "Karoshi-Death from overwork: Occupational health consequences of the Japanese production management". John Hopkins University, 1997.. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20090214232217/http://workhealth.org/whatsnew/lpkarosh.html>

- Assegurar que infantários e escolas primárias sejam inteiramente financiados pelo Estado, de modo a que custos económicos não representem um entrave às famílias que se debatem sobre a possibilidade de ter filhos, conjugando-se com as duas medidas anteriores na promoção do rejuvenescimento do país.

Outra medida, que é mais recente do que o discurso de 22 de janeiro, mas integra-se neste conjunto pelos objetivos que partilham serem os mesmos: O PM japonês prepara-se para contrariar a tendência de proteger as fronteiras japonesas da entrada de migrantes económicos. Segundo dados de abril, os estrangeiros representam apenas 1.7% da população do Japão, mas a verdade é que se excluirmos Coreanos que vivem no país desde a altura do Império Japonês e retirarmos também da equação o número de cidadãos que obteve residência permanente por casamento, o número é muito mais diminuto. Pelo que a iniciativa de abrir as fronteiras a cerca de 500 mil estrangeiros para preencher as lacunas na força laboral é certamente uma surpresa para grande parte do país¹²⁷. Certamente uma surpresa agradável, aos olhos das empresas japonesas, que haviam já solicitado ao governo que facilitasse as leis de migração por haver falta de mão-de-obra nacional num país que têm uma taxa de desemprego perto dos 2%, com uma estimativa de 163 cargos profissionais para cada 100 candidatos¹²⁸. Mas os rascunhos da legislação parecem apontar para uma limitação dos benefícios desta medida. Apesar de realmente ser benéfico para os problemas encontrados na escassez de força laboral, pouco impacto se verificará no rejuvenescimento da população, visto que as entradas de migrantes com poucas habilitações serão permitidas por períodos não-renováveis de cinco anos, durante os quais a sua família terá de permanecer no país de origem. Possibilidade de residência permanente apenas após um visto de 10 anos e acompanhamento da família será

¹²⁷ Bloomberg. “Shinzo Abe’s plan to admit foreign workers prompts ‘Japan First’ backlash”. 2018. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/asia/east-asia/article/2168713/shinzo-abes-plan-admit-foreign-workers-prompts-japan-first>

¹²⁸ Agence France-Presse. “Japan plans to attract 500,000 foreign workers by 2025 as labour shortages bite” South China Morning Post. 2018. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/asia/east-asia/article/2168245/japan-plans-attract-500000-foreign-workers-2025-labour-shortages>

exclusivo para migrantes com habilitações de elevada procura que tenham conhecimento da língua japonesa, sendo que enquanto esta imposição mantém a homogeneidade da população do Japão, reduz a possibilidade desses eventuais 500 mil migrantes contribuírem para o necessário aumento da mesma. Yoshio Kimura, Presidente do Comitê Especial para Assuntos Relacionados com Trabalhadores Estrangeiros do LDP de Abe reclama crédito desta medida, baseada num relatório do comitê a que preside e reconhece que o caminho que a Administração atual segue é o correto, mas aponta que 500 mil trabalhadores não é o suficiente, tendo o relatório de 2016 sugerido uma figura mais perto dos 900 mil.

*"Over the next 100 years, Japan's population will become something like 40 million (from the current 126 million). We definitely need foreign workers. We need young people who can support elderly people"*¹²⁹

A *Abenomics* não visa apenas problemas económicos, considerando o PM japonês que apesar de serem essencialmente medidas económicas, podem simultaneamente ser a solução para os problemas sociais do país. É todo esse o conceito da "Sociedade 5.0", procurado resolver dois problemas através de uma só solução, que Shinzo Abe também refere no seu discurso de 22 de janeiro de 2017. Essa expressão é, essencialmente, um novo nível de desenvolvimento humano: a Sociedade 1.0, quando o ser humano vivia enquanto caçador-coletor; a Sociedade 2.0, na qual a agricultura predominava; a Sociedade 3.0 começa com a era da industrialização e a Sociedade 4.0 distingue-se pela época da informação, onde temos acesso a um mundo informático que revolucionou quase todos os processos de interação e desenvolvimento humano. A Sociedade 5.0 nasce da necessidade de combater o tempo. O tempo que passa e vai vindo o envelhecimento a população japonesa, o tempo que deteriora as infraestruturas e o tempo que se perde a fazer determinados processos contraprodutivos. Como solução para todos esses problemas, o Japão pretende fazer uso da tecnologia com a qual país se tem destacado internacionalmente como experiente e conhecedor: utilização de recolha de dados de todos os sistemas disponíveis para, com recurso a inteligência

¹²⁹ YOSHIDA, Reiji. "Abe-led panel adopts new visa plan to accept 500,000 low-skilled laborers by 2025" Japan Times. 2018. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2018/06/15/national/abe-led-panel-adopts-new-visa-plan-accept-500000-low-skilled-laborers-2025/#.W84fLfZFzIV>

artificial, se interligarem todos os processos e criar-se um mundo onde a experiência de qualquer serviço é personalizada para as necessidades de cada um. Os exemplos dados neste documento projetam que uma inovação histórica como esta facilitaria o acesso de toda a população, especialmente a idosa, a comodidades que atualmente são complicadas de obter. A aposta em veículos autónomos que permitam o alcance dos cidadãos de zonas mais rurais ao resto do país, a autonomização de processos que requeiram exclusivamente recursos humanos como é o caso da inspeção e manutenção de infraestruturas e o investimento na promoção de transferências monetárias digitais que só por si abrem as portas a inúmeros serviços.

Enquanto esta "Sociedade 5.0" pode ser erguida para melhorar a qualidade de vida da população japonesa, o intuito de Abe não é apenas de cariz social, mas de destaque económico internacional, pretendendo que o Japão se possa acentuar perante os outros Estados como o pioneiro do próximo passo na evolução humana. É um projeto extremamente ambicioso, mas parece ser único mundialmente no sentido de já ser apresentado ao mais alto nível político como uma visão para um futuro não tão longínquo quanto isso¹³⁰.

Investir e promover as bases de um plano tão grandioso como a "Sociedade 5.0", o sucesso das *Abenomics*, a vitória na concretização do "TPP 2.0" e o acordo de redução de tarifas com a UE, são pontos que combinados representam uma coleção de conquistas com as quais qualquer PM estaria satisfeito. A questão que se coloca agora, é se Abe aceita as reformas económicas que se aproximam como último troféu para o seu legado, deixando um Japão preparado para recuperar o crescimento necessário para se manter como um dos líderes económicos do mundo, ou se aproveita o capital político e segue em frente com a sua maior ambição: a revisão do Artigo 9º da Constituição Japonesa como forma de tornar o Japão num contribuinte proativo para a segurança internacional.

¹³⁰ Governo do Japão. "Realizing Society 5.0" 2018. Disponível em: https://www.japan.go.jp/abenomics/_userdata/abenomics/pdf/society_5.0.pdf

2. A Política Externa de Shinzo Abe como caminho para um Japão Proativo

A Administração Abe parece ter bem definidas as intenções no que toca à condução da política externa do seu país. Após ser eleito em 2012, pela segunda vez, para o cargo de PM, Shinzo Abe deu início àquela que seria uma prolongada série de visitas de Estado que pretendiam cimentar o regresso do Japão ao palco internacional. Os seus dois antecessores, do Partido Democrático japonês, haviam combinado apenas dezoito visitas entre si ao longo de dois anos. Durante um período semelhante, até inferior, apenas vinte meses, Shinzo Abe registou cerca de quarenta e nove visitas a parceiros estratégicos que o Japão necessita de manter de modo a alcançar o estatuto com que este sonha desde o seu primeiro mandato. A sua primeira visita realizou-se ao principal aliado do país, os EUA, ainda durante a administração Obama e a seguinte foi à Rússia, onde se encontrou com Vladimir Putin. A maior parte das restantes visitas realizadas no primeiro ano foram feitas aos países que se encontram a sul do continente asiático, nomeadamente a vários Estados-membros da ASEAN¹³¹.

Em janeiro do ano seguinte, certificou-se de marcar presença na Índia e de seguida na Austrália, sendo que ambos faziam parte da lista de principais pontos de interesse geopolítico do Japão aquando do seu primeiro mandato em 2006, juntamente com os EUA. Seguiu-se um tour pelos países que compõem o bloco da UE, sendo que aqui a importância da visita era clara: um dos principais parceiros económicos do Japão, tanto a nível de importações como de exportações e totalizam 28 Estados-membros, um número de países impossível de ignorar para países que procuram apoio para presença permanente no CSNU, especialmente quando consideramos que dois membros dos P5 se encontram entre eles. Ao mesmo tempo, a nível interno e de modo complementar a estas viagens, a indústria japonesa tem sido aconselhada a procurar depender menos dos mercados chineses, tanto para exportações como para uso de fonte de recursos naturais e matérias

¹³¹ DOMINGUEZ, Gabriel. "Shinzo Abe's 'unprecedented' international agenda". Deutsche Welle. 2014. Disponível em: <https://www.dw.com/en/shinzo-abes-unprecedented-international-agenda/a-17914443>

primas, sendo promovida pela Administração Abe uma estratégia onde as operações internas e multinacionais se focuem mais em iniciar e/ou aprofundar parcerias com os países da ASEAN, em detrimento do seu rival económico.

Esta política económica de diminuição da dependência do comércio com a China revela que por detrás de meia centena de visitas, a intenção de Abe era a de voltar a apresentar o Japão como uma alternativa mais acessível do que aquela que é a hegemonia da China na região, demonstrando estar disposto a cooperar com os seus contrapartes de vários países e continentes no que toca à contenção da China, procurando implementar um *Cordon Sanitaire* à expansão desta. A tática de Abe tem resultado, dados de uma sondagem realizada já em 2019 apontam para a abertura de um vazio securitário que o Japão pode vir a preencher, sendo que a maioria de cerca de 1000 participantes, de 10 Estados-membros da ASEAN, concordou que tanto os EUA como a China não podem ser confiados com a prossecução da paz global. Estes países do Sudeste Asiático não demonstram uma preocupação semelhante àquela que a China e a Coreia do Sul manifestam, com a liderança robusta de Abe e o revisionismo que o PM japonês, sendo que sondagens semelhantes também expressaram confiança, dos países vizinhos, em que o Japão tenha os melhores interesses da região em mente¹³².

Apesar das inúmeras visitas de Estado de Shinzo Abe, que já o destacaram com um dos Primeiros Ministros que mais países visitou, a ida a Pequim foi bastante tardia, tendo sido tornado públicas as intenções do líder nipónico de visitar a capital da China apenas seis anos depois de voltar ao cargo de PM¹³³. Entre 25 e 27 de Outubro de 2018, realizou-se o antecipado encontro entre Shinzo Abe e Xi Jinping dentro das fronteiras chinesas, dando credibilidade ao alegado interesse de ambos os países em se compatibilizarem ao ponto de partilharem um

¹³² LEE, John. "Japan can help fill a security gap in Southeast Asia" Nikkei. 2019. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Opinion/Japan-can-help-fill-a-security-gap-in-Southeast-Asia>

¹³³ ASSOCIATED PRESS. "Japanese diplomat visits Beijing, says he is arranging Shinzo Abe's visit to China". 2018. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/asia/east-asia/article/2161919/japanese-diplomat-visits-beijing-says-he-arranging-shinzo-abes>

acordo económico que vise o levantamento de tarifas, que abordámos durante a análise do aspeto financeiro da candidatura japonesa.

O PM japonês tem-se aproximado do projeto ambicioso do Presidente Xi Jinping denominado de "*One Belt One Road*"¹³⁴ que conta com um orçamento de quase 1 trilião de dólares, ou seja, mais de quatro vezes o PIB português, e que pretende fazer renascer a Rota de Seda que colocava a China em comércio com vários Estados séculos antes do nascimento de Cristo. O objetivo é um caminho capaz de reduzir drasticamente os custos inerentes ao comércio com a Europa e permitir à China uma mais forte ligação ao Ocidente. Na realidade, o Japão reconhece que enquanto o esforço é maioritariamente feito para benefício da China, esta iniciativa permitirá a todos os países asiáticos reforçarem as suas exportações para os mercados da Europa. Um caminho que ligue África, Ásia e a Europa durante período tão delicado como aquele que o sistema comercial internacional atravessa com as tarifas impostas pelo Presidente Donald Trump, pode unir os três continentes, isolando os EUA e permitindo ainda mais ímpeto às economias emergentes asiáticas. Abe, não querendo que a economia japonesa seja esquecida neste inovador conjunto de infraestruturas, já declarou o seu apoio ao projeto que permitirá às suas próprias multinacionais expandir a respetiva influência nos mercados mundiais e deste modo, o governo japonês anunciou vir a investir mais de 200 biliões na construção de infraestruturas como linhas férreas e portos marítimos por toda a Ásia.

Apesar de se manter firme face aos avanços chineses, nomeadamente nas disputas marítimas, Abe tem contido qualquer reação que possa ser interpretada como uma provocação, tendo em mente conter economicamente a China, mas sabendo perfeitamente que depende desta a concretização do seu sonho de adesão ao CSNU na condição de membro permanente. Por essa razão, Abe tem focado esta segunda chance no cargo em economia e menos na vertente nacionalista que apregoava e característica do seu partido, especialmente desde que a China e a

¹³⁴ AOYAMA, Rumi. "“One Belt, One Road”: China's New Global Strategy” *Journal of Contemporary East Asia Studies*. 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/24761028.2016.11869094?needAccess=true>

Coreia do Sul fizeram saber que consideram ofensiva a visita do PM japonês ao Memorial de Yasukuni, forçando o mesmo a interromper a visita anual que fazia àquele que é o monumento de homenagem aos soldados que lutaram na Segunda Guerra Mundial, o que obviamente incluía os generais e unidades responsáveis pelos massacres de Nanking.

Se é reconhecido internamente pelas suas ideias reformadoras, internacionalmente Shinzo Abe é visto como um estadista sempre disposto a lutar pelos interesses do Japão e de uma ordem internacional focada na resolução através de diálogo e boas relações com os líderes dos outros Estados, algo que fica evidente pela amigabilidade que parece ter nutrido no Presidente Trump. Abe foi o primeiro a visitar o então Presidente-eleito em 2016, poucos dias depois de se conhecerem os resultados das eleições, presenteando-o com um taco de golfe banhado a ouro, um hobby que viria a unir os dois líderes, tendo também Abe sido o primeiro líder internacional a ficar hospedado em Mar-a-Lago, o clube de Trump¹³⁵, onde o PM japonês passou alguns dias a criar laços com o seu aliado norte-americano.

Mas não tem sido só com o Presidente dos EUA que Abe tem procurado melhorar as relações, Abe tem também apresentado esforços que visam a reintegração da Federação Russa nas discussões do G7, argumentando que a influência da herdeira da URSS no Médio Oriente é essencial para se alcançar e mais tarde consolidar a paz nessa região. Entre 15 e 16 de dezembro de 2016, Vladimir Putin realizou uma visita de Estado ao Japão¹³⁶, tendo Abe sido o primeiro governante dos Estados-membros do G7 a receber oficialmente o Presidente da Rússia desde o início da imposição de sanções à Rússia pela sua anexação da Crimeia em 2014. Apesar de as disputas territoriais e as questões em torno do Tratado de Paz, os dois assuntos mais pertinentes para discussão na relação dos dois países, ainda não terem sido resolvidas, Abe e Putin têm mantido a linha de diálogo entre os dois Estados aberta, com uma visita do japonês a

¹³⁵ MARTOSKO, David. "White House says Trump will comp Japanese prime minister for weekend stay at pricey Mar-a-Lago as a 'personal gift'". Daily Mail. 2017. Disponível em: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-4209300/Trump-Japanese-PM-pricey-Mar-Lago-stay-gift.html>

¹³⁶ Dados relativos às visitas de Estado do Presidente Vladimir Putin. Disponíveis em: <http://en.kremlin.ru/events/president/trips>

Vladivostok em setembro de 2018 e retribuição de presença de Putin em Tóquio espera-se para junho de 2019 aquando as reuniões do G20.

Apesar de reconhecer mérito à Coreia do Norte e ao regime de Kim Jong Un pelos recentes desenvolvimentos no que toca à travessia da fronteira para a Coreia do Sul onde se realizaram as conferências com Donald Trump e Moon Jae-in, o Japão não participou no evento nem viu representados os seus interesses na figura do mais alto aliado do país, tendo surgido em agosto de 2018 informações que os oficiais japoneses e norte coreanos mantinham um diálogo em segredo, com Abe a procurar garantir o retorno de nacionais raptados em Pyongyang há mais de trinta anos, uma das promessas da sua campanha¹³⁷.

Os interesses do Japão no plano internacional estão dependentes do apoio de vários Estados, especialmente dos P5, dos quais conta apenas com apoio da França e do Reino Unido, sendo que os EUA evitam comprometer-se até se verificar um aumento da participação do Japão em assuntos securitários e talvez até mesmo a revisão concreta do Artigo 9º, mas é aceite como senso comum que esse apoio não poderá trazer quaisquer frutos se Abe não for capaz de transformar o país que herdou naquele que visiona, um Japão que se mantenha pacifista, mas que o faça de forma mais participativa no palco mundial, um Japão remodelado através do protótipo de Abe, o Pacifismo Proativo.

¹³⁷ DEMETRIOU, Danielle. “Japan and North Korea held secret meeting as Shinzo Abe 'loses trust' in Donald Trump”. 2018. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/2018/08/29/japan-north-korea-held-secret-meeting-abe-loses-trust-trump/>

3. O Artigo 9º da Constituição Japonesa

Revisitando a segunda Guerra Mundial, o território central do Japão manteve-se ocupado durante mais de sete anos pelos EUA, que se esforçaram para assegurar que a sua presença era vista de forma positiva, no sentido em que não depuseram o Imperador e preferiram passar a ideia de que estavam dispostos a ajudar um país que havia cometido um erro a reerguer-se, levando a que os japoneses não sentissem que tinham perdido a honra e aceitassem a presença norte-americana, sentindo-se protegidos não existiria razão para resistirem e dificultar o processo¹³⁸. Os ocupantes, cuja presença era representada pela liderança do General Douglas MacArthur, aquando da reconstrução política do Japão, forçaram o país a instaurar uma “cláusula antiguerra” na sua Constituição, em troca da promessa de proteção da integridade territorial do país, o que muitos países e povos podiam ressentir, mas tudo foi aceite porque a grande maioria dos japoneses não pretendiam voltar a assistir às atrocidades dos anos anteriores e a derrota no conflito mundial, depois de tantas décadas de invencibilidade, tinha certamente quebrado o espírito da população.

Dois anos depois da rendição japonesa, entrou em vigor a Constituição do Japão, a 3 de maio de 1947. A lei fundamental desta potência oriental tem como foco o respeito pelos direitos humanos básicos, que viriam a ser estipulados um ano depois na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, na democracia, subjugando o poder do Imperador que estava definido na Constituição *Meiji* e no pacifismo, não só num sentido demagógico, mas genuinamente abdicando da possibilidade de agir contra a paz, visto que nela estava incluída o Artigo 9º, denominado de "Renúncia à Guerra", no qual o país do sol nascente renunciava ao direito de beligerância, ou seja, o direito inerente de todos os Estados soberanos de declarar guerra a outro Estado, reconhecendo na altura que seria esta a melhor forma de o país contribuir para um sistema internacional pacífico,

¹³⁸ Asia for Educators. “The American Occupation of Japan, 1945-1952: Political and Economic Changes during the American Occupation of Japan” Disponível em: http://afe.easia.columbia.edu/special/japan_1900_occupation.htm

baseado no Direito Internacional. Deste modo, o Japão recusou vitaliciamente a possibilidade de manter forças armadas, fossem elas terrestres, navais ou aéreas.

" Article 9. Aspiring sincerely to an international peace based on justice and order, the Japanese people forever renounce war as a sovereign right of the nation and the threat or use of force as means of settling international disputes.

*In order to accomplish the aim of the preceding paragraph, land, sea, and air forces, as well as other war potential, will never be maintained. The right of belligerency of the state will not be recognized."*¹³⁹

Foram criadas bases militares para os EUA, que ainda hoje existem e estão preenchidas com soldados americanos, uma vez que o Japão ficou dentro da esfera de defesa militar dos EUA, de acordo com o Tratado de Segurança assinado entre os dois países, a 8 de setembro de 1951, em São Francisco¹⁴⁰.

A controvérsia pouco tempo demorou a surgir. A primeira decisão questionável de contornar o Artigo 9º foi tomada em 1950, quando a 25 de junho a Coreia do Norte ultrapassa a fronteira inferior e invade a Coreia do Sul. Com a Guerra da Coreia, uma das muitas *proxy wars* que surgiram durante a Guerra Fria, os EUA não podiam permitir o sucesso da agressão pelo país comunista apoiado pela URSS e pela China, pelo que o General MacArthur se viu forçado a alocar uma grande parte das unidades americanas para a península coreana¹⁴¹. A retirada da 24ª Unidade de Infantaria, que havia sido responsável pela ocupação do Japão no fim da Segunda Guerra Mundial, deixou o Japão completamente indefeso com um conflito bem aceso a menos de mil quilómetros de distância.

Foi então que a 8 de julho do mesmo ano, o General MacArthur envia uma carta¹⁴² ao PM Shigeru Yoshida, em que reitera a necessidade do Japão reforçar as suas forças policiais para que estas possam assegurar a ordem interna. Yoshida

¹³⁹ Constituição do Japão de 1947. Disponível em: https://japan.kantei.go.jp/constitution_and_government_of_japan/constitution_e.html

¹⁴⁰ The Avalon Project. "Security Treaty Between the United States and Japan". Yale Law School. 1951. Disponível em: http://avalon.law.yale.edu/20th_century/japan001.asp

¹⁴¹ ALEXANDER, Bevin. "Korea: The First War We Lost" New York: Hippocrene Books, 2003, ISBN 978-0-7818-1019-7

¹⁴² Carta do General MacArthur ao PM Yoshida, 1950. Disponível em: http://www.ndl.go.jp/modern/e/img_1/M010/M010-0011.html

tornou-se num dos Primeiros Ministros que mais tempo deteve o cargo, ocupando-o já desde 1946 e expressando desde cedo a sua oposição a uma militarização do Japão, preferindo o foco dos recursos do país na recuperação da economia japonesa, ficando essa linha de pensamento marcada na histórica política do país como Doutrina Yoshida. No entanto, com a queda de Seoul, esta posição tornou-se impossível de manter e o próprio comando norte-americano começou a repensar a decisão de totalmente erradicar as forças militares do Japão. De acordo com a vontade de MacArthur, a 10 de agosto do mesmo ano, setenta e cinco mil japoneses foram colocados sob a bandeira da *National Police Reserve*¹⁴³. O seu armamento leve, semelhante ao da polícia normal, permitiu que estas forças não fossem inteiramente vistas como uma violação constitucional, mas também foi o que levou ao seu fim cerca de dois anos depois da sua criação.

Os Conservadores japoneses já tinham partilhavam as preocupações do General MacArthur quanto a terem abdicado de qualquer força militar e o avanço da Coreia do Norte e da China sobre as tropas sul coreanas e norte-americanas revelou que o armamento comunista era bastante mais pesado e superior àquele que as forças da *National Police Reserve* detinham e, portanto, uma invasão ou ataque por parte dos velhos inimigos seria impossível de repelir. Cresceu o apoio à primeira interpretação do Artigo 9º, argumentando-se que era possível manter forças de defesa nacional, sendo que estas não seriam utilizadas em conflitos externos ou disputas iniciadas pelo Japão e, como tal, estava salvaguardada a cláusula de "Renúncia à Guerra". O que se seguiu foi um cauteloso processo de alterações que visavam transcender os limites originais do Artigo 9º, pouco a pouco, como um testar de águas que se iniciou com a criação da *National Police Reserve*.

Em 1952, o treino com novo armamento e equipamento que era bastante mais elaborado do que aquele que é característico de forças policiais, elevou a *National Police Reserve* para um novo plano, acrescentando mais trinta e cinco

¹⁴³ KUZUHARA, Kazumi. "The Korean War and The National Police Reserve of Japan: Impact of the US Army's Far East Command on Japan's Defense Capability". Disponível em: http://www.nids.mod.go.jp/english/publication/kiyo/pdf/bulletin_e2006_5_Kuzuhara.pdf

mil homens aos iniciais setenta e cinco mil e alterando o nome da unidade para *National Safety Forces*. Parece ser uma mudança ligeira, mas é de destacar que a referência a "polícia" foi retirada do nome, tal como foi "reserva", podemos tirar a ilação de que pela primeira vez se procura diferenciar estas forças de algo mais que polícia e já não funcionam como "reserva" de nada, no sentido em que não operam apenas em cooperação com a polícia em cenários extraordinários mas passam sim a deter um propósito próprio. Dois anos depois, a 1 de julho de 1954, oficializava-se a interpretação de que o Artigo 9º não era incompatível com a necessidade de defesa nacional e eram formalmente estabelecidas as *Jieitai*, as Forças de Autodefesa do Japão. Desta vez, não era apenas uma alteração de nome como se verificou anteriormente, estavam aqui estabelecidas as Forças Armadas japonesas, estruturadas a partir do modelo norte-americano, com os tradicionais três ramos: forças terrestres, navais e aéreas, sendo que a única distinção que se mantinha das forças armadas dos outros países é que não haviam de participar em qualquer conflito que não seja a defesa nacional do Japão-

É de louvar o compromisso que o Japão mantém desde o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 e mais propriamente desde a elaboração da atual Constituição em 1947, em procurar assumir-se como uma potência militar, mesmo depois da década de setenta, em que ganhou cada vez mais estatuto de potência económica.

Mas com o acréscimo da importância da região Ásia-Pacífico, um Japão forte a nível económico e militar assente nos princípios da democracia, seria uma mais valia não só para si mesmo, mas também para essa área e para os seus aliados no Ocidente.

Desde a inicial campanha de adesão ao CSNU que o Japão tem sido de certa forma discriminado pela sua dedicação à paz. Em setembro de 2004, Colin Powell, Secretário de Estado norte-americano durante o primeiro mandato do Presidente George W. Bush, argumentava contra a aptidão do Japão para servir o CSNU enquanto membro permanente devido ao Artigo 9º da Constituição japonesa:

*"If Japan is going to play a full role on the world stage and become a fully active and participating member of the security council - and have the kind of obligations it would pick up as a member of the security council - article 9 would have to be examined in that light."*¹⁴⁴

A verdade é que por mais agradável que a ideia seja, só é realmente viável se todos os países do mundo, ou pelo menos os que são considerados vizinhos, aderissem à causa. Em termos de *Realpolitik*, o mundo não está preparado para a paz porque há mais de setenta anos que não vive os horrores da guerra. A assertiva extensão artificial do território chinês nos últimos anos, a invasão da Crimeia em 2014 e o uso de uma arma biológica por oficiais russos no Reino Unido demonstram que sanções e palavras não pesam o suficiente para desmotivar violações de Direito Internacional, pelo que incorporar na condução política de um país o conceito de *"Big stick"* de Theodore Roosevelt cada vez mais se faz ver como indispensável. Este termo provém da política externa desse presidente norte-americano *"Speak softly and carry a big stick"*, que se traduzia na necessidade de um país procurar defender os seus interesses através do diálogo, mas ter no seu inventário a capacidade militar de se impor caso a primeira tentativa seja frustrada.

Por mais perito que o Japão seja em *soft power*, não prejudicaria as suas hipóteses de triunfo especializar-se em *hard power*. Esta ideia é compatível com as ambições do PM Shinzo Abe, que herdou, literalmente do seu avô que ocupara o mesmo cargo pouco depois da guerra, a missão de restabelecer as capacidades militares do Japão. Abe define a necessidade do Japão se tornar num país pacifista mas proativo, no sentido em que é moralmente responsável por honrar o seu passado e de facto se manter adverso ao recurso a soluções bélicas aquando disputas surgem, mas que deve estar preparado para lidar com governos estrangeiros ou atores internacionais não-Vestefalianos que não partilhem o mesmo compromisso que o Japão tem para com a paz. Inevitavelmente esta será sempre uma linha de pensamento controversa, tanto a nível interno contra os pacifistas que consideram ilegítima a possibilidade de um governo rever o texto

¹⁴⁴ MCCURRY, J. "An uneasy membership" The Guardian, 2004. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2004/sep/10/japan.unitednations>

fundamental do país, como a nível externo contra os outros Estados da região Ásia-Pacífico que alegam ver, numa eventual militarização do Japão, o reacender do espírito nacional e expansionista do século passado.

“Arguments of constitutionality aside, it is clear that Japan's current armed forces are in opposition to the original intent of Article 9. Japan largely appears to recognize this fact, as evidenced by the overwhelming legislative support and growing popular support for constitutional reform. In response to this conflict, Japanese lawmakers have three options. First, the current uneasy balance can be maintained. Second, the SDF can be abolished or severely restricted. Third, the constitution can be reformed to clearly allow for a military force. The LDP is currently proposing the last option.”¹⁴⁵

Puramente através da citação acima apresentada, é possível compreender o clima político que atualmente circunda o revisionismo no Japão, mas na verdade, o parágrafo é retirado de um artigo escrito em 2006. A situação é idêntica por se tratar do mesmo partido no poder e o mesmo PM, visto que 2006 seria o ano em que Shinzo Abe era eleito para o primeiro mandato, que não serviu na totalidade, tendo dado o primeiro passo ainda nessa curta legislatura para criar as fundações de uma eventual revisão constitucional.

Para o Partido Liberal Democrata, é impensável ver o futuro japonês condicionado em perpetuidade por uma constituição que fora imposta por estrangeiros, provenientes de um país que desde 1945 já realizou seis emendas à sua própria constituição¹⁴⁶, durante uma ocupação militar na qual 80% da atual população nipônica ainda nem era nascida. Com o primeiro mandato de PM, Abe não teve os meios nem o tempo para alterar o Artigo 9º, visto que a sua renúncia ao cargo foi bastante antecipada e se concretizou em 2007. O primeiro passo que referimos que Abe deu, no sentido de possibilitar o debate sobre a revisão, necessita de algum contexto: o Artigo 96º da Constituição japonesa estipula que qualquer alteração ao texto fundamental do país requer que o processo se inicie na Dieta Nacional e seja aprovado por maioria qualificada, ou seja, dois terços dos

¹⁴⁵ CANON, Pence. “Reform in the Rising Sun: Koizumi's Bid to Revise Japan's Pacifist Constitution”, 2006. Disponível em: <http://scholarship.law.unc.edu/ncilj/vol32/iss2/3>

¹⁴⁶ Compilação de emendas à Constituição norte-americana. Disponível em: <https://constitution.findlaw.com/amendments.html>

votos, tanto na Câmara dos Representantes, como na Câmara dos Conselheiros, sendo ainda obrigatória a aprovação popular por maioria simples através de um referendo. Ora, o destaque das conquistas de Abe no tópico da revisão constitucional começa poucos meses antes de renunciar ao cargo de PM quando a 18 de maio de 2007 é promulgada a Lei sobre Procedimentos para Rever a Constituição do Japão, que prevê a possibilidade de se referendar a emenda constitucional três anos depois, estando em vigor essa hipótese desde 18 de maio de 2010.

Após seu o retorno à liderança do executivo em 2012, Abe voltou a encontrar-se na posição ideal para ressuscitar a sua visão, não só por voltar a ser eleito, mas porque a China tinha acabado de ultrapassar o Japão em termos de dimensão económica e o receio de uma China que destabilize o sistema internacional trouxe as atenções da política mundial para a região da Ásia-Pacífico, proporcionando ao líder do país do sol nascente uma narrativa adequada para levar a cabo as suas pretensões já que o clima se tornou perfeito para semear um ressurgimento do Japão no palco global.

O primeiro passo da Administração Abe teve como base a renovação de projeto que havia sido anunciado ainda no seu primeiro mandato em 2007. Tratava-se da criação de um órgão responsável por centralizar os sistemas de informação, delinear os objetivos securitários do país e coordenar com os intervenientes necessários para assegurar a prossecução dos mesmos. A 7 de junho de 2013 o executivo aprova legislação que prevê a criação do Conselho de Segurança Nacional e submete-a à Dieta, sendo que a 7 e 27 de novembro de 2013 a Câmara dos Representantes e a Câmara dos Conselheiros aprovam, respetivamente e é formado o órgão seis anos após a sua idealização.

Poucos dias depois, a 7 de dezembro de 2013, foi aprovada a primeira Estratégia de Segurança Nacional japonesa¹⁴⁷, onde são enumerados os objetivos securitários do Japão para os próximos cinco anos e onde é formalmente

¹⁴⁷ NATIONAL DEFENSE PROGRAM GUIDELINES, 2017. Disponível em: https://japan.kantei.go.jp/96_abe/documents/2013/_icsFiles/afieldfile/2014/02/03/NDPG.pdf

estabelecida, no nº1 do Capítulo III, a ideia de “proactivamente contribuir para a paz, através da cooperação internacional”, salientando a importância de fortalecer os meios de dissuasão e a relação privilegiada com os EUA, dois dos princípios base para o futuro da diplomacia do Japão, para a sua segurança nacional e para o papel que pretende assumir no sistema.

O biénio 2014-15 viria a revolucionar o Artigo 9º a um nível talvez mais profundo que as primeiras interpretações da década de cinquenta, por transcenderem integralmente o que havia sido previsto em 1947.

Em março de 2014, de modo a intensificar a sua posição como parceiro dos EUA em matéria de defesa, podendo também contribuir para a aliança em vez de apenas beneficiar desta, o Japão colocou um ponto final na proibição à exportação de armamento e material de defesa por si mesmo imposta cerca de cinquenta anos antes¹⁴⁸, passando assim a poder partilhar com os seus aliados, e terceiros por si aprovados, as tecnologias inovadoras pelas quais o arquipélago é conhecido. Evidentemente, esta medida tinha também em mente o estímulo económico proveniente de eventuais contratos militares, um incalculável alívio para uma das indústrias de defesa com mais potencial de desenvolvimento e ao mesmo tempo mais limitação por estar inserida no plano nacional de apenas um de dois países que renunciaram constitucionalmente à guerra (o outro sendo a Costa Rica). Grandes companhias de venda de armamento, como o *Mitsubishi Group*, *Kawasaki Heavy Industries* e *Japan Steel Works* eram gravemente prejudicadas em comparação a multinacionais de outros países, porque todas as concorrentes do mercado competiam entre si por contratos provenientes de apenas um comprador, o Ministério da Defesa japonês.

Shinzo Abe surpreendeu os seus constituintes e a comunidade internacional quando em 2014, deu a conhecer a sua reinterpretação¹⁴⁹ do Artigo 9º, na qual

¹⁴⁸ FACKLER, Martin. "Japan Ends Decades-Long Ban on Export of Weapons" New York Times. 2014. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2014/04/02/world/asia/japan-ends-half-century-ban-on-weapons-exports.html>

¹⁴⁹ O termo “reinterpretação” será exclusivamente utilizado como referência à visão abrangente de Shinzo Abe sobre os limites definidos pelo Artigo 9º da Constituição Japonesa.

alargou a limitada esfera de ação das Forças de Defesa, estendendo o conceito de autodefesa do Japão aos seus aliados, podendo assim auxiliar estes em atividades militares mesmo que a integridade territorial nipônica não seja violada. Assumiu este risco sob o pretexto de que ataques que criem fragilidades na defesa de Estados com que o Japão mantém alianças, são fragilidades na defesa do próprio Japão. Com isso em mente, estabeleceu três condições para que o Japão auxilie um aliado: o ataque tem de significar um risco claro para a sobrevivência do país do sol nascente ou dos valores fundamentais de que o seu povo beneficia, não pode existir qualquer método pacífico de imediatamente terminar o ataque e por fim, o uso da força tem de ser limitado ao mínimo possível¹⁵⁰.

Removendo esta limitação da postura de defesa nacional japonesa, é possível tornar o principal aliado asiático dos EUA ainda mais útil na região em que está inserido e no palco internacional, porque com esta reinterpretação mais ligada à segurança coletiva, é possível que o Japão, por exemplo, use um sistema antimíssil para interceptar mísseis disparados contra os EUA ou outros aliados, enquanto antes de 2014, isso seria impossível, visto que o míssil não iria violar o território japonês diretamente. Obviamente, apesar do apoio por parte dos EUA nesta alteração e isso poder a longo prazo traduzir-se num maior apoio deste país à redução de obstáculos que separam o Japão da permanência no CSNU, a República Popular da China manifestou imediatamente o seu desagrado com a decisão, considerando que o vizinho a leste se preparava para revisar as pretensões que antecederam a Segunda Guerra Mundial.

A Dieta Nacional, em setembro de 2015, aprovou um conjunto de onze leis e oficializou juridicamente essa reinterpretação, sendo especialmente controversa a adaptação do conceito de “defesa nacional”, que era até então visto como “defesa do território nacional” e passou a ser interpretado como “defesa dos interesses japoneses”, uma definição algo ambígua, sendo que desde então países aliados como a Austrália e os EUA estão incluídos no âmbito da esfera de ação de defesa

¹⁵⁰ MINISTRY OF DEFENSE. "The Basic Concepts of Japan's Security and Defense Policy". Japan. 2013. Disponível em: https://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/pdf/2013/22_Part2_Chapter1_Sec2.pdf

coletiva das *Jieitai*, podendo não só beneficiar de assistência militar coerciva, mas também de operações de apoio logístico, como reposição de munições, enquanto antes se encontravam limitadas a reabastecimento de combustível.

Acreditamos que a reinterpretação do Artigo 9º é uma tomada de posição erroneamente entendida por aqueles que opõem o ressurgimento militar do país, sendo que é um passo importante para que o governo japonês possa reclamar o estatuto de Estado, menos dependente da boa vontade da política externa dos EUA.

Além disso, representa a evolução do pensamento executivo nipónico, consciente dos compromissos pacifistas, mas ao mesmo tempo compreendendo que é imprescindível para os seus objetivos ultrapassar as setenta décadas de política de “diplomacia de cheque”, em que tudo era resolvido através do poderio económico, desbloqueando finalmente o potencial militar normalmente associado àqueles que atualmente compõem o CSNU.

Abe tem também procurado contrariar as tendências de despesas militares que antecederam a sua chegada ao poder, visto que durante a década que antecedeu a sua eleição em 2012, o orçamento japonês para a defesa era reduzido anualmente. Os cortes consecutivos tornaram-se em aumentos consecutivos, cerca de 3% em 2014 e 2015, mas apenas 1.5% em 2015, no pico da reinterpretação militar e da conduta agressiva chinesa, o que não impediu os valores de serem incríveis, já que o valor aprovado pela Dieta Nacional para despesas militares constituiu um recorde de 42 biliões de dólares¹⁵¹.

Numa medida, que mais uma vez facilita a eventual revisão constitucional, semelhante àquela que referimos ter sido feita em 2007, o governo aprovou em junho de 2018 uma lei que reduz a idade de voto nos referendos¹⁵², passando de vinte para dezoito a idade mínima dos participantes, numa tentativa de se alcançarem mais jovens aquando do decisivo referendo de revisão, visto que a

¹⁵¹ Al Jazeera. “Japan approves record defence budget” 2015. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/asia-pacific/2015/01/japan-approves-record-defence-budget-2015114391974279.html>

¹⁵² UMEDA, Sayuri. “Japan: voting age Lowered from 20 to 18”. Library of Congress, 2015. Disponível em: <http://loc.gov/law/foreign-news/article/japan-voting-age-lowered-from-20-to-18/>

população mais velha normalmente é mais reticente à mudança enquanto os jovens crescem numa realidade onde a ameaça nuclear da Coreia do Norte está bem presente no seu dia-a-dia.

Ao longo de todas estas mudanças, as acusações de inconstitucionalidade das alterações de Abe começaram a surgir, tal como vários protestos pela seção mais pacifista da população, considerando a reinterpretação de 2014 um ataque à democracia japonesa porque Abe procurou contornar a emenda da Constituição e, na opinião dos seus opositores, exagerou no quão abrangente foi a sua leitura do Artigo 9º. O governo tem-se recusado a ceder a estas críticas, defendendo a posição da reinterpretação do texto constitucional e ao mesmo tempo a legitimidade das Forças de Defesa Nacional, argumentando que a cláusula de "Renúncia à Guerra" do Artigo 9º significa que o Japão abdica do direito de ser o agressor numa declaração de guerra, não de se proteger a si mesmo. Abe tem apelado à revisão em prol do reconhecimento oficial das *Jieitai*, considerando sua responsabilidade corrigir a injustiça imposta aos homens e mulheres que se dedicam a sua vida à defesa da nação, lembrando que a inconstitucional destas forças está alicerçada no facto de não possuírem potencial de guerra, mas apenas de autodefesa.

De facto, a coligação de que faz parte o LDP de Abe detém uma maioria nas duas câmaras da Dieta, com 150 dos 242 lugares da Câmara dos Conselheiros, cerca de 61% e 312 dos 465 assentos da Câmara dos Representantes, com cerca de 67%, possibilitando a aprovação da revisão constitucional em sede de Parlamento, especialmente quando determinados partidos da oposição também apoiam a emenda do Artigo 9º, como o *Nippon Ishin no Kai* que conta com mais onze lugares (4.5%) na Câmara dos Representantes. Mas o verdadeiro desafio encontra-se no referendo público, apesar de ser apenas necessária uma maioria simples face à maioria qualificada no parlamento, o voto popular é mais difícil de conquistar e tem oscilado bastante ao longo dos últimos anos, mas nunca ao ponto de encorajar um avanço que claramente tem sido adiado em prol de um contexto político mais favorável que o atual. Em maio de 2017, quando Abe anunciou pela primeira vez 2020 como uma data possível para o referendo, as sondagens da TV Tóquio,

citadas pela agência britânica Reuters¹⁵³, colocavam o apoio ao projeto de revisão da Constituição em cerca de 46%, talvez o valor mais alto até à data, com os resultados mais recentes de uma sondagem efetuada em fevereiro e março de 2019 pela Kyodo News a ficarem-se pelos 45% a apoiarem a opção “uma mudança é necessária”¹⁵⁴.

A hipótese de ressurgimento do Japão como candidato principal ao CSNU através do ímpeto alcançado pela reinterpretação do papel das forças militares na sua política externa, que ao se concretizar seria certamente um legado histórico deixado pelo PM Shinzo Abe, parece cada vez mais certa e mais próxima, tendo Abe vencido as eleições para líder do Partido Liberal Democrata do Japão, que se realizaram no dia 20 de setembro de 2018.

¹⁵³ BIRSEL, Robert. “Japan's Abe hopes for reform of pacifist charter by 2020”. 2017. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-japan-government-constitution-idUSKBN17Z0BH>

¹⁵⁴ KYODO “Poll shows 54% oppose revision of Japan's pacifist Constitution under Abe's watch” Japan Times. 2019. Disponível em: https://www.japantimes.co.jp/news/2019/04/11/national/politics-diplomacy/poll-shows-54-oppose-revision-japans-pacifist-constitution/#.XL4U5_ZFzIU

Considerações Finais

Parte do insucesso da SDN deveu-se à exclusão dos vencidos da Primeira Guerra Mundial, independentemente da dimensão e estatuto destes. Apesar da ONU contar hoje em dia com 193 países na sua lista de membros, conquista nunca antes alcançada por nenhuma outra organização, é válido assumirmos que aquando da composição do CSNU deveria ter-se tido em mente a história recente e deixar assegurada uma eventual atualização deste órgão, de acordo com as alterações no contexto internacional, mas as ambições dos Estados que já detinham um assento permanente no órgão ditaram que uma reforma dependessem sempre da sua aprovação. Com atualização, referimo-nos à adesão de novos membros, não de troca de lugar com os P5, visto que isso obviamente diluiria demasiado o poder dos membros permanentes e algum destes poderia ter recusado subjugar e conter o seu poder em prol da evolução da instituição.

O facto é que atualmente a realidade geopolítica do sistema internacional é muito diferente daquela que acompanhou a criação da ONU. A queda da URSS, um clima não só de paz mas de união entre os países da Europa Ocidental e o fenómeno da globalização descentralizaram a política externa das potências para outras regiões mais propícias a conflito que a zona euro-atlântica. A descolonização de África, só por si, distribuiu o território continental por 54 países, sendo que cada um apresenta desafios específicos e foram o palco de muitas proxy wars durante a última década da Guerra Fria, tendo sido terreno fértil para ideologias de extremos opostos, o que só por si aumenta a possibilidade de conflitos internos. Mas nos últimos anos, é a região Ásia-Pacífico que tem captado a atenção global: uma Coreia do Norte cada vez mais agressiva nas suas demonstrações de poder e uma China emergente, que se prepara para superar a dimensão económica dos EUA, levou a anterior administração de Obama a eleger a área como foco da política externa norte-americana.

Face aos crescentes novos desafios que os Estados enfrentam e tendo abdicado da tradicional resolução de disputas, que muitas vezes terminavam em

conflitos bilaterais, em prol do fortalecimento do conceito de multipolaridade institucional em que cada vez mais pesam as decisões internacionais, o CSNU tem a responsabilidade para com os membros da ONU de garantir que faz o seu melhor para assegurar a continuidade deste raro período de paz que atualmente se vive. A capacidade de sobrevivência anda de mão dada com a capacidade de adaptação e é apenas isso que se requer do CSNU, que se adapte ao contexto político em que opera, tornando-se um fórum no qual todos os Estados, dentro do possível, se sintam representados. Caso não seja reformado, no entanto, aumenta progressivamente o risco de este perder a sua credibilidade e quando isso acontecer, tornar-se-á incapaz de cumprir a sua missão, caindo na redundância, sob a provável noção que uma organização de tamanha dimensão era demasiado grande para ruir. Como se vê no caso de bancos ou grandes multinacionais, a falácia das instituições serem "too big to fail" normalmente leva a que não se considerem apropriadamente os riscos e não se pesem as consequências. O problema do CSNU, é que as consequências da sua ruína representariam um possível caos no sistema internacional.

Fica presente nesta dissertação que a adesão de membros permanentes exclusivamente sob o critério de falta de representação, não indica ser o caminho certo. Ao abrir-se este precedente, muitos serão os Estados que irão argumentar a importância da sua entrada e ainda mais serão os países que se vão identificar como representantes legítimos da sua região, com discordância de todos os restantes que partilhem as mesmas aspirações. Acreditamos que o há muito desejado assento permanente no CSNU deve ser entregue baseado exclusivamente na competência e mérito dos Estados, tendo também de serem reconhecidos como capazes e dispostos de promover a paz internacional.

Os membros do G4 surgem como principais candidatos a uma eventual reforma do CSNU, mas a verdade é que o projeto não tem cumprido os seus objetivos apesar de existir há mais de uma década. Não dizemos isso por esperar que seja imediata uma medida tão revolucionária como a reforma do CSNU, no entanto, da mesma forma que a realidade política dos P5 foi vítima do tempo, a

dos G4 seguiu o mesmo caminho. Nos últimos anos, por exemplo, o Brasil distanciou-se a si mesmo de uma hipótese de ser bem-sucedido, ao permitir que o seu governo, a sua economia e a sua sociedade fossem mergulhadas em caos para o resto do mundo ver. Dificilmente poderia um país com severa incompetência na manutenção da paz dentro das suas próprias fronteiras ser eleito para o órgão responsável por assegurar a segurança do globo. A Índia, apesar da sua dimensão económica, militar e populacional, é uma potência mais regional do que internacional, pelo menos pelo que tem demonstrado pela projeção dos seus interesses e a sua incapacidade em resolver os problemas fronteiriços, sendo que para Estados que procurem apenas o poder de veto para zelar pelos seus próprios interesses, o CSNU não necessita de mais interrupções ao seu funcionamento.

A elaboração desta dissertação permitiu alguma fundamentação da ideia de que também no palco da política internacional pode ser necessário uma grande queda para que haja uma ainda maior recuperação e isso certamente é o caso da Alemanha e do Japão, que ao mesmo tempo que foram lentamente construindo o seu estatuto perante os outros Estados, conseguindo também fornecer uma boa base socioeconómica à sua população e internamente criaram um modelo que a vasta maioria dos países não recusaria se oferecida a oportunidade de o replicar e adotar. Essa moral, numa ótica de se apresentarem como credenciais o sucesso no plano interno para legitimar a imposição no plano externo, é no nosso ponto de vista, uma das qualidades mais importantes que um Estado pode possuir, nomeadamente no contexto de acesso ao CSNU.

O PM Shinzo Abe delineou bem as suas ambições para o país e tem reerguido o Japão para a posição de liderança numa corrida cuja distância até à meta ainda é desconhecida. A *Abenomics* permite que durante a próxima década sejam construídas bases socioeconómicas para um futuro estável, proporcionando ao país várias reformas que visam colocar definitivamente um fim à estagnação do crescimento do país e devolvam à população esperança e um desenvolvimento semelhante ao que existira nas décadas posteriores à derrota na Segunda Guerra Mundial. A revisão do Artigo 9º da Constituição está prevista para o terceiro

mandato de Abe, mas a colheita dos seus frutos começará logo de imediato porque pouco a pouco o componente militar já tem sido aumentado e maximizado dentro das atuais limitações. "Forças de Defesa Nacional" é apenas um título derivado da missão para a qual foram criadas, mas estamos a falar de um exército bem estabelecido e capaz de rivalizar com forças estrangeiras de dimensão superior, nomeadamente no que toca ao combate naval, visto que a Marinha japonesa tem sido bastante desenvolvida nos últimos anos e faz parte da lista das mais poderosas forças navais do mundo, apesar do pessoal ativo não ser igual ao dos rivais chineses, destacam-se por serem das Forças Armadas tecnologicamente mais avançadas do globo e beneficiam das inovadoras pesquisas que provêm da sua aliança com os EUA.

Apesar de não estar inscrito na legislação o limite de 1% do orçamento para custos de defesa, todos os executivos têm respeitado essa marca percentual como uma regra tácita interligada com o pacifismo do país, mas devido a ter um dos PIBs mais altos do mundo, o 1% continua a colocar o Japão em oitavo lugar dos países com maior orçamento de defesa, tendo sido o valor de 2018 fixado em quase 5 triliões de Yen, cerca de 45 biliões de dólares, o que corresponde apenas a 0.9% do PIB. A questão é que apesar de terem sido adquiridos novos equipamentos, especialmente navios de grande porte e jatos norte-americanos, desse valor cerca de 44% não é gasto em sistemas de armas de defesa ou em pesquisa inovadora, mas sim em salários, custos de pessoal e pensões¹⁵⁵. Até países como Portugal, de dimensão militar bastante reduzida, dedicam cerca de 1.84% do seu PIB à defesa do Estado¹⁵⁶, sendo que do Top 15 dos países que dedicam mais percentagem do orçamento de Estado para o orçamento de defesa, o Japão é de longe o que menos investe, pelo que se uma revisão da Constituição diminuir o estigma de um Japão militarizado e for adotada uma percentagem do PIB pelo menos semelhante à de Portugal, o orçamento do Japão superaria os 90 biliões de dólares, catapultando o arquipélago oriental para o quarto lugar do ranking, apenas atrás dos EUA, da

¹⁵⁵ MINISTÉRIO DA DEFESA JAPONÊS. "Orçamento de Defesa do Japão para 2018". 2018. Disponível em: http://www.mod.go.jp/e/d_budget/pdf/300227.pdf

¹⁵⁶ INDEXMUNDI. "Military expenditures - percent of GDP". 2018. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/g/r.aspx?v=132>

China e da Rússia, bem acima de qualquer outro membro dos G4 e superando os restantes membros dos P5.

Matake Kamiya, professor de Relações Internacionais na Academia de Defesa Nacional do Japão, defende a noção de que há duas condições para atingir o pró-ativismo pacifista que Shinzo Abe crê ser o papel futuro do Japão: contribuir ativamente para a paz mundial e perceber a importância do poder militar para atingir essa paz. O cientista político considera que a reinterpretação do Artigo 9 é a forma da Administração Abe declarar que alcançou a segunda condição, defendendo a sua constitucionalidade, a ideia de que um Japão mais forte promove a paz na região e acredita também que este se manterá ao mesmo tempo fiel à proibição de participar em conflitos invasivos, como a Guerra do Golfo¹⁵⁷.

Se o Japão, que se destacou nas análises de vários critérios de contribuição para a paz mundial, conseguir emendar as relações com a China e conquistar o apoio desta para um lugar permanente no CNSU, reconhecendo a história entre ambos e trabalhar para que ambos os países encerrem o capítulo das atrocidades do passado em prol da região alcançar a hegemonia até então detida pela zona euro-atlântica, então terá do seu lado as duas maiores potências do mundo e potencial para instalar a sua ideologia de pacifismo proativo no palco internacional.

A história do País do Sol Nascente é bastante curiosa e interessante. nomeadamente a análise da influência americana no destino do país, que não está limitada aos últimos setenta anos, tendo-se iniciado no século XIX. Os japoneses estavam isolados do mundo exterior desde meados do século XVII, devido à desconfiança de que os líderes do país tinham das intenções dos europeus. Só em 1853 é que isso terminou, com a abertura forçada do seu território aos norte-americanos. Rapidamente Inglaterra facilitou a queda do regime que até então estava no poder em prol do começo da Era Meiji, mais favorável aos costumes ocidentais, o que incluiu o conflito com outros Estados, comprovado pela invasão

¹⁵⁷ KAMIYA, Matake. "Japanese Public Opinions about the Exercise of the Right of Collective Self-Defense". Japan Foreign Policy Forum. 2014. Disponível em: <https://www.japanpolicyforum.jp/archives/politics/pt20140925231907.html>

da Coreia em 1894. Ao forçarem a abertura do Japão e consequentes conflitos regionais que se iniciaram, os EUA colocaram em movimento uma série de eventos em cadeia que alteraram o foco exclusivo dos japoneses nos contendas internas, levando-os a direcionar o poder bélico para os países vizinhos e acabaram por fomentar o expansionismo nacionalista que evoluiu com efervescência depois de várias décadas de conquistas militares e um sentimento de invencibilidade, tendo tudo isso culminado no ataque a Pearl Harbor.

Os EUA coagiram os japoneses a abrir o país ao exterior, foram Aliados do Japão na Primeira Guerra Mundial, inimigos durante a Segunda Guerra Mundial, ocuparam o país e impuseram-lhes uma cláusula constitucional antiguerra, cláusula essa que imediatamente encorajaram a ser reinterpretada conforme precisaram que o maior aliado que possuem na Ásia providenciasse assistência e, ao fim de todos estes acontecimentos históricos, são também os EUA que criam um vazio de poder nos últimos três anos, tanto a nível de mercados internacionais como de influência no Pacífico, que promove o ressurgimento de um Japão reformado, não só em busca de crescimento económico, mas também de presença internacional forte, com alto potencial militar que Abe pretende desencadear por reformas já a serem preparadas desde o seu primeiro mandato, para que possa oferecer ao CSNU a promessa de ser capaz de lidar com as responsabilidades que um membro permanente deve ser capaz de lidar, isto, claro, além de já oferecer uma qualidade única que nenhum dos atuais membros ou candidatos pode igualar, o comprovativo de sacrifício de um direito de Estado soberano há mais de sete décadas exclusivamente prol da paz e ordem mundiais, um ponto de vista único e valioso para a tomada de decisões num dos mais importantes órgãos do Sistema Internacional.

Bibliografia

AHN, C.. “Government-Party Coordination in Japan's Foreign Policy-Making: The Issue of Permanent Membership in the UNSC”. *Asian Survey*, Edição 34, 1997.

ALEXANDER, Bevin. “Korea: The First War We Lost” New York: Hippocrene Books, 2007. ISBN 978-0-7818-1019-7

ANNAN, Kofi. “Nós os Povos: O Papel das Nações Unidas no Século XXI. New York: Nations Unies, 2000. ISBN 9212002455

CAMPOS, J.M., Porto, Manuel, Duarte, M.L., Fernandes, A.J., Madeiros, E.R., Ribeiro, M.A., Calvete, Victor. – “Organizações Internacionais: Teoria Geral Estudo Monográfico das Principais Organizações Internacionais de que Portugal é Membro”. 4ª Edição. 2010. Coimbra: Wolters Kluwer Portugal sob a marca Coimbra Editora, 2010. ISBN: 978972-32-1903-6

DAS GUPTA, A. R., Lüthi, L. M. "The Sino-Indian War of 1962: New perspectives". Routledge, 2016. ISBN: 1315388928

FREIESLEBEN, J., Swart, L. "GOVERNING & MANAGING CHANGE AT THE UNITED NATIONS: Security Council Reform from 1945 to September 2013." in centerforunreform.org, 2013. Vol. 1

GOUBEIA, Jorge Bacelar. "Manual de Direito Internacional Público" 5ª Edição. Edições Almedina, 2007. ISBN: 978-972-40-6973-9

GREEN, M. "Japan is back: Unbuilding Abe's grand strategy". Lowy Institute for International Policy. Sydney 9, 2013.

JANSEN, M.B. “The Making of Modern Japan”. Cambridge: Harvard University Press, 2002. ISBN 0-674-00334-9

KOWALSKI, Mateus. “ONU: A Reforma para a Paz”. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2005.

KRISCH, Nico. “The Security Council and the Great Powers” em Vaughan Lowe et al. (eds), *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LIPSCY, Phillip. – “Japan’s Shifting Role in International Organizations “. In: Rosenbluth, Frances. - “Japan and the World: Japan’s Contemporary Geopolitical Challenges – A Volume in Honor of the Memory and Intellectual Legacy of Asakawa Kan’ichi”. New Haven: Council on East Asian Studies at Yale University, 2008. ISBN: 978-09912509-1-2

LOBO, António da Costa. “Operações de Paz das Nações Unidas.” Coimbra: Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1971. Volume 47.

ODUNUGA, Sesan. “The UN Security Council Reform and the Dilemma of the UN Member States in a Nutshell: The hard-to-achieve Alternative” University of Catania. 2018. ISBN: 9783668674653.

PATRICIO, António. “Conselho de Segurança das Nações Unidas”. Lisboa, Boletim do Ministério da Justiça, 1979.

RIBEIRO, Manuel de Almeida, **FERRO**, Mónica. *A Organização das Nações Unidas: as Organizações Internacionais, A Organização das Nações Unidas, os Poderes das organizações Internacionais, História das Nações Unidas, a Avaliação da Eficácia do Sistema*, 2ª edição. Coimbra: Almedina Editora, 2004.

SANTOS, Sofia. “A Reforma dos Instrumentos Militares e da Autoridade do Conselho de Segurança das Nações Unidas na Implementação de Medidas Coercitivas Militares” in Janus.net, e-journal of international relations, 2013. Vol. 4, nº 1

SANTOS, Sofia. “Conselho de Segurança das Nações Unidas”. Em: Gouveia, Bacelar Jorge, Santos, Sofia - “Enciclopédia de Direito e Segurança”. Almedina, Coimbra. 2015. ISBN: 9789724059945

SMITH, Dennis B. – “Japan since 1945: The Rise of an Economic Superpower” New York: St. Martin's Press, 1995. ISBN 0312127588

TAMAKI, N. "Japanese Banking: A History, 1859-1959". Cambridge University Press, 2005. ISBN: 0521022339

TUCKER, S., Roberts, P.M. "World War I: A Student Encyclopedia". Califórnia: ABC-CLIO, 2005. ISBN: 1851098798

VARGAS, João Augusto Costa, "Campanha Permanente: o Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU", 1ª edição. Rio de Janeiro, 2011, Editora FGV. ISBN: 978-85-225-1002-3

Artigos e livros disponíveis online

ALFORD, M.. "Washington DC's role behind the scenes in Hollywood goes deeper than you think". Independent, 2017. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/voices/hollywood-cia-washington-dc-films-fbi-24-intervening-close-relationship-a7918191.html> [Consultado a 20 de fevereiro de 2019, às 14:37h]

AL JAZEERA. "UN praise for Indian peacekeepers in S Sudan ". 2013. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2013/12/un-praise-indian-peacekeepers-s-sudan-2013122374237681429.html> [Consultado em: 3 de março de 2019, às 17:57h]

AL JAZEERA. "Japan approves record defence budget" 2015. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/asia-pacific/2015/01/japan-approves-record-defence-budget-2015114391974279.html> [Consultado a: 10 de janeiro de 2019, às 12:32h]

ARIYORUK, A. "Players and Proposals in the Security Council Debate". 2005. Disponível em: <https://www.globalpolicy.org/component/content/article/200/41204.html> [Consultado a: 22 de dezembro de 2018, às 14:31h]

ASSOCIATED PRESS. "Japanese diplomat visits Beijing, says he is arranging Shinzo Abe's visit to China". 2018. Disponível em:

<https://www.scmp.com/news/asia/east-asia/article/2161919/japanese-diplomat-visits-beijing-says-he-arranging-shinzo-abes> [Consultado a: 11 de Dezembro de 2018, às 12:42h]

BIRSEL, Robert. "Japan's Abe hopes for reform of pacifist charter by 2020". 2017. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-japan-government-constitution-idUSKBN17Z0BH> [Consultado a: 11 de Dezembro de 2018, às 13:14h]

BROWNE, M. A., & Blanchfield, L. "United Nations Regular Budget Contributions: Members Compared, 1990-2010 (Congressional Research Service Report RL30605)". Washington D.C.: Library of Congress, 2013. Disponível em: <http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL30605.pdf> [Consultado a: 11 de março de 2019, às 19:45h]

CANON, Pence. "Reform in the Rising Sun: Koizumi's Bid to Revise Japan's Pacifist Constitution" pp. 381. 2006. Disponível em: <http://scholarship.law.unc.edu/ncilj/vol32/iss2/3> [Consultado a: 20 de março de 2019, às 14:01h]

CHANG, I.. "The Rape of Nanking: The Forgotten Holocaust of World War II". 1998. Disponível em: http://articles.chicagotribune.com/1998-01-11/entertainment/9801110057_1_forgotten-holocaust-nanking-iris-chang [Consultado a: 30 de fevereiro de 2019, às 18:22h]

COX, B., 2009. "United Nations Security Council Reform: Collected Proposals and Possible Consequences,"South Carolina Journal of International Law and Business: Vol. 6: Artigo nº 4. Pp 104-105. 2009. Disponível em: <http://scholarcommons.sc.edu/scjilb/vol6/iss1/4> [Consultado a: 1 de dezembro de 2018, às 09:29h]

DAVY, P. "Germany's age old issue". European Pensions. 2011 Disponível em: <http://www.europeanpensions.net/ep/germanys-age-old-issue.php> [Consultado a: 29 de dezembro de 2018, às 11:39h]

DEMETRIOU, Danielle. "Japan and North Korea held secret meeting as Shinzo Abe 'loses trust' in Donald Trump". 2018. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/2018/08/29/japan-north-korea-held-secret-meeting-abe-loses-trust-trump/> [Consultado a: 11 de setembro 2018, às 17:59h]

GREEN, M. "Reading Abe's national security strategy. Retrieved at the 10th of January 2014". 2013. Disponível em: <http://www.lowyinterpreter.org/post/2013/12/18/reading-abes-national-security-strategy.aspx> [Consultado a: 11 de março de 2019 às 16:20h]

GLOBAL POLICY. – "Member States' Assessed Share of the UN Budget". 2015. Disponível em: <https://www.globalpolicy.org/un-finance/tables-and-charts-on-un-finance/memberstates-assessed-share-of-the-un-budget.html> [Consultado a: 1 de dezembro de 2018, às 10:29h]

GRAHAM, J. "Japan's Economic Expansion into China in World War Two". 2004. Disponível em: https://www.onthisday.com/asia/japan_economic_expansion.php [Consultado a: 20 de março de 2019, às 12:27h]

HANZE, G. "Discurso do Embaixador Dr. Gerhard Henze, Representante Permanente da Alemanha no Open-Ended Working Group on the Question of Equitable Representation on and Increase in the Membership of the Security Council and other Matters related to the Security Council Decision-making Process in the Security Council, including the Veto das Nações Unidas". 1996. Disponível em: <https://www.globalpolicy.org/security-council/security-council-reform/32844.html?itemid=915> [Consultado a: 29 de dezembro de 2018, às 12:02h]

HAMAGUCHI, O., Koizumi, J. "Showa Financial Crisis of 1927" Disponível em: http://www.grips.ac.jp/teacher/oono/hp/lecture_J/lec08.htm [Consultado a: 17 de fevereiro de 2019, às 10:26h]

History.com Editors. "United States freezes Japanese assets". A&E Television Networks, 2009. Disponível em: <https://www.history.com/this-day-in->

[history/united-states-freezes-japanese-assets](#) [Consultado a: 20 de março de 2019, às 15:01h]

HOFFMAN, M. “Where will ‘proactive pacifism’ lead us?”. Japan Times, 2015. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2015/03/07/national/media-national/will-proactive-pacifism-lead-us/#.WcbY4bpFzIU> [Consultado a: 22 de março de 2019, às 02:37h]

India Times. “India Fastest Growing Economy at 7.4% in 2018”. 2018. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/economy/indicators/india-fastest-growing-economy-at-7-4-per-cent-in-2018-imf/articleshow/64089078.cms> [Consultado em: 6 de dezembro de 2018, às 21:34h]

ISMAIL, R.. "Paper by the Chairman of the Open-Ended Working Group On The Question of Equitable Representation on and Increase in the Membership of the Security Council and Other Matters Related to the Security Council" 1997. Disponível em: <https://www.globalpolicy.org/component/content/article/200/41310.html> [Consultado a: 18 de fevereiro de 2019, às 12:40h]

KAMIYA, Mataka. "Japanese Public Opinions about the Exercise of the Right of Collective Self-Defense". Japan Foreign Policy Forum. 2014. Disponível em: <https://www.japanpolicyforum.jp/archives/politics/pt20140925231907.html> [Consultado a: 7 de março de 2019, às 11:17h]

KINGSTON, Jeff. “Abe’s revisionism and Japan’s divided war memories”. Japan Times, 2015. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/opinion/2015/08/22/commentary/abes-revisionism-japans-divided-war-memories/#.WcKa8rpFzIU> [Consultado a: 19 de fevereiro de 2019, às 01:42h]

KOCHLER, H. “The Voting Procedure in the United Nations Security Council. Studies in International Relations, XVII.” Vienna: International Progress Organization. 1991 Disponível em: <http://www.i-po.org/Koechler->

Voting Procedure-UN Security Council.pdf [Consultado a: 10 de outubro de 2018, às 14:37h]

KRASNO, J.E. "The Founding of the United Nations International Cooperation as an Evolutionary Process" 2001. Disponível em: https://acuns.org/wp-content/uploads/2012/06/The_Founding_of_the_United_Nations_-_International_Cooperation_as_an_Evolutionary_Process.pdf [Consultado a: 10 de fevereiro de 2018, às 11:08h]

LEE, John. "Japan can help fill a security gap in Southeast Asia" Nikkei. 2019. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Opinion/Japan-can-help-fill-a-security-gap-in-Southeast-Asia>

LEWIS, P. "Germany Tells the UN It Wants a Permanent Seat On The Security Council". New York Times. 1992. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1992/09/24/world/germany-tells-the-un-it-wants-a-permanent-seat-on-the-council.html> [Consultado a: 20 de dezembro de 2018, às 19:02h]

LYKKETOFT, Mogens. Organização das Nações Unidas. Parecer sobre a decisão 69/560. 2015. Disponível em: <http://www.un.org/pga/70/wpcontent/uploads/sites/10/2015/08/Security-Council-Reform-23-October-2015-1.pdf> [Consultado a: 20 de dezembro de 2018, às 11:43h]

LUND, J. S. "Pros and Cons of Security Council reform". Wayne, NJ: Center for UN Reform Education. 2010. Disponível em: <http://www.centerforunreform.org/node/414> [Consultado a: 17 de fevereiro de 2019, às 18:18h]

MARCHIORO, Kelvin. Revista Conjuntura Global. "Propostas e Grupos da Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas". 2014. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaglobal/files/2014/03/Propostas-e-grupos-dareforma-do-Conselho-de-Seguran%C3%A7a-das->

[Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf](#) [Consultado a: 17 de dezembro de 2018, às 19:22h]

MARTOSKO, David. “White House says Trump will comp Japanese prime minister for weekend stay at pricey Mar-a-Lago as a 'personal gift’”. Daily Mail. 2017. Disponível em: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-4209300/Trump-Japanese-PM-pricey-Mar-Lago-stay-gift.html> [Consultado a: 17 de março de 2019, às 19:34h]

MCCLEAN, Emma. “Hard Evidence: who uses veto in the UN Security Council most often – and for what?”. The Conversation. 2014. Disponível em: <https://theconversation.com/hard-evidence-who-uses-veto-in-the-un-security-council-mostoften-and-for-what-29907> [Consultado a: 10 de outubro de 2018, às 10:26h]

MCCURRY, J. “An uneasy membership” The Guardian. 2004. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2004/sep/10/japan.unitednation> [Consultado a: 26 de fevereiro de 2019, às 18:29h]

NAGY, Stephen R. Japan Times. “The road to revising the pacifist Constitution”. 2015. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/opinion/2017/05/11/commentary/japan-commentary/road-revising-pacifist-constitution/#.WcOUILpFzIU> [Consultado a: 7 de março de 2019, às 02:21h]

PANDA, A.. "Largest Bilateral Free Trade Agreement: Japan, EU Conclude Bilateral Economic Partnership Agreement". The Diplomat, 2018. Disponível em: <https://thediplomat.com/2018/07/largest-bilateral-free-trade-agreement-japan-eu-conclude-bilateral-economic-partnership-agreement/> [Consultado a: 12 de março de 2019, às 09:56h]

PORTLAND COMMUNACTIONS. “The Soft Power 30 Index”, 2017. Disponível em: <http://softpower30.portland-communications.com/ranking/> [Consultado a: 11 de janeiro de 2019, às 08:14h]

RAPOZA, K. "Will Japan Go Against U.S. And Sign China's 'Free Trade' Deal?". Revista Forbes, 2018. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/kenrapoza/2018/09/03/will-japan-go-against-u-s-and-sign-chinas-free-trade-deal/#3de31d2d3ad6> [Consultado a: 12 de março de 2019, às 10:43h]

REUTERS. "Hundreds die of torture in India every year - report". 2008. Disponível em: <https://in.reuters.com/article/idINIndia-34225620080625> [Consultado a: 12 de fevereiro de 2019, às 14:16h]

SHEERAN, Scott. "UN Security Council veto is killing people". The Conversation, 2014. Disponível em: <http://theconversation.com/un-security-council-veto-is-killing-people30332> [Consultado a: 10 de janeiro de 2019, às 09:56h]

SUGIURA, Tsutomu. "Japan's Soft Power Moves into the Limelight". Japan External Trade Organization Business Topics. Tóquio, 2004. Cit. por **OTMAZGIN, N.K..** "Geopolitics and Soft Power: Japan's Cultural Policy and Cultural Diplomacy in Asia". Asia-Pacific Review, vol. 19:1. Routledge, London, 2012.

TAKASU, Yukio. Discurso na AG das Nações Unidas, Nova Iorque, Estados Unidos da América, 19 de fevereiro de 2009. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/announce/speech/un2009/un0902-2.html> [Consultado a: 11 de fevereiro de 2019, às 19:23h]

THE STRAIT TIMES. "China expected to take over Japan's second spot in contributions to United Nations". Singapura, 2018. Disponível em: <https://www.straitstimes.com/asia/east-asia/china-expected-to-take-over-japans-second-spot-in-contributions-to-united-nations> [Consultado a: 12 de março de 2019, às 13:44h]

TSUKIMORI, O., Sheldrick, A. "Japan's nuclear reboot gathers pace, set to curtail LNG demand". Independent, 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-japan-nuclear-lng-demand/japans-nuclear->

[reboot-gathers-pace-set-to-curtail-lng-demand-idUSKCN1LG17E](#) [Consultado a: 12 de março de 2019, às 11:47h]

TSURUMI, Y. "Japan in the Modern World". Foreign Affairs, 1931. Volume 9 Nº2. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/japan/1931-01-01/japan-modern-world> [Consultado a: 13 de março de 2019, às 10:26h]

UMEDA, Sayuri. "Japan: voting age Lowered from 20 to 18". Library of Congress, 2015. Disponível em: <http://loc.gov/law/foreign-news/article/japan-voting-age-lowered-from-20-to-18/> [Consultado a: 11 de março de 2019, às 11:18h]

VÁSQUEZ, I., Porcnik, T. "A Global Measurement Of Personal, Civil and Economic Freedom". The Human Freedom Index. 2017. Disponível em: <https://object.cato.org/sites/cato.org/files/human-freedom-index-files/2017-human-freedom-index-2.pdf> [Consultado a: 9 de janeiro de 2019, às 09:04h]

VICK, K. "Chancellor of the Free World". Time Magazine, 2015. Disponível em: <http://time.com/time-person-of-the-year-2015-angela-merkel/> [Consultado a: 12 de fevereiro de 2019, às 15:25h]

WELLE, Deutsche. "G4 Nations Bid for Permanent Security Council Seat". Global Policy Forum, 2004. Disponível em: <https://www.globalpolicy.org/the-dark-side-of-naturalresources-st/water-in-conflict/41186.html> [Consultado a: 8 de outubro de 2018, às 19:32h]

ZHEN, L. "US trade war and Japan push raise prospects for China-backed Asia free-trade deal". South China Morning Post. 2018. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/2162395/japans-relations-china-back-normal-track-says-shinzo-abe>. The Diplomat. Disponível em: <https://thediplomat.com/2018/07/largest-bilateral-free-trade-agreement-japan-eu-conclude-bilateral-economic-partnership-agreement/> [Consultado a: 1 de março de 2019, às 09:44h]

Sítios da Internet

Agência Estado. "Brasil registra 142 mil denúncias de violações de direitos humanos". R7. 2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/brasil-registra-142-mil-denuncias-de-violacoes-de-direitos-humanos-03052018> [Consultado a: 12 de fevereiro de 2019, às 16:34h]

Arms Control Association. "Nuclear Weapons: Who Has What at a Glance ". 2018. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/factsheets/Nuclearweaponswhohaswhat> [Consultado a: 27 de dezembro de 2018, às 11:52h]

Amnistia Internacional. Dados relativos à proteção dos Direitos Humanos na Alemanha em 2017/2018. 2017. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/countries/europe-and-central-asia/germany/report-germany/> [Consultado a: 12 de fevereiro de 2019, às 17:23h]

Banco Mundial. Dados do Banco Mundial relativos à falta de condições sanitárias na Índia. 2018. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SH.STA.ODFC.ZS?name_desc=false [Consultado a: 11 de outubro de 2018, às 07:44h]

Carta do General MacArthur ao PM Yoshida, 1950. Disponível em: http://www.ndl.go.jp/modern/e/img_1/M010/M010-0011.html [Consultado a: 12 de março de 2019, às 10:19h]

Churchill, Winston. Discurso na Câmara dos Comuns, Westminster, Reino Unido. 11 de novembro de 1947. Disponível em: <https://winstonchurchill.org/resources/quotes/the-worst-form-of-government/> [Consultado a: 9 de dezembro de 2018, às 09:56h]

Documento Final da XII Sessão do Movimento dos Não Alinhados em Durban, África do Sul, 1998. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20151219184420/http://www.nam.gov.za/xiisummit/chap1.htm#dialogue> [Consultado a: 6 de fevereiro de 2019, às 19:24h]

Figura indicada pelos dados do Banco Mundial. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?year_high_desc=true
[Consultado a: 13 de fevereiro de 2019, às 08:23h]

Focus Economics. "The Largest Economies In The World". 2018. Disponível em: <https://www.focus-economics.com/blog/the-largest-economies-in-the-world>
[Consultado a: 21 de dezembro de 2018, às 16:11h]

Governo do Canadá. "Descrição geral e benefícios do Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica". 2018. Disponível em: <http://international.gc.ca/trade-commerce/trade-agreements-accords-commerciaux/agr-acc/cptpp-ptpgp/overview-apercu.aspx?lang=eng>

Human Rights Watch. "Japan Events of 2016". 2016. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2017/country-chapters/japan> [Consultado a: 9 de outubro de 2018, às 11:42h]

Index Mundi. "Military expenditures - percent of GDP". 2018. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/g/r.aspx?v=132> [Consultado a: 4 de março de 2019, às 11:19h]

Índice Mundial de Felicidade, 2018. Disponível em: <http://worldhappiness.report/> [Consultado a: 1 de dezembro de 2018, às 18:41h]

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação". 2018 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html> [Consultado a: 16 de fevereiro de 2019, às 12:20h]

LANE, J. "The 10 Most Spoken Languages In The World". 2016. Disponível em: <https://www.babbel.com/en/magazine/the-10-most-spoken-languages-in-the-world> [Consultado a: 24 de fevereiro de 2019, às 08:23h]

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil. "Brasil: Informações Gerais". 2018. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-brasil> [Consultado a: 1 de dezembro de 2018, às 16:26h]

Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão. "Reforma do Conselho de Segurança". 2011. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/policy/un/sc/reform.html> [Consultado a: 26 de outubro de 2018, às 10:22h]

Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão. "Japan's Foreign Policy to Promote National and Worldwide Interests" Diplomatic Bluebook 2017. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2017/html/chapter3/c030105.html> [Consultado a: 15 de março de 2019, às 13:08h]

Ministério dos Negócios Estrangeiros da Índia. "Joint Press Statement on Meeting of the Foreign Ministers of the G4 countries -Brazil, Germany, India and Japan". 2018. Disponível em: <https://mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/30427/Joint%2BPress%2BStatement%2Bon%2BMeeting%2Bof%2Bthe%2BForeign%2BMinisters%2Bof%2Bthe%2BG4%2BcountriesnbspBrazil%2BGermany%2BIndia%2Band%2BJapan> [Consultado a: 10 de dezembro de 2018, às 16:36h]

Ministério da Defesa do Japão. "Orçamento de Defesa do Japão para 2018". 2018. Disponível em: http://www.mod.go.jp/e/d_budget/pdf/300227.pdf [Consultado a: 7 de fevereiro de 2019, às 10:21h]

Monocle. "Softer Power Survey 2016-17". 2017. Disponível em: <https://monocle.com/film/affairs/soft-power-survey-2016-17/> [Consultado a: 12 de fevereiro de 2019, às 08:23h]

Programa de Defesa Nacional do Japão, 2017. Disponível em: https://japan.kantei.go.jp/96_abe/documents/2013/_icsFiles/afieldfile/2014/02/03/NDPG.pdf [Consultado a: 23 de dezembro de 2018, às 11:23h]

Nation Master. "Crime: Japan and United States compared". 2017. Disponível em: <http://www.nationmaster.com/country-info/compare/Japan/United-States/Crime> [Consultado a: 9 de outubro de 2018, às 08:22h]

Publicação Anual do CIA World Factbook, 2018. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2095rank.html> [Consultado a: 11 de março de 2019, às 11:08h]

Instituto de Investigação de Estocolmo para a Paz Internacional. "Military expenditure by country". 2018. Disponível em: https://www.sipri.org/sites/default/files/1_Data%20for%20all%20countries%20from%201988- [Consultado a: 2 de dezembro de 2018, às 10:34h]

Trading Economics. Dados relativos à relação à percentagem de dívida japonesa face ao respetivo PIB. 2018. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/japan/government-debt-to-gdp> [Consultado a: 1 de fevereiro de 2019, às 09:13h]

Trading Economics. Dados relativos à relação à percentagem de desempregados no Japão. 2018. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/japan/unemployment-rate> [Consultado a: 7 de fevereiro de 2019, às 09:37h]

World Population Review. Dados relativos à população da cidade de Tóquio. 2018. Disponível em: <http://worldpopulationreview.com/world-cities/tokyo-population/> [Consultado a: 19 de dezembro de 2018, às 17:33h]

World Population Review. Dados relativos à idade média de cada país. 2018. Disponível em: <http://worldpopulationreview.com/countries/median-age/> [Consultado a: 26 de outubro de 2018, às 13:20h]

Worldometers. "Contagem em Direto da População da Indonésia". 2018. Disponível em: <http://www.worldometers.info/world-population/indonesia-population/> [Consultado a: 29 de março de 2019, às 10:01h]

Worldometers. População atual do Japão. 2018. Disponível em: <http://www.worldometers.info/world-population/japan-population/> [Consultado a: 17 de dezembro de 2018, às 08:32h]

Documentos da ONU

ANNAN, Kofi. Discurso na Truman Presidential Museum and Library. 11 de dezembro de 2006. Disponível em: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2006-12-11/truman-library-speech-annan-says-un-remains-best-tool-achieve-key>

Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. "Resolução 2321". 2016. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2321%282016%29

Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. "Resolução 2770". 2016. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2270%282016%29

Contribuições da Alemanha para o Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.undp.org/content/undp/en/home/funding/core-donors/Germany.html>

Dados de financiamento das Missões de Manutenção Paz das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.un.org/en/peacekeeping/operations/financing.shtml>

Dados relativos à contribuição de soldados e polícias para as Missões de Manutenção da Paz. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>

DA SILVA, Lula. 2008. “Discurso do então Presidente do Brasil, Lula da Silva, durante o debate na 63ª Sessão da AG das Nações Unidas” Disponível em: <https://web.archive.org/web/20090115085028/http://www.un.int/brazil/speech/008d-CS-agnu-Open%20debate%20230908.html>

Decisão 10069 da AG da ONU, 2002. Eleição da Alemanha para o CSNU em 2003. Disponível em: <https://www.un.org/press/en/2002/ga10069.doc.htm>

Missões de Manutenção da Paz das Nações Unidas, 2018. “United Nations Military Observer Group in India and Pakistan”. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/unmogip>

Organização das Nações Unidas, 1971. "2864 (XXVI). Relatório do Conselho de Segurança". Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/328/80/IMG/NR032880.pdf?OpenElement>

Organização das Nações Unidas, 1972. "2991 (XXVII). Relatório do Conselho de Segurança". Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/270/21/IMG/NR027021.pdf?OpenElement>

Organização das Nações Unidas. "A/RES/50/52: Report of the Special Committee on the Charter of the United Nations and on the Strengthening of the Role of the Organization". 1995. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/50/a50r052.htm>

Organização das Nações Unidas. "A/59/L.54: Cooperation between the United Nations and regional and other organizations: cooperation between the United Nations and the African Union". 2004. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/59/L.54

Organização das Nações Unidas. "Report of the Security Council; Question of equitable representation on and increase in the membership of the Security Council and related matters: joint debate". 2006. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/62/plenary/screport/bkg.shtml>

Proposta Italiana de Reforma do Conselho de Segurança, 1998. Disponível em: <https://www.globalpolicy.org/security-council/security-council-reform/32857.html?itemid=915>

Resolução 48/26 da AG da ONU. "Question of equitable representation on and increase in the membership of the Security Council" 1993. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/48/a48r026.htm>